



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL - TO
PPGL - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

LUCIANA SILVA DOS SANTOS

**GEOLINGUÍSTICA DOS POVOS INDÍGENAS
DO
ESTADO DO TOCANTINS**

PORTO NACIONAL - TO
2022

LUCIANA SILVA DOS SANTOS

**GEOLINGUÍSTICA DOS POVOS INDÍGENAS
DO
ESTADO DO TOCANTINS**

Dissertação apresentado a ao PPGL – Programa de Pós-Graduação em Letras da UFT - Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Linguística Aplicada, sob orientação do Prof.º Dr.º Maurício Alves da Silva.

PORTO NACIONAL - TO
2022

**Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal
do Tocantins**

L937G Silva dos Santos, Luciana.
Geolinguística dos Povos Indígenas do Estado do Tocantins. /
Luciana Silva dos Santos. - Porto Nacional, TO, 2022.
110 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do
Tocantins - Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de
Pós-Graduação (Mestrado) em Letras, 2022.

Orientador: Maurício Alves da Silva

Coorientador: Neila Nunes de Souza

1. Povos Indígenas. 2. Território. 3. Cultura. 4.
Geolinguística. I. Título

CDD 469

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - A reprodução total ou
parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é
autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor
(Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código
Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha
catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a)
autor(a).**

LUCIANA SILVA DOS SANTOS

GEOLINGUÍSTICA DOS POVOS INDÍGENAS DO ESTADO DO TOCANTINS

Dissertação apresentada ao PPG-Letras – Programa de Pós-Graduação em Letras da UFT - Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Linguística Aplicada, sob orientação do Prof. Dr. Maurício Alves da Silva e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 28/06/2022

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Maurício Alves da Silva – PPG-Letras/ UFT (Orientador)

Prof. Dr. Tulio Barbosa – PPG-Geografia/UFU (Examinador externo)

Profa. Dra. Neila Barbosa Osório – PGEDA/PPGE/UFT (Examinadora)

Profa. Dra. Neila Nunes de Souza – PPG-Letras/UFT (Examinadora)

PORTO NACIONAL – TO
2022

Dedico o presente trabalho em Memória do meu vovô
Leônidas Reis dos Santos.

AGRADECIMENTOS

É fácil percorrer caminhos quando sabemos aonde queremos chegar, portanto, escrever essa dissertação foi um dos maiores desafios da minha vida, venho de duas graduações em geografia pela Universidade Federal do Tocantins – UFT e, hoje me vejo fazendo mestrado no curso de letras na Universidade Federal do Tocantins – UFT.

Foram muitos dias de estudos e pesquisas, entretanto, muitas pessoas estiveram comigo, me dando forças, apoio, carinho e motivação.

Agradeço á Deus pelas celebrações da Vida, sem ele nada sou e nada serei.

Ao meu orientador Professor Dr. Maurício Alves da Silva pela jornada árdua em busca do conhecimento, que vem desde as duas graduações em geografia a dissertação do mestrado no curso de letras. Este professor que sempre foi meu maior motivador nos estudos, acreditando que posso ir além daquilo que desejo alcançar, seja na vida intelectual, profissional e pessoal.

Á Professora Dra. Neila Nunes de Souza que sempre esteve do meu lado, me ensinando a lutar pelos meus objetivos, me incentivando a seguir em frente, acreditando que na vida tudo é possível quando desejamos realizar. Gratidão!

A equipe, docentes e discentes, do Programa de Pós-Graduação em Letras, campus de Porto Nacional – TO, que contribuíram para a concretização deste estudo.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Letras na UFT, em especial o carinho, aos colegas do grupo de orientados do professor Maurício Alves da Silva e a professora Neila Nunes de Souza.

À minha família, em especial ao meu pai Divino Reis dos Santos e minha mãe Maria Nizete Silva, pessoas que sempre foram meu alicerce na vida e estiveram comigo nos momentos fáceis e difíceis, me incentivando cotidianamente na luta para chegar até aqui.

Muito obrigada!

RESUMO

Estudar a Geolinguística Indígena do estado do Tocantins e, conseqüentemente dispor se dessas investigações em planos cartográficos e elaborar mapa da heterogeneidade das línguas indígenas foi o principal motivo que me fez pesquisar e descrever os diferentes usos em que as línguas das comunidades tradicionais indígenas do Estado do Tocantins se diversificaram no espaço e no tempo. Justifica-se a construção deste estudo porque até o presente momento no estado do Tocantins, não temos um estudo geolinguístico dos povos indígenas visando mapear as línguas indígenas de acordo com as Unidades de Federação de Terras Indígenas no Estado do Tocantins. Segundo Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2016) as terras indígenas, no Tocantins, estão distribuídas e demarcadas como: Apinajé, Funil, Inawebohona, Krahô Kanela, Kraolândia, Parque do Araguaia, Xambioá, Xerente, Maranduba e Utaria Wyhyna (IròduIràna). No entanto, no estado do Tocantins a terra indígena Canoanã está em fase de estudo para processo demarcatório. Esses povos e comunidades tradicionais indígenas pertencem geneticamente a cinco grandes grupos - Tronco Tupi, Tronco Macro-Jê, Família Karib, Família Aruak, Família Pano. Dessa forma, os povos e comunidades tradicionais indígenas do estado do Tocantins são constituídos pelos Akwẽ (Xerente); Timbiras (Apinajé, Krahô e Krahô-Kanela); Yny (Karajá, Javaé e Xambioá). O objetivo desse estudo foi mapear as línguas dos povos indígenas do estado do Tocantins de acordo com as Unidades de Federação de Terras Indígenas, considerando a diversidade linguística na leitura do espaço geográfico e sua representatividade. A metodologia está estruturada na forma de uma pesquisa bibliográfica exploratória quali-quantitativa pautada na perspectiva teórica conceitual, amparada basicamente na revisão de publicações em formato de livros e artigos disponíveis em bases de dados de livre acesso, e secundariamente em teses e dissertações. Em tempos pandêmicos não foi possível fazer visitas de campos nas Terras Indígenas para melhor conhecimento sobre a vivência cotidiana das etnias indígenas no estado do Tocantins. Sendo assim, a pesquisa se concentra em estudar a geolinguística dos povos indígenas do estado do Tocantins em um recorte temporal de trinta anos (1991 a 2010) segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2016). Os resultados apontam que o estudo sobre (mapeamento) a geolinguística dos povos indígenas do estado do Tocantins serve para registrar através de mapas a composição étnica heterogênea tanto na diversidade cultural quanto na diversidade linguística, pois ao longo do tempo, perdemos algumas características linguísticas indígenas por não terem nada registrado. Destacando que com este estudo foi elaborado o Mapa Geolinguístico dos Povos Indígenas do estado do Tocantins.

Palavras-chave: Povos Indígenas. Território. Cultura. Educação. Geolinguística.

ABSTRACT

Studying the Indigenous Geolinguistics of the state of Tocantins and, consequently, using these investigations in cartographic plans and drawing up a map of the heterogeneity of indigenous languages was the main reason that made me research and describe the different uses in which the languages of the traditional indigenous communities of the State of Tocantins have diversified in space and time. The construction of this study is justified because until the present moment in the state of Tocantins, we do not have a geolinguistic study of indigenous peoples aiming to map indigenous languages according to the Federation Units of Indigenous Lands in the State of Tocantins. According to the National Indian Foundation (FUNAI, 2016), indigenous lands in Tocantins are distributed and demarcated as: Apinajé, Funil, Inawebhona, Krahô Kanela, Kraolândia, Parque do Araguaia, Xambioá, Xerente, Maranduba and Utaria Wyhyna (IròduIràna). However, in the state of Tocantins, the Canoanã indigenous land is being studied for the demarcation process. These traditional indigenous peoples and communities genetically belong to five large groups - Tupi trunk, Macro-Jê trunk, Karib family, Aruak family, and Pano family. Thus, the traditional indigenous peoples and communities of the state of Tocantins are made up of the Akwẽ (Xerente); Timbiras (Apinajé, Krahô and Krahô-Kanela); Yny (Karajá, Javaé and Xambioá). The objective of this study was to map the languages of the indigenous peoples of the state of Tocantins according to the Federation Units of Indigenous Lands, considering the linguistic diversity in the reading of the geographic space and its representativeness. The methodology is structured in the form of an exploratory qualitative-quantitative bibliographic research based on the theoretical and conceptual perspective, basically supported by the review of publications in the form of books and articles available in open access databases, and secondarily on theses and dissertations. In pandemic times, it was not possible to make field visits in Indigenous Lands to better understand the daily experience of indigenous ethnicities in the state of Tocantins. Therefore, the research focuses on studying the geolinguistics of the indigenous peoples of the state of Tocantins in a time frame of thirty years (1991 to 2010) according to information from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the National Indian Foundation (FUNAI, 2016). The results indicate that the study on (mapping) the geolinguistics of the indigenous peoples of the state of Tocantins serves to record through maps the heterogeneous ethnic composition both in cultural diversity and in linguistic diversity, because over time, we lose some indigenous linguistic characteristics by have nothing recorded. Emphasizing that with this study the Geolinguistic Map of the Indigenous Peoples of the state of Tocantins was prepared.

Keywords: Indian people. Territory. Culture. Education. Geolinguistics.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art. – Artigo

CIMI-TO - Conselho Indigenista Missionário do Tocantins

COVID- Novo Coronavírus

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GO - Goiás

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ISA - Instituto Socioambiental

JK- Juscelino Kubitschek de Oliveira

LD – Livro Didático

LDB - Lei de Diretrizes e da Educação Nacional 9394/96

MA – Maranhão

MEC – Ministério da Educação

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PNLEM – Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio

PNLA - Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos

PPPS – Parceiros Públicos e Privados

SEDUC/TO - Secretaria da Educação, Juventude e Esporte do Tocantins

SINTET - Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins

TO – Tocantins

UFT - Universidade Federal do Tocantins

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População do Estado do Tocantins por Unidades Federativas de Terras Indígenas em 1991	91
Tabela 2 - População do Estado do Tocantins por Unidades Federativas de Terras Indígenas em 2000	92
Tabela 3 - População do Estado do Tocantins por Unidades Federativas de Terras Indígenas em 2010	94
Tabela 4 - Terras Indígenas no Estado do Tocantins (2016)	96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tronco, Família, Línguas e Dialetos Linguísticos Tupi	88
Quadro 2 - Tronco, Família, Línguas e Dialetos Linguísticos Macro - Jê	89
Quadro 3 – Tronco, Família e Línguas Indígenas do Estado de Tocantins.....	90

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Localização do Estado do Tocantins.....	24
Figura 2 - Indígenas Apinajé do Estado do Tocantins	29
Figura 3 - Indígenas Xerente/Funil Estado do Tocantins	31
Figura 4 - Indígenas Javaé Estado do Tocantins	35
Figura 5 - Indígenas Krahô Kanela Estado do Tocantins	37
Figura 6 - Indígenas Krahô do Estado do Tocantins.....	39
Figura 7 - Indígenas Avá-Canoeiros do Brasil	43
Figura 8 - Indígenas Karajás na Ilha do Bananal do Estado do Tocantins	44
Figura 9 - Boneca de Cerâmica Ritxókó – artesanato dos Indígenas Karajás do Estado do Tocantins	45
Figura 10 - Indígenas Xambioá do Estado do Tocantins	47
Figura 11 - Mapa do Brasil com as reservas dos territórios indígenas brasileiros	53
Figura 12 - Artesanatos indígenas com peças de madeiras, buriti, babaçu, capim dourado e cerâmica	58
Figura 13 - Mapa Geolinguístico das Terras Indígenas do Estado do Tocantins	98

Sumário

1 INTRODUÇÃO	15
2 CONTEXTO HISTÓRICO E CARTOGRÁFICO DOS POVOS INDÍGENAS DO ESTADO DO TOCANTINS	20
2.1 Aspectos Históricos e Cartográficos do Estado do Tocantins	20
2.2 Processo de Formação e Ocupação dos Povos Indígenas do Estado do Tocantins	25
2.2.1 Apinajé	27
2.2.2 Funil e Xerente	29
2.2.3 Inawebohona	32
2.2.4 Krahô Kanela.....	36
2.2.5 Kraolândia	37
2.2.6 Parque do Araguaia	40
2.2.7 Xambioá (Karajá do Norte).....	45
2.2.8 Maranduba.....	47
2.2.9 Utaria Wyhyna/IròduIràna	49
3 TERRITÓRIO, CULTURA E EDUCAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO ESTADO DO TOCANTINS	50
3.2 Território dos Povos Indígenas	50
3.2.2 Identidade Territorial.....	56
3.3 Cultura Indígena do Estado do Tocantins	57
3.4 Educação dos Povos Indígena do Estado do Tocantins	60
3.3.1 Educação pública no estado do Tocantins.....	60
3.3.2 Educação Indígena	62
3.3.3 Políticas educacionais indígenas	66
3.3.4 Políticas linguísticas indígenas.....	72
4 GEOLINGUÍSTICA DOS POVOS ÍNDÍGENAS NO ESTADO DO TOCANTINS	74
4.1 Teorias Linguísticas	74
4.1.1 Linguística.....	76
4.1.2 Variante linguístico	77
4.2 Linguísticas Indígenas do Estado do Tocantins	78
4.2.1 Linguística indígena	78
4.2.2 Família Linguística Indígena.....	78
4.2.3 Tronco Linguístico Indígena	80
4.2.3.1 Tronco Linguístico Tupi	80

4.2.3.2 <i>Tronco Linguístico Macro - Jê</i>	82
4.3 Geolinguística	82
4.3.1 Cartografia.....	84
4.3.2 Linguagem Cartográfica.....	86
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	88
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	102

1 INTRODUÇÃO

A aproximação com o campo desta pesquisa decorre da minha formação em Geografia Bacharel (2013) e Licenciatura em Geografia (2018), numa perspectiva construída a partir do momento em que fui cursar mestrado no curso de Letras, na área de concentração em Linguística Aplicada na Universidade Federal do Tocantins – UFT (2019).

Fazer duas graduações na área de ciências humanas (geografia) e escolher fazer mestrado na área de linguagens (língua portuguesa) não foi fácil, mas ter a certeza que duas áreas de conhecimento diferentes conversam entre si por questões de linguagens espaciais e temporais e contribuem para o planejamento coletivo e cooperativo das práticas pedagógicas, fez dessa escolha um dos desafios mais importantes da minha vida acadêmica dentre de uma Universidade Pública. Estudar numa Universidade Pública é vivenciar a universidade e acreditar que todos nós somos responsáveis por fazer a diferença dentro do mundo universitário, é descobrir que somos capazes de desafiar a nós mesmos dentro do nosso íntimo, permitindo novos conhecimentos, novos caminhos para o saber.

A motivação para a realização deste trabalho foi se configurando no interior de minha vida como estudante em escola pública e da minha atividade profissional como educadora em escola pública, especialmente, por não conhecermos e entendermos a relação entre estudos linguísticos e geográficos, ou seja, as conexões e as analogias entre as disciplinas de português e geografia dentro do contexto educacional.

Em tempos pandêmicos, não foi fácil ter motivação e ânimo para escrever essa dissertação, considerando que estava previsto realizar visitas de campo nas Unidades de Federação de Terras Indígenas do Estado do Tocantins. No entanto, as etnias indígenas e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) não permitiram visitas nas aldeias, por causa do contágio, que pode ocorrer diretamente, pelo contato com pessoas infectadas (através de gotículas respiratórias) ou indiretamente, pelo contato com superfícies ou objetos que foram utilizados por uma pessoa infectada. De fato, não desistir de construir a minha dissertação e foquei nas leituras em livros, artigos, dissertações e teses para compreender e entender o cotidiano das etnias indígenas que habitam no estado do Tocantins. Sendo assim, enquanto o mundo todo falava sobre o Novo Coronavírus (COVID -19) eu Luciana estava a ler e escrever as linhas que hoje formam a minha dissertação de mestrado.

Para entender a geolinguística dos povos indígenas do estado do Tocantins, é preciso conhecer os contextos históricos e geográficos que evidenciam a geografia linguística indígena do estado do Tocantins na atualidade.

Nesse sentido, a importância desse estudo se configura em apresentar a ideia de que a séculos se constrói a materialização panorâmica geolinguística vista apenas pela visão hegemônica europeia, sem considerar de fato as comunidades tradicionais indígenas na construção das maiores transformações da história da humanidade, especificamente, na cultura linguística geográfica da sociedade brasileira.

Para Borba (2003) a linguística é a ciência que se ocupa da linguagem humana e das línguas naturais, para cumprir seu objetivo básico que é determinar a natureza da linguagem, estrutura e funcionamento das línguas. Silva (2013) relata que a Geografia enquanto ciência estuda o espaço geográfico, modificado e adaptado pelo homem e as dinâmicas dos fenômenos naturais em diferentes recortes de tempo, portanto, este espaço geográfico pode ser representado por desenhos, símbolos, mapas, cartas e plantas que precisam da linguagem cartográfica para contextualizar sua leitura geolinguística.

Nesta perspectiva, a linguagem na geografia detém as representações a partir das categorias geográficas, ou seja, a partir das percepções da paisagem, espaço, lugar, região e território, atributos de análise que contribuem para o estudo da geolinguística indígena do estado do Tocantins. Sendo assim, a linguagem cartográfica prioriza as diferentes formas de representação do espaço geográfico.

Partindo desse pressuposto, a cartografia pode ser entendida como a ciência, arte e técnica, é um instrumento necessário para elaboração de mapas, a partir da interpretação dos dados geográficos referente ao estudo do espaço pelas representações (Silva, 2013).

De acordo com Cardoso (2010) a Geografia Linguística enquanto método da Dialetoлогия tem como objetivo analisar as dinâmicas geográficas territoriais das línguas e as diferenças e variedades linguísticas de seus falantes e, conseqüentemente dispor se dessas informações em planos cartográficos e registrar através de mapas a composição étnica heterogênea da evolução histórica das línguas indígenas brasileiras.

Justifica-se a construção deste estudo porque até o presente momento no estado do Tocantins, não temos um estudo geolinguístico dos povos indígenas visando mapear as línguas indígenas de acordo com as Unidades de Federação de Terras Indígenas no Estado do Tocantins.

De fato, para mapear a geolinguística das línguas indígenas no estado do Tocantins é necessário conhecer os fenômenos geográficos e históricos de cada povo e, estes estão em constante movimento, entretanto, este estudo pode apenas descrever uma realidade em determinado tempo e espaço geográfico de existência desses povos indígenas e suas línguas.

Desse modo, o estudo da geolinguística das línguas indígenas no estado do Tocantins reproduz a assimetria das relações Inter étnicas em diferentes espaços geográficos e tempos, constituindo um mapeamento com informações sobre as diversidades linguísticas culturais desses povos indígenas. Portanto, este estudo geolinguístico das línguas indígenas do estado do Tocantins se torna relevante, pois, a pesquisa de qualquer língua dentro da geolinguística é relevante para o desenvolvimento da ciência Linguística e Geográfica.

O Estado do Tocantins localiza-se no sudeste da região Norte do Brasil e limita-se com o estado do Maranhão a nordeste, estado do Piauí a leste, estado da Bahia a sudeste, estado do Goiás a sul, estado do Mato Grosso a sudoeste e ao estado do Pará a noroeste (IBGE, 1998).

Segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2016) as terras indígenas, no estado do Tocantins, estão distribuídas e demarcadas como: Apinajé, Funil, Inawebohona, Krahô Kanela, Kraolândia, Parque do Araguaia, Xambioá, Xerente, Maranduba e Utaria Wyhyna (IròduIràna). No entanto, no estado do Tocantins a terra indígena Canoanã está em fase de estudos para processo demarcatório.

Nesse sentido, essas etnias contribuem para a formação da diversidade linguística no estado, considerando que a classificação genética dessas línguas que se distribuem por cinco grandes grupos - Tronco Tupi, Tronco Macro-Jê, Família Karib, Família Aruak, Família Pano; havendo ainda nove outras famílias menores e dez isolados linguísticos. Os povos indígenas do estado do Tocantins são os Akwẽ (Xerente); os Timbiras (Apinajé, Krahô e Krahô-Kanela); os Yny (Karajá, Javaé e Xambioá), além da língua materna indígena e a língua portuguesa que é a segunda língua mais falada.

Para tanto, levanta-se as seguintes indagações: O que é geolinguística? Qual é a relação da geografia com a linguística? Qual é a geolinguística dos povos indígenas do estado do Tocantins? Para que serve o estudo (mapeamento) geolinguístico dos povos indígenas do estado do Tocantins?

O objetivo geral desse estudo foi mapear as línguas dos povos indígenas do estado do Tocantins de acordo com as Unidades de Federação de Terras Indígenas, considerando a diversidade linguística na leitura do espaço geográfico e suas representações. Os objetivos específicos foram: Conhecer o contexto histórico e cartográfico dos povos indígenas do estado do Tocantins; identificar o território, cultura e educação dos povos indígenas do estado do Tocantins e Investigar a geolinguística dos povos indígenas do estado do Tocantins.

A metodologia está estruturada na forma de uma pesquisa bibliográfica exploratória quali-quantitativa pautada na perspectiva teórica conceitual, amparada basicamente na revisão de publicações em formato de livros e artigos disponíveis em bases de dados de livre acesso, e

secundariamente em teses e dissertações. Em tempos pandêmicos não foi possível fazer visitas de campos nas Unidades de Federação de Terras Indígenas para melhor conhecimento sobre a vivência cotidiana das etnias indígenas no estado do Tocantins. Sendo assim, a pesquisa se concentra em estudar a geolinguística dos povos indígenas do estado do Tocantins em um recorte temporal de trinta anos (1991 a 2010) segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2016).

Para Amaral (2007, p.5), “a pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa”. O estudo caracteriza-se como exploratório, pois proporciona expansão do conhecimento relativo ao assunto pesquisado. Segundo Chizzotti (1995, p.23), a pesquisa exploratória objetiva, em geral, “provocar o esclarecimento de uma situação para a tomada de consciência”. De acordo com Richardson (1985) e Godoy (1995), a pesquisa qualitativa possibilita descrever a complexidade de um determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir para o processo de mudança de determinado grupo. E quantitativa por tratar do manejo de dados numéricos oriundos de uma realidade vivenciada. Pois está, normalmente, se mostra apropriada quando existe a possibilidade de medidas quantificáveis de variáveis e inferências usando instrumentos específicos (GIL, 1999).

O desvelar da pesquisa proporcionou observar e identificar a geolinguística como um processo de linguagem na leitura do espaço geográfico, em suas diversas escalas e configurações. Assim, é preciso dar um novo destaque para a geolinguística no ensino das linguagens e suas aplicabilidades.

Portanto, considerando o objetivo proposto, este estudo encontra-se organizado em quatro capítulos, a saber:

O capítulo I – Contexto histórico e cartográfico dos povos indígenas do estado do Tocantins – traz uma explanação conceitual sobre os aspectos históricos e cartográficos e o processo de ocupação e formação das Unidades de Federação de Terras Indígenas do Tocantins: Apinajé, Funil, Inawebohona, Krahô Kanela, Kraolândia, Parque do Araguaia, Xambioá, Xerente, Maranduba e Utaria Wyhyna (IròduIràna). Para isso, recorreremos aos estudos de Nimuendaju (1983/2001), Seki (1999), Ribeiro (1996), Brigido (2000), Cavalcante (1996), Mellati (1993), Seki (1999), Callai (2008), Albuquerque (1999), Rodrigues (1986), Martinelli

(2002), Joly (1990), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1991/2001 e 2010), aos Decretos, às Leis e à Constituição brasileira (1998), dentre outros autores.

O capítulo II – Território, Cultura e Educação dos povos indígenas do estado do Tocantins – apresenta um quadro teórico no qual se insere o presente estudo. São abordadas as questões de território, cultura e educação dos povos indígenas do estado do Tocantins, além de fundamentar teoricamente sobre a identidade cultural, educação pública do estado do Tocantins e as políticas educacionais indígenas. Para tanto, apoiamo-nos em estudos de Haesbaert (1997, 1999, 2006), Rasffestini (1993), Brandão (1986), Mellati (1993), Paviani (2004), Badie (1995), Schein (2001), Cucho (2002), Veiga e Salanova (2001), Callet (2006), Bauman (2005), Ortiz (1983), Souza (2017), aos Decretos, às Leis e à Constituição brasileira (1998), e outros.

O capítulo III – Geolinguística dos povos indígenas no estado do Tocantins – traz um esclarecimento conceitual sobre as teorias linguísticas, linguística indígena, linguagem cartográfica, geolinguística e a geolinguística indígena do estado do Tocantins, considerando a classificação genética dessas línguas que se distribuem por cinco grandes grupos - Tronco Tupi, Tronco Macro-Jê, Família Karib, Família Aruak, Família Pano; havendo ainda nove outras famílias menores e dez isolados linguísticos, enfocando as línguas indígenas Akwẽ, Timbira, Yny, além da língua portuguesa. Para isso, recorreremos aos estudos de Colombat (et.al. 2007), Aroux (1992), Borba (2003), Saussure (1995), Calvet (1996, 2007), Ludwig (2019), Savedra e Lagares (2013), Dubois (et. al. 1998), Maher (2010), Melo (2003), Nimendaju (2001), Ball (2005), Cardoso (2010), Nimuendaju (1983), Castrogiovini (2003), Ribeiro (1996), Brigido (2000), Cavalcante (1996), Seki (1999), Callai (2008), Albuquerque (1999), Rodrigues (1986), Martinelli (2002), Joly (1990), Silva (2013), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1991/2001 e 2010), aos Decretos, às Leis e à Constituição brasileira (1998), dentre outros autores.

O capítulo IV - Resultados e Discussões – concentra as informações relevantes que foram obtidas após a fundamentação teórica, ou seja, destaca-se as contribuições do estudo na área do conhecimento e apresenta os possíveis resultados a partir das discussões e objetivos propostos no presente trabalho.

A esse capítulo seguem-se as considerações finais e as referências bibliográficas.

2 CONTEXTO HISTÓRICO E CARTOGRÁFICO DOS POVOS INDÍGENAS DO ESTADO DO TOCANTINS

Nesta seção, daremos destaque ao estudo e às concepções teóricas e metodológicas sobre o contexto histórico e cartográfico dos povos indígenas do estado do Tocantins. Para esta discussão analisaremos o processo de formação dos povos indígenas que são povos minoritários no estado do Tocantins, distribuídos espacialmente nas Terras Indígenas, demarcadas como: Apinajé, Funil, Inawebohona, Krahô Kanela, Kraolândia, Parque do Araguaia, Xambioá, Xerente, Maranduba e Utaria Wyhyna (IròduIràna). Destaca-se que, no estado do Tocantins a terra indígena Canoanã está em fase de estudo para processo demarcatório. Dessa forma, para compreender a situação territorial e a convivência de línguas diferentes é preciso conhecer os antecedentes históricos e os aspectos cartográficos que evidenciam a existência de cada povo indígena, considerando o tempo e o espaço geográfico ocupado por estes povos indígenas tocantinenses.

2.1 Aspectos Históricos e Cartográficos do Estado do Tocantins

O estado do Tocantins é uma das 27 unidades federativas do Brasil, foi criado em 1988, com a promulgação da Constituição Brasileira. Considerando que antes, da colonização do Brasil, o território do Tocantins era ocupado pelos índios Xingus e Txucarramães, entretanto, as terras que hoje correspondem ao território do estado do Tocantins faziam parte do estado de Goiás.

No século XVII, pequenas e grandes expedições pelas bandeiras paulistas com a finalidade de descobrir novas rotas de mineração fizeram várias visitas no interior do Brasil.

Silva e Souza (2014), falam que desde fins do século XVII, no intuito de desvendar uma das rotas da mineração no interior do Brasil, nos estados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais foram visitados em pequenas e grandes expedições pelas bandeiras paulistas. Dessa forma, a parte ocidental do Mato Grosso foi inicialmente explorada pelos espanhóis enquanto que toda a zona oriental foi devassada e conquistada pelos bandeirantes.

No entanto, o deslocamento, a organização de expedições pelo interior do Brasil no processo de colonização teve objetivos diferentes pelos bandeirantes.

No processo de colonização do Brasil, a organização de expedições pelo interior teve objetivos diversos. A busca por metais e pedras preciosas, o apresamento de indígenas, a captura de escravos africanos fugitivos e o encontro das drogas do sertão foram alguns dos aspectos que permeiam a motivação desses deslocamentos. Em

suma, as expedições pelo interior do território estiveram divididas entre a realização das entradas e bandeiras (SILVA; SOUZA 2014, p.4).

Nesse sentido, na realização das entradas de expedições que buscavam apresamento de índios e a prospecção de minérios envolviam a organização do governo português, além as autoridades coloniais incentivaram as ações exploratórias a fim de descobrirem outra atividade econômica.

Para Silva e Souza (2014, p.4), as entradas envolviam a organização do governo português na realização de expedições que buscavam apresamento de índios e a prospecção de minérios. Chegando ao século XVII, momento em que o açúcar vivia uma acentuada crise e o governo português se recuperava do domínio espanhol, as autoridades coloniais incentivaram tais ações exploratórias na esperança de descobrirem alguma outra atividade econômica capaz de ampliar os lucros da Coroa.

Considerando que no século XVII com as descobertas das Minas Gerais de um lado e as Minas de Cuiabá do outro as atividades econômicas ganhariam forças e aumentariam as hipóteses das duas minas haverem ouro.

Como afirmam Silva e Souza (2014)

[...] “as descobertas as Minas Gerais de um lado e as minas de Cuiabá de outro, no século XVII, iria alimentar a hipótese de que, entre esses dois pontos, também haveria do mesmo ouro” (SILVA; SOUZA, 2014, p.4).

No século XVII em outros lugares do território brasileiro ocorreu também a expansão das atividades mineradoras e a extração do ouro.

De acordo com Silva e Souza (2014, p.4), na rota do ouro de aluvião encontra-se Natividade que teve suas origens em 1734, durante a expansão da atividade mineradora do começo do século XVIII, no centro-oeste brasileiro, considerado um dos maiores arraiais da Capitania de Goiás, ocupando o segundo lugar em importância na extração de ouro, sendo sede da “Comarca do Norte” entre 1809 a 1815. Assim, na busca pelo minério surge à cidade de Goiás, antiga capital de Goiás, no Centro Oeste brasileiro. Ainda no interior do país aparece ouro em Arraias e Natividade, agora no sertão goiano, mais tarde Norte Goiano, hoje Estado do Tocantins. Considerando que as áreas pertencentes a Províncias de Goiás, então desmembradas da Capitania de São Paulo, passaram por diversos processos, principalmente no tocante ao poder decisório, onde as representações eram feitas pelo Governador da Capitania.

Ainda no século XVIII, devido à extração do ouro e das minas mineradoras o povoamento de Goiás estava demarcado em três zonas e ocorreu também o surgimento de outros povoados.

Durante o século XVIII, o povoamento de Goiás estava demarcado em três zonas, embora com relativa densidade. A primeira zona situava-se no centro-sul, com vários arraiais, sendo o principal centro de comunicação. Uma segunda zona estava situada na porção centro-norte, onde a sede administrativa pertencia à correição do Norte. Já a terceira zona correspondia a todo o Norte da capitania abrangendo extensas áreas entre o Rio Tocantins e os chapadões nos limites com a Bahia (SILVA; SOUZA 2013, p.6). Nestas áreas também se encontram alguns povoados dispersos a saber: Arraías, São Félix, Cavalvante Natividade e Porto Real (Porto Nacional) que era o arraial mais setentrional (SILVA; SOUZA 2014, p.6 apud PALACIN; MORÃES, 2008, p. 23-24).

Além das minas auríferas outras atividades contribuíram para o desbravamento da região Norte Goiano.

Silva e Souza (2014, p.7), ressaltam que “além dos bandeirantes paulistas que percorreram o Norte Goiano, para a captura de índios destinados a serem escravizadas, mesmo antes de serem descobertas as minas auríferas, outras entradas oriundas da Amazônia, como também de outras partes do Brasil contribuíram para o desbravamento da região”. Os autores salientam que após o período áureo do ouro, a economia transita para a atividade agropastoril, portanto, a capitania de Goiás transita para um declínio em sua produção.

Considerando que além das minas auríferas no Norte Goiano a economia agropecuária também tornou meio de subsistência.

“[...] a economia agropecuária surgiu desde cedo, graças a enorme disponibilidade de Terras, primeiro como subsistência, atendendo a expansão da mineração e mais tarde como único meio de sobrevivência” (SILVA; SOUZA, 2014, p.8 apud SOUZA; CARNEIRO 1996, p. 32).

As questões econômicas foi um fator importante no processo de redivisão do Estado de Goiás, considerando que as precariedades das vias de comunicação terrestre e fluvial dificultou e limitava a proximidade de outras regiões, além do que evitavam a formação de favelas em cidades do sul do estado.

De acordo com Silva e Souza (2014, p.12), “as questões econômicas sempre estiveram presentes nas intenções de redivisão do Estado, considerando que existia outra preocupação que estava ligada à disposição geográfica longitudinal do Estado, e dada às precariedades das vias de comunicação terrestre e fluvial visto que limitava qualquer tentativa de aproximação em vista da enorme distância entre as regiões, Norte e centro-sul de Goiás”.

Nesse sentido, Silva e Souza (2014, p.13) salientam que na criação do Estado do Tocantins no aspecto social foi considerada uma possibilidade racional de estancar “o êxodo dos nortenses rumo às cidades do Sul, evitando a formação de favelas em cidades, como Goiânia, Anápolis e Brasília”.

Assim, no processo de ocupação e colonização do atual Estado do Tocantins, corrobora os autores com a ideia que,

[...] foi à pecuária criada extensiva a responsável pela divisão do Estado, sobretudo o boi “pé duro” entrando a partir de Pernambuco passando pelo Piauí. “Foram os curraleiros do Tocantins – e não os mineradores de ouro - que deram os primeiros sinais de independência do Norte de Goiás, com a criação da comarca da Palma, em 1809 [...]” (SILVA, SOUZA, 2014, p. 13 apud SILVA, 1996, p. 25).

Portanto, o processo de formação e ocupação do norte goiano foi constituído tanto pela mineração do ouro quanto pela atividade agropastoril (gado curraleiro), fato este que também contribuíram para a divisão do Estado de Goiás. Dessa forma, as propostas de redivisão territorial do estado são diversificados e oriundos de questões de natureza geoeconômicas e geopolíticas.

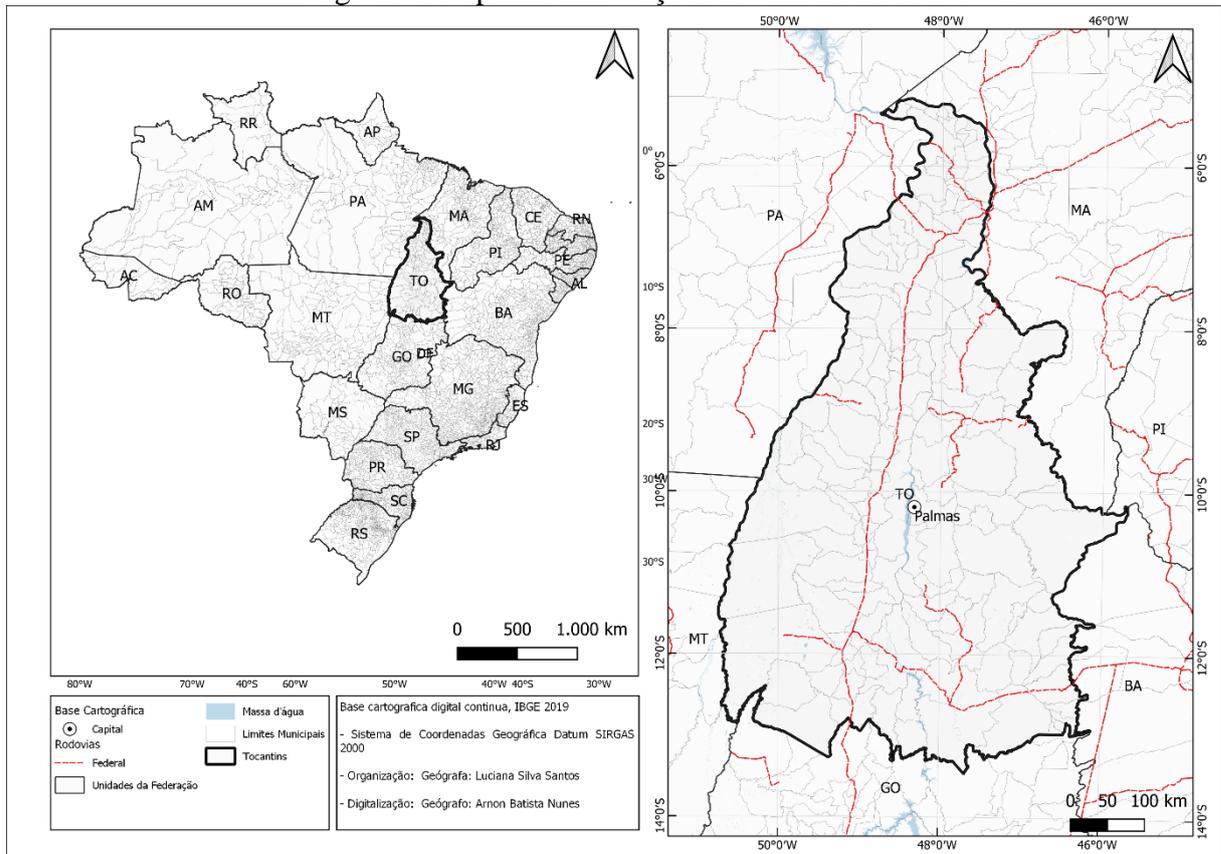
Nessa perspectiva, a criação do estado do Tocantins ocorreu a partir do artigo 13º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, em 1988. E na ocasião o estado foi criado por meio da divisão de Goiás na porção norte.

Para Cavalcante (1996), o Estado do Tocantins foi criado por determinação da Constituição Brasileira de 05 de outubro de 1988, no artigo 13 das Disposições Transitórias do Projeto da Nova Constituição, aprovado em 27 de julho de 1988, pela Comissão de Sistematização e pelo Plenário da Assembleia Nacional Constituinte, a partir da divisão do Estado de Goiás (parte norte e central). Em 07 de dezembro de 1988, o presidente da República, José Sarney, anunciou que a cidade de Miracema do Tocantins, na região central do Estado, seria a capital provisória do novo Estado de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 1989, período em que ocorreria a definição de onde seria construída a capital do Tocantins.

Ainda para Cavalcante (1996), José Wilson Siqueira Campos foi o primeiro governador do novo Estado e tomou posse em 1º de janeiro de 1989, enquanto que Palmas a capital do Estado do Tocantins foi fundada em 20 de maio de 1989, com a solenidade do lançamento da sua pedra fundamental, porém no dia 1º de janeiro de 1990 ela foi instalada.

De acordo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/1998), o Estado do Tocantins localiza-se no sudeste da região Norte, exatamente no centro geográfico do país, condição que lhe possibilita fazer limites com o estado do Maranhão a nordeste, estado do Piauí a leste, estado da Bahia a sudeste, estado do Goiás a sul, estado do Mato Grosso a sudoeste e ao estado do Pará a noroeste.

Figura 1: Mapa de localização do Estado do Tocantins.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2019.

De acordo com o IBGE (2010), o Estado do Tocantins possui uma área de 278.420,7 quilômetros quadrados com uma população de 1.383.445 habitantes distribuídos em 139 municípios, sendo que em Palmas, capital do estado tem mais de 180 mil habitantes. Atualmente, o Estado do Tocantins possui uma população de 1.572.866 habitantes (IBGE, 2019).

Foi a partir da chegada dos portugueses ao Brasil que descobriram a existência de povos indígenas, ou seja, antes da chegada dos portugueses à América os povos indígenas já habitavam o território brasileiro, com o processo da colonização europeia e a expansão dos colonizadores na América os povos indígenas sofreram alguns impactos, muitos resistiram e continuaram no território e outros migraram para outros lugares, inclusive para o território do estado do Tocantins.

Dessa forma, o processo de ocupação e formação do estado do Tocantins se constituiu de uma diversidade de etnias e também de pessoas de todas as regiões do Brasil. Os povos indígenas estão localizados em diversos municípios, em geral, com suas terras demarcadas. A seguir será apresentada a caracterização histórica e geográfica das terras indígenas do Estado Tocantins (demarcações).

2.2 Processo de Formação e Ocupação dos Povos Indígenas do Estado do Tocantins

Inicialmente o processo de formação e ocupação do Brasil ocorreu com a chegada dos portugueses e a existência de povos indígenas que habitavam neste território.

Para Seki (1999), foi partir da chegada dos portugueses ao Brasil que descobriram a existência de povos indígenas, bem como de suas línguas, considerando que os materiais linguísticos existentes foram produzidos, sobretudo por missionários jesuítas portugueses, como o padre José de Anchieta.

Segundo Barbosa (2016), quando os europeus chegaram a este território, existia mais de 1.000 povos indígenas e uma população de mais de 04 milhões de pessoas, porém, com o processo de expansão da colonização europeia, os povos indígenas sofreram um processo de desaparecimento, muitos resistiram aos impactos e continuaram preservando seus hábitos, costumes, suas tradições culturais e suas línguas maternas.

Baseado no contexto histórico de surgimento do Brasil existe uma grande diversidade de povos indígenas, embora as línguas indígenas remanescentes sejam minoritárias.

De acordo com Lucy Seki (1999), no Brasil há imensa diversidade de povos indígenas, considerando que há mais de 200 etnias e 180 línguas faladas, entretanto, estima-se que desde a chegada dos portugueses houve a perda de 1.000 línguas, o que representa 85% das línguas existentes no território brasileiro no século XVI. Assim, as línguas remanescentes são todas minoritárias, calculando-se em aproximadamente 155.000 o número total de falantes.

Sobre as línguas indígenas no Brasil, Seki (1999) diz que:

Aproximadamente 180 línguas indígenas são faladas no Brasil. De fato, não há absoluta certeza quanto ao número, o que se deve às dificuldades inerentes à definição técnica do que seja propriamente uma língua (em relação a dialeto, formas antigas e modernas etc.), agravadas pela carência ainda existente de informações sobre as línguas e seus falantes. Estima-se que, no decorrer dos 500 anos de colonização, cerca de mil línguas se perderam devido ao desaparecimento físico dos falantes, em decorrência de epidemias, extermínio direto, escravização, redução de territórios, destruição das condições de sobrevivência e aculturação forçada, entre outros fatores que sempre acompanharam as frentes de expansão desde o período colonial até nossos dias (SEKI, 1999, p.18).

Nesta perspectiva, desde o período da colonização existe uma grande perda de línguas indígenas no território brasileiro.

Segundo a Constituição Federal (1988), as terras indígenas são aquelas tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas do Brasil, habitadas em caráter permanente, utilizadas para as suas atividades produtivas, e imprescindíveis à preservação dos recursos naturais necessários para o seu bem-estar e sua reprodução física e cultural, de acordo com seus usos, costumes e tradições.

De acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2016) a criação de terras indígenas apoia-se na no artigo 231 (parágrafo 1º ao 6º) da Constituição Federal de 1988, que reconhece a organização social dos índios, seus costumes, suas línguas, suas crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens.

Ainda para a FUNAI (2016) o procedimento atual para identificação e delimitação, demarcação física, homologação e registro de terras indígenas está estabelecido e balizado no Decreto no. 1.775, de 8/01/1996, que "dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas", definindo claramente o papel do órgão federal indigenista, as diferentes fases e subfases do processo, bem como assegurando transparência ao procedimento, por meio de sua publicidade. Portanto, a nova sistemática administrativa foi definida pelo Decreto 1775/96 e pela Portaria n.14/MJ de 09/01/1996, que estabelece “regras sobre a elaboração do relatório circunstanciado de identificação e delimitação de Terras Indígenas”.

No estado do Tocantins o território dos povos indígenas é dividido em Unidades de Federação de Terras Indígenas e são demarcadas em conformidade com as características oriundas do processo de formação e ocupação de cada etnia indígena.

No Estado do Tocantins, de acordo com dados da FUNAI (2016) o processo de formação e ocupação constituem-se de uma diversidade de etnias. Sendo assim, as etnias dominantes por região no Tocantins são formadas pelas etnias: Karajá, Javaé, Xerente, Apinajé, Krahô e Avá Canoeiro.

Para a FUNAI (2016) existe uma diferença entre Território e Unidade Territorial, considerando que o território físico pode ser caracterizado como um espaço geográfico no qual estão relacionadas identidades e relações de poder para sua constituição, vale fazer algumas ressalvas:

a) o território pode ser composto de várias unidades territoriais. O território, portanto, é o polígono maior e as unidades territoriais são polígonos menores ou pontos dessa macrorrepresentação; b) apesar da homogeneidade dos territórios, internamente eles podem ser marcados também pelas suas diferenças; c) essas unidades territoriais podem ser formais, ou seja, regularizadas do ponto de vista fundiário, ou não formais, isto é, que ainda não foram legalizadas ou institucionalizadas, embora não seja negada a presença de determinados grupos e o sentimento de pertencimento destes à unidade (FUNAI, 2016, p.32).

Desde o processo de formação e ocupação do estado do Tocantins as etnias indígenas são distribuídas espacialmente em diferentes regiões do estado.

Para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2016) as Terras Indígenas no Estado do Tocantins estão oficialmente demarcadas como: Apinajé, Funil, Inawebohona, Krahô Kanela, Kraolândia, Parque do Araguaia, Xambioá, Xerente, Maranduba e Utaria Wyhyna (IròduIràna).

Para compreendermos melhor essa dinâmica de distribuição territorial das etnias indígenas do estado em estudo, vamos entender a caracterização histórica das terras indígenas demarcadas do Estado do Tocantins.

2.2.1 Apinajé

O primeiro contato dos Apinajé com não índios se deu com os Jesuítas entre 1633 a 1658. De fato, com a descoberta do ouro no século XVIII, várias expedições foram realizadas através do rio Tocantins. O encontro dos exploradores com esses índios provocou conflitos e mortes. Portanto, desde o século XVIII, há indícios da existência dos índios Apinajé no extremo norte do Tocantins.

De acordo com Nimuendaju (1983), na literatura Apinayé há uma hipótese de que o nome tenha sido dado pelos Timbiras Orientais que significa “Canto” ou “Pontal”. A existência dos índios Apinayé no extremo norte do Tocantins é conhecida desde o século XVIII, quando o Rio Araguaia e o Rio Tocantins começaram a ser navegados por jesuítas e bandeirantes. O território tradicional dos Apinayé ia desde o pontal entre os rios Tocantins e Araguaia até a bacia do rio Mumbuco (afluente do Tocantins) e na Cachoeira dos Martírios (Rio Araguaia). A ocupação da área indígena envolveu os Apinayé na economia, costumes e também nas intrigas com os “civilizados”. Na região do Araguaia, os índios habitavam as duas margens, desde São João até a aldeia Cocal Grande. Porém, as lutas com os “civilizados” fizeram com que os Apinayé se concentrassem às margens do Tocantins. Assim, os índios Apinajé consideram a sua comunidade uma ramificação dos Timbiras do Leste do Rio Tocantins, especialmente dos Krikati, chamados por eles Makráya, que viviam nas margens do rio Pindaré.

Para Azanha (et. al. 2006) os principais fatos históricos referentes aos Apinajé envolvem:

[...] 1780 - fundação do Posto de Alcobaça, que sofreu ataque desses índios; b) 1797 - criação do Posto São João das Duas Barras (São João do Araguaia), o que resultou no contato definitivo dos Apinayé com a sociedade nacional; c) 1810 - fundado o povoado de São Pedro de Alcântara, onde comerciantes usavam os Krahô para atacar outros grupos indígenas hostis aos não índios; d) 1816 - esse povoado é incorporado a São Pedro de Alcântara, formando a cidade de Carolina; e) 1824 - cerca de 4.200 Apinayé moravam na região de Carolina; f) 1826 - fundação do povoado de Santo Antônio, em território Apinayé; g) 1831 - fundação de Boa Vista, atual Tocantinópolis, que abrigava Apinayé, Krahô e nordestinos (em sua maioria do Piauí); h) 1840 - Frei Vito funda uma missão em uma das aldeias; i) 1850 - forte navegação

comercial no Tocantins. Há relatos de viajantes e comerciantes sobre esse povo; j) 1851 - população do aldeamento de Boa Vista era de 2.822 pessoas; k) 1897 - a população Apinajé contava com cerca de 400 índios (AZANHA, G.; LADEIRA, M. E., 2006, p.45).

Sobre a existência dos índios apinajés no norte do Tocantins, Albuquerque (1999) fala que:

Os primeiros “civilizados” a alcançar o território ocupado pelos Apinajé foram jesuítas que, entre 1633 e 1658, empreenderam quatro entradas Tocantins acima, a fim de “descerem” índios para as aldeias do Pará. À medida que os caminhos pelos rios Araguaia e Tocantins foram sendo abertos, o contato com os grupos indígenas que habitavam esta região tornou-se mais constantes e as referências aos Apinajé cada vez mais precisas. Os rios Araguaia e Tocantins tiveram várias expedições coloniais a percorrer suas águas no primeiro quartel do século XVIII, vindas não apenas do Sul, mas também do Maranhão e Pará, que disputavam a posse da rica região aurífera recentemente descoberta pelos bandeirantes de São Paulo no sul de Goiás. Até o final do século XVIII, os Apinajé entraram diversas vezes em contato hostil com os “civilizados”, empreendendo “correrias” pelo Tocantins para apoderarem-se de ferramentas (ALBUQUERQUE, 1999, p. 23).

Os índios apinajés, ocupam uma região das matas ciliares ao longo dos ribeirões que deságuam no Tocantins ou no Araguaia, têm suas aldeias localizadas no campo e utilizam a mata para a caça e cultivar alimentos.

Nesse sentido, Cavalcante relata (1996) que:

Os índios Apinajés ocupam uma região das matas ciliares ao longo dos ribeirões que deságuam no Tocantins ou no Araguaia, e também vivem nos campos cerrados que ficam entre esses dois rios, utilizando a mata só para caçar e para plantar. Na época dos primeiros contatos com o branco, os índios colhiam apenas as folhas do babaçu, para fazer esteiras, recipientes e coberturas de casas, além do óleo de amêndoa. Atualmente, as aldeias dependem mais da agricultura e da coleta da amêndoa do babaçu, produto valorizado no mercado regional e que representa uma boa fonte de renda para os Apinajés. Na roça, os apinajés costumam plantar batata, milho, mandioca, amendoim e fumo. As festas e casamentos são realizados durante o verão (CAVALCANTE, 1996, p.42).

Os índios apinajés possuem culturas distintas, desde festas e rituais as atividades de trabalho são divididas entre eles.

De acordo com Barbosa (2016), nas festas e rituais, mantêm o casamento e o batizado, realizados no verão, época da colheita, considerando que os trabalhos são divididos e a função das mulheres é trazer a lenha, coletam frutos, cuidam das crianças e produzem artesanato, enquanto que o papel dos homens é caçar e a pescar e trabalham na roça e quando vão preparar as roças, percorre uma longa distância, a procura de mata e terras para a plantação de milho e suas variedades, fato este que, implica muitas vezes em fazerem acampamento por lá e ficam durante vários dias com toda a família.

Figura 2: Indígena Apinajé do Estado do Tocantins.



Foto: Lídia Barroso, 2009.

Os índios apinajés pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê da Família Jê descendentes do grupo Timbira.

Conforme Albuquerque (2011), os índios Apinajé falam a língua apinajé que pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê da Família Jê descendentes do grupo Timbira e vivem numa área demarcada, a partir de 1985, de 141.904 hectares.

A Unidade Federativa de Terra Indígena Apinajé no Estado do Tocantins é habitada pelos indígenas apinajé que falam a língua apinajé, considerando que esse povo sempre habitaram a região de confluência entre o Araguaia e o Tocantins. Atualmente, a área indígena desse povo está situada nos municípios de Tocantinópolis, Maurilândia do Tocantins, Cachoeirinha do Tocantins e São Bento do Tocantins.

2.2.2 Funil e Xerente

As Unidades Federativas de Terras Indígenas Funil e Xerente são duas áreas demarcadas como território de posse pelo Estado do Tocantins e estão situadas na margem direita do rio Tocantins no Município de Tocantínia.

Farias (1996), afirma que os índios Xerentes são da mesma família dos Xavantes, autodenominados Akwe que significa "indivíduo", "gente importante" é pertencem ao tronco linguístico Macro - Jê, da família Jê e sua língua falada é o Akwe.

Silva (1994) fala que os Xerentes são classificados como Jê centrais, e os primeiros documentos que mencionam esse povo datam do século XVIII. Segundo Schroeder (2010), eles habitavam as caatingas do médio Tocantins, entre os rios Manuel Alves Grande e Manuel Alves Pequeno, e nos sertões do Duro (Dianópolis). Este povo foi bastante dizimado por doenças trazidas de fora e por conflitos com bandeirantes paulistas.

Segundo Albuquerque (2011), o território Xerente é composto pelas Terras Indígenas Xerente e Funil e localiza-se no cerrado do Estado do Tocantins á leste do rio Tocantins, os índios Akwe-Xerente, pertencem ao tronco linguístico Macro - Jê, da família Jê e habitam duas áreas demarcadas pelo Estado do Tocantins, como território de posse. Sendo que a primeira área é denominada Terra Indígena Xerente denominada “Área Grande”, que foi demarcada em 1972, com 167.542 hectares, após um processo conflituoso de colonos brasileiros que invadiram seu território tradicional, enquanto que a segunda área contínua à primeira área foi demarcada em 1988 e denominada como Terra Indígena Funil, em decorrência dos conflitos anteriores. A Terra Indígena Funil possui 16.000 hectares situados na margem direita do rio Tocantins no Município de Tocantínia no estado do Tocantins.

Os índios Xerentes em busca de melhorias de vida vieram, provavelmente, das terras secas da região Nordeste para a região Norte.

Para Rodrigues (1986), em meados do século XIX, ao norte da cachoeira Funil, nas margens do rio Tocantins, encontrava-se o território dos Akwe-Xerentes e, em busca de melhorias de vida os índios vieram, provavelmente, das terras secas do Nordeste até o Norte, considerando que os primeiros contatos com os bandeirantes foram datados em 1738. No entanto, em 1840, os índios Xerentes aceitaram o aldeamento de Teresa Cristina, atual Tocantínia, proposto pelo franciscano Frei Antônio de Ganges.

[...] foi em 1851 que o capuchinho Frei Rafael de Taggia fundou Theresa Christina (depois Piabanha; hoje Tocantínia) e ali reuniu 2.139 Xerente e Xavante, conforme o censo que fez. Tal número “é aproximativo, sendo quase impossível oferecer uma relação exata, pois em nenhum tempo acham-se juntos” (SCHROEDER, 2010, p. 69).

Portanto, no século XIX, ao norte da cachoeira do Funil, foi constatada presença de Xerente que já tinham passado pelas experiências de aldeamentos de Theresa Christina.

Figura 3: Indígenas Xerentes/Funil do Estado do Tocantins.



Foto: Lídia Barroso, 2009.

Os índios Xerentes sobrevivem da caça, pesca e da agricultura complementar, além de produzirem artesanatos e venderem para garantirem uma fonte renda.

Segundo Barbosa (2016), os Xerentes exploram seu território através da caça e da coleta, tendo associado à agricultura complementar, considerando que as atividades de pescas, caças e coleta estão intimamente ligadas com o grande conhecimento que o povo Xerente tem da natureza, além do que, o povo Xerente também tem conseguido no artesanato uma nova fonte de renda com a venda de cestarias, bordunas, arcos, flechas, colares e etc.

Sobre a forma de sobrevivência dos índios Xerentes, Cavalcante apresenta (1996) que:

[...]. Os índios Xerentes eram nômades e para sobreviver caçavam, pescavam e colhiam frutos das matas. A convivência com o branco, desde 1870, fez com que os Xerentes mudassem seus hábitos. Agora eles vivem num lugar só e foram obrigados a trabalhar com a agricultura e a criação de animais para sobreviver. Os Xerentes fazem roça de toco, ou seja, eles derrubam a mata, queimam a vegetação, encoivaram os restos de madeira queimada e plantam. Os principais alimentos cultivados são: mandioca, milho, inhame, cará, batata-doce, banana, feijão e principalmente arroz. Da mandioca fabricam a farinha e o beiju que junto com a carne é seu alimento tradicional. O coco babaçu, o buriti, a bacaba, o caju e a macaúba são colhidos para o uso próprio e também para comercialização. [...] utilizando a agricultura e a criação de animais apenas para a subsistência, os Xerentes produzem artesanato em palhas e fibras de buriti para conseguir dinheiro para comprar produtos industrializados (CAVALCANTE, 1996, p.43).

Os indígenas Xerentes (akwen) ocupam as Unidades Federativas de Terras Indígenas Funil e Xerente nos municípios de Tocantínia e Aparecida do Rio Negro no estado do Tocantins.

2.2.3 Inawebohona

A Unidade Federativa de Terras Indígenas Inawebohona compreende uma área de 364.356 hectares no estado do Tocantins é ocupada pelos indígenas da etnia Javaé e Avá-Canoeiros e está situada na Ilha do Bananal.

Barbosa (2016), fala que a Terra Indígena Inawebohona está inserida na Ilha do Bananal no Estado do Tocantins nos municípios de Lagoa da Confusão e Pium.

Considerada a maior ilha fluvial do mundo, Ilha do Bananal com cerca de 2 milhões de hectares e, é formada por dois braços do rio Araguaia e do rio Javaés, e engloba dois Territórios Indígenas: Parque Indígena do Araguaia (centro e sul da ilha) e Inawebohona.

Para Rodrigues (1993), no Parque Indígena do Araguaia e no Território Indígena Inawebohona moram três povos indígenas: Javaé e Avá - Canoeiro. Todos eles se autodenominam Iny (gente de verdade). Os indígenas javaés vivem no Araguaia há pelo menos quatro séculos.

Portanto, no Parque Indígena do Araguaia (centro e sul da ilha) e Inawebohona é habitada pelos índios da etnia Javaé (Yni Karajá) e também um pequeno grupo de índios ainda não-contactados da tribo Avá-Canoeiro (Cara-Preta) nos interiores da Mata do Mamão (na parte sul da Terra Indígena Inawebohona) que é a maior área de mata nativa da Ilha do Bananal.

De acordo com Toral (2002), esses povos indígenas foram massacrados pelos bandeirantes paulistas. Os Javaé, por exemplo, tiveram perdas populacionais consideráveis devido a dispersões e deslocamentos. Além disso, uma série de mudanças culturais afetou suas organizações sociais e suas culturas. Este foi o caso também da ocupação da Ilha do Bananal por criadores de gado na década de 1930. O contato com não índios provocou doenças e óbito de muitos deles.

Ainda conforme este autor, nos anos de 1980 e 1990 havia mais pessoas não indígenas do que indígenas. Considerando que a Terra Indígena era ocupada por criadores de gado, pescadores ilegais e turistas. Dentre os problemas detectados na época constam a prostituição e o alcoolismo, o que contribuiu significativamente para o aumento da violência nas aldeias. Somam-se a isso o suicídio dos mais jovens e o preconceito da sociedade envolvente em relação aos povos indígenas do local.

No estado do Tocantins a Terra Indígena Inawebohona, foi criada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo Decreto Presidencial s/ nº, de 18 de abril de 2006 em área sobreposta ao Parque Nacional do Araguaia. Assim, o presidente da república, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 19, § 1o, da Lei no 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e 5º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

Art. 1º Fica homologada a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, da terra indígena destinada à posse permanente dos grupos indígenas Javaé, Karajá e Avá-Canoeiro a seguir descrita: a Terra Indígena denominada Inãwébohona, com superfície de trezentos e setenta e sete mil, cento e treze hectares, cinquenta e sete ares e quarenta e quatro centiares e perímetro de quatrocentos e vinte e um mil, seiscentos e quatorze metros e dezoito centímetros, situada nos Municípios de Pium e Lagoa da Confusão, no Estado do Tocantins, circunscreve-se aos seguintes limites: NORTE: partindo do marco SAT-01, de coordenadas geodésicas 10°12'00,135" S e 50°10'51,659" Wgr., localizado na margem direita do Rio Riozinho; segue-se por vários segmentos de reta, na distância total de 25.016,01 metros, confrontando com o Parque Nacional do Araguaia, localizado na margem esquerda do Rio Javaés, em frente a foz do Rio Riozinho do Ezequiel; LESTE: do marco antes descrito, segue-se a montante, pela margem esquerda do Rio Javaés, até o marco SAT-07, de coordenadas geodésicas 11°10'00,376" S e 50°00'16,016" Wgr., localizado no limite com a Terra Indígena Parque do Araguaia; SUL: do marco antes descrito, segue-se por uma linha reta até o marco SAT-06, de coordenadas geodésicas 11°10'00,439"S e 50°22'59,910" Wgr.; OESTE: do marco antes descrito, segue-se por uma linha reta até o marco SAT-05, de coordenadas geodésicas 10°50'00,310"S e 50°22'59,346"Wgr.; daí, segue-se por uma linha reta até o marco SAT-04, de coordenadas geodésicas 10°50'00,024"S e 50°14'42,349"Wgr., localizado na margem esquerda do Rio Randi-Toró; daí, segue-se a jusante pela margem esquerda do referido rio, até o Ponto 03, de coordenadas geodésicas aproximadas 10°30'03,310"S e 50°15'59,650"Wgr., localizado na confluência com o Rio Riozinho; daí, segue-se a jusante pelo referido rio, até o marco SAT-02 (demarcação da Terra Indígena Parque Nacional do Araguaia). No trecho compreendido entre o marco SAT-07 e o marco SAT-02, confronta-se com a Terra Indígena Parque do Araguaia. Do marco antes descrito, segue-se a jusante pela margem direita do Rio Riozinho, confrontando-se com o Parque Nacional do Araguaia, até o marco SAT-01, início desta descrição perimétrica. Observação: 1-base cartográfica: SC.22-Z-AII, III, V e VI e SC.22-Z-C-II e III, Escala 1:100.000 - DSG - 1978 E 1979; 2 - as coordenadas geodésicas são referenciadas ao Datum Horizontal SAD-69.

Art. 2º O Parque Nacional do Araguaia é bem público da União submetido a regime jurídico de dupla afetação, destinado à preservação do meio ambiente e à realização dos direitos constitucionais dos índios.

§ 1º O Parque Nacional do Araguaia será administrado em conjunto pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e pelas Comunidades Indígenas Javaé, Karajá e Avá-Canoeiro.

§ 2º O Ministério da Justiça e o Ministério do Meio Ambiente, ouvidos a FUNAI, o IBAMA e as Comunidades Indígenas Javaé, Karajá e Avá-Canoeiro, apresentarão, para homologação do Presidente da República, plano de administração conjunta do bem público referido no caput.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL/ DECRETO N 1.775, DE 8 DE JANEIRO DE 1996).

A Ilha do Bananal situa-se no Estado do Tocantins, em uma área de transição entre o cerrado e a floresta amazônica, e é constituída de inúmeros rios, lagos, savanas inundáveis

(conhecidas regionalmente como “varjão”) e matas de galeria. Seu território possui cerca de 2 milhões de hectares.

Sobre a origem da Ilha do Bananal o Para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Araguaia – TO (2000), afirma que:

A Ilha do Bananal foi descoberta no dia 26 de julho de 1773 pelo sertanista José Pinto Fonseca, quando com seus “batedores de mato” campeavam pelos sertões atrás de malocas de índios para abater e vender como mercadoria bastante valorizada àquela época. A Ilha do Bananal atualmente está dividida em uma Unidade de Conservação: o Parque Nacional do Araguaia abrangendo cerca de ¼ da Ilha e uma Área Indígena do Araguaia com os ¾ restantes. Através da Portaria nº 359, de 20.04.2001, o Ministro da Justiça declara como de posse permanente dos grupos indígenas Inãwébohona, sobrepondo esta área à do Parque Nacional do Araguaia em 376.545 hectares (PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO ARAGUAIA – TO, 2000, p.2).

O Parque é vinculado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ocupando um terço do norte da Ilha.

Os indígenas da etnia Javaé é um grupo de índios que sobreviveram as mortandades da Capitania de Goiás.

Para Campus (2012), os índios Javaé, são um dos poucos povos indígenas da antiga Capitania de Goiás que sobreviveram às capturas e grandes mortandades promovidas pelos bandeirantes, à política repressora dos aldeamentos, às epidemias trazidas pelos colonizadores em épocas diferentes e à invasão crescente do seu território. Ainda em conformidade com este autor, palavra Javaé é de origem desconhecida, enquanto a palavra Karajá é de origem Tupi-Guarani, com o significado de “mono grande” (macaco guariba), provavelmente atribuída a esse grupo pelos Bandeirantes, que utilizavam a Língua Geral.

Os indígenas Javaé se autodenominam Iny, pois é um dos subgrupos que compõe a etnia Karajá.

De acordo com Barbosa (2016) na literatura antropológica existe a tendência de se considerar os Javaé como um dos “subgrupos Karajá” ou como uma das três etnias que compõem “os Karajá” em geral: os Karajá propriamente ditos, os Javaé e os Xambioás, todos habitantes imemoriais das margens do rio Araguaia. Portanto, os Javaé se autodenominam Iny, habitam nas barrancas da margem esquerda do rio Javaé, na Ilha do Bananal no estado do Tocantins.

Os índios da etnia Javaé falam a língua javaé com dialetos da língua Karajá do tronco linguístico Macro - Jê do povo Iny.

Segundo Brigido (2000), nos anos 60, a linguística reconheceu o pertencimento da língua Karajá ao tronco linguístico Macro - Jê, embora ainda não tenha sido classificada em

família, dividem-se em três dialetos, pertencentes a três etnias distintas: os Karajá, propriamente ditos, os Javaé e os Xambioás, os quais têm certa dificuldade de se compreender mutuamente, entretanto, os Javaés falam dialetos da língua Karajá e não há como negar as notáveis semelhanças em termos de organização social, rituais, mitologia ou cosmologia.

Considerando que os primeiros registros escritos sobre a presença dos povos falantes da língua Karajá no rio Araguaia foram datados no século XVII, em razão da presença histórica dos Karajá junto às margens do médio Araguaia.

Figura 4: Indígenas Javaés do Estado do Tocantins.



Foto: Lídia Barroso, 2009.

Os indígenas da etnia Javaé sobrevivem da caça e da pesca, além de outros produtos agrícolas cultivados em seu território no período da seca.

Para Barbosa (2016), a pesca sempre foi a principal fonte de base alimentar do povo Javaé, que pescam em lagos e rios no período da seca. Nos períodos chuvosos, alimentam-se da caça e dos produtos agrícolas cultivados no período seco e da aquisição de gêneros alimentícios e outros nas cidades próximas.

A Unidade Federativa de Terra Indígena Inawebohona, é ocupada pelos indígenas da etnia Javaé e Karajá e na Ilha do Bananal no estado do Tocantins.

2.2.4 Krahô Kanela

A Unidade Federativa de Terra Indígena Krahô Kanela está situada no município de Lagoa da Confusão no estado do Tocantins e é ocupada pelos indígenas da etnia Krahô Kanela e falam a língua Timbira é a Kayapó da família Jê do Tronco Macro – Jê.

Segundo o Conselho Indigenista Missionário do Tocantins (CIMI, 2015), o povo Krahô Kanela é uma comunidade formada por um grupo familiar auto identificados como pertencentes ao grupo étnico Krahô, originário do Estado do Maranhão, mais precisamente do local “Morro do Chapéu”, localizado na região de Barra do Corda no estado do Maranhão (MA), de onde migraram no ano de 1924. No entanto, os Krahô Kanela vêm padecendo com as sucessivas migrações desde o século XIX, quando os índios Krahô ocupavam uma área compreendida pela bacia do rio Balsas, no estado do Maranhão, período em que a região foi tomada pelas frentes de expansão agrícola maranhense-paraense e pastoril baiana. Fato este que, constituíram-se novas relações entre os fazendeiros e os Krahô, porém, os Krahô Kanela tiveram que fugir, por volta de 1910, do sul do Maranhão, para não serem mortos pelos fazendeiros, que já naquela época invadiam e ocupavam as terras indígenas.

Para Melatti (2009), este povo se auto identifica como Krahô Kanela por ser descendente de duas etnias distintas: Krahô e Canela, do povo Timbira originárias do Maranhão.

Os indígenas Krahô Kanela são índios que passaram por diferentes aldeamentos, pois desde sua origem histórica e geográfica sempre foram expulsos ou remanejados de suas localidades.

Para o CIMI (2015), os índios chegaram em 1963 a terra Mata Alagada no Município de Cristalândia, provavelmente, em uma aldeia desativada, fora da Ilha, entre os rios Javaés e Formoso, no então Estado de Goiás onde permaneceram até o ano de 1977, de onde foram expulsos. Em 1994, há o início da ação de retirada dos posseiros que ocupavam o interior da Ilha e nessa época, por volta de 1996, inicia-se também a negociação da retirada dos Krahô-Kanela daquela localidade. Em junho de 1999, eles deixaram a Ilha do Bananal e foram conduzidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para o “Projeto de Assentamento Tarumã” no município de Araguacema. Mas tarde, em 2001, novamente os índios foram removidos para outra localidade para o “Projeto de Assentamento Loroti”,

localizado no município de Lagoa da Confusão juntamente com integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Melatti (2009), afirma que em junho de 2004, os índios decidem movidos pela indignação, novamente retomar a terra que lhes fora roubada, porém, desta vez não estavam sozinhos e podiam contar com o apoio dos povos Apinajé e Krahô. Em dezembro de 2006, foi publicado no diário oficial da União - declarando a desapropriação da área Município de Lagoa da Confusão, no estado do Tocantins, para o assentamento do povo indígena com pouco mais de 7 mil hectares.

Figura 5: Indígenas Krahô Kanela do Estado do Tocantins.



Foto: Marco Aurélio Jacob /Gazeta do Cerrado, 2017.

Atualmente, no século XXI, os indígenas Krahô Kanela sobrevivem do cultivo de pequenas roças, criação de aves, porcos e gado. Esses indígenas lutam pela desapropriação do território vizinho, pois 90% da área onde vivem fica alagada entre os meses de janeiro a maio.

2.2.5 Kraolândia

A Unidade Federativa de Terra Indígena Kraolândia é ocupada pelos índios da etnia Krahô nos municípios de Itacajá e Goiatins no estado do Tocantins.

Para o IBGE, (2010), a Unidade Federativa de Terras Indígenas no Estado do Tocantins Kraholândia foi homologada pelo Decreto-Lei nº 99.062, de 07 de março de 1990 tem 302.533 hectares entre os rios Manoel Alves e Manoel Alves Pequeno que são rios afluentes da margem direita do rio Tocantins nas proximidades dos Municípios de Itacajá e Goiatins.

Os indígenas da etnia Krahô se autodenominam de Mehim culturalmente por causa dos falantes da língua que se denominavam timbira.

Segundo Freitas (2001), os Krahô chamam a si próprios de Mehim, um termo que no passado era provavelmente também aplicado aos membros dos demais povos falantes de sua língua e que viviam conforme a mesma cultura. A esse conjunto de povos se dá o nome de Timbira. Desde início do século XVIII, os indígenas da etnia Krahô tem contato com os não índios, porém com a colonização os indígenas foram empurrados para o interior do território brasileiro.

Para Dominguês (1993), os primeiros contatos dos Krahô com colonizadores europeus foram registrados no início do século XVIII, no estado do Maranhão, quando habitavam a região do rio das Balsas e seus afluentes. Nesse período, os índios enfrentaram a colonização juntamente com seus grupos co-irmãos, atualmente denominados Canelas, Krikati, Gavião e Apinaje's que formam a família Timbira. Assim, estes grupos indígenas foram gradativamente empurrados para o interior do território, até alcançarem o estado do Tocantins.

Os índios da etnia Krahô falam a língua materna Krahô que pertencem ao tronco linguístico Macro - Jê, da família Jê e também a língua portuguesa.

De acordo com Albuquerque (1999), em 1940, os índios Krahô sofreram um violento massacre desfechado por criadores de gado, fato que continua vivo na memória de seus habitantes mais velhos. Assim, os indígenas do povo Krahô falam a língua materna Krahô que pertencem ao tronco linguístico Macro - Jê, da família Jê é a mesma falada pelos Timbira que vivem a leste do rio Tocantins. Desta forma, o dialeto mais divergente é o dos Apinayé e a língua mais próxima à Timbira é a Kayapó. Dessa forma, Rodrigues (1986) afirma que os índios Krahô é um povo Timbira, são bilíngues, falam Krahô e Português e faz parte da língua dos grupos e sociedades minoritárias presentes no território brasileiro.

Figura 6: Indígenas Krahôs do Estado do Tocantins.



Foto: Marco Aurélio Jacob /Gazeta do Cerrado, 2017.

Cavalcanti (1999) definiu como sociedades minoritárias, independentemente da quantidade numérica de seus membros, as sociedades e comunidades que estão distantes do poder hegemônico e de sociedades majoritárias, as que detêm o poder hegemônico. Os grupos minoritários brasileiros possuem respectivamente línguas minoritárias, que estão à margem da língua elegida pelo grupo dominante, a língua portuguesa.

Para Freitas (2001), os índios Krahô se preocupam em preservar seus aspectos socioculturais e linguísticos, ao mesmo tempo em que valorizam muito seus costumes e tradições.

Culturalmente para sobreviver os índios Krahô usam a agricultura como o meio de subsistência, como ressalta Cavalcante (1996):

[...] A agricultura é o principal meio de subsistência, sendo a mandioca e o arroz a sua alimentação básica. A caça é a principal fonte de proteínas. Os índios Krahôs usam determinados vegetais para pintar o corpo ou fazer infusões, que quer bebem de acordo com a espécie de animal que querem caçar. [...] Os Krahôs muitas vezes trabalham para os “Civilizados” que vivem perto do território para poderem comprar artigos industrializados. Para conseguir dinheiro, eles vendem também o couro dos animais caçados e filhotes de arara. Das áreas indígenas do Tocantins, a Krahô é a mais pobre para plantar. A região onde eles vivem é formada por imensos chapadões e campos arenosos e improdutivos. A terra boa para a agricultura é pequena (CAVALCANTE, 1996, p.43).

A Unidade Federativa de Terra Indígena Kraolândia é ocupada pelos índios da etnia Krahô no estado do Tocantins.

2.2.6 Parque do Araguaia

De acordo com o Plano de Manejo do Parque Nacional do Araguaia – TO (2000), o nome do Parque Nacional do Araguaia se deve ao rio Araguaia, que se divide em dois braços formando a Ilha do Bananal.

A Unidade Federativa de Terra Indígena Parque do Araguaia está localizada na Ilha do Bananal (gestão ICMBio), considerando que a área do parque é dividida em duas áreas: uma Unidade de Conservação e Área Indígena, sendo esta última ocupada pelos indígenas da etnia avá-canoeiros, Karajá, Javaé nas proximidades dos municípios de Formoso do Araguaia, Pium e Lagoa da Confusão.

Dessa forma, a Ilha do Bananal atualmente está dividida em uma Unidade de Conservação: o Parque Nacional do Araguaia abrangendo cerca de $\frac{1}{4}$ da Ilha e uma Área Indígena do Araguaia com os $\frac{3}{4}$ restantes.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2007) é uma autarquia em regime especial. Criado dia 28 de agosto de 2007, pela Lei 11.516, o ICMBio é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). É função do ICMBio executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União. Portanto, o papel do ICMBio é fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação Federais.

De acordo com o Plano de Manejo do Parque Nacional do Araguaia – TO (2000), em 1959, inspirado e entusiasmado com a criação do primeiro parque nacional dos Estados Unidos, o Parque Yellowstone, o então presidente (1956-1961) Juscelino Kubitschek decidiu também criar o primeiro parque brasileiro. E, em 17 de dezembro daquele ano, por meio da Lei Estadual 2.370, foi autorizada a doação da Ilha do Bananal para a União e depois, Juscelino Kubitschek designou a ilha para a criação do Parque Nacional do Araguaia no território que pertencia a estado de Goiás, atualmente no sudoeste do estado do Tocantins, abrangendo parte dos municípios de Formoso do Araguaia, Pium e Lagoa da Confusão.

Segundo o Plano de Manejo do Parque Nacional do Araguaia – TO (2000), a princípio, o Parque Nacional do Araguaia ocupava toda a Ilha do Bananal, porém, em 1971, com a mudança em seus limites para criação do então Parque Indígena do Araguaia – desde 1998, Terra Indígena Parque Araguaia –, passou a ocupar aproximadamente 562 mil hectares da área total da ilha.

Sobre a origem do Parque Araguaia no estado do Tocantins, o Plano de Manejo do Parque Nacional do Araguaia – TO (2000), fala que:

Apenas em 1959, para salvaguardar a preciosa fauna e flora, o Governo Federal transformou toda a Ilha do Bananal em Parque Nacional do Araguaia, pelo Decreto nº 47.570, de 31 de dezembro de 1959. [...] Posteriormente, através do Decreto nº 68.873, de 5 de julho de 1973, retificado pelo Decreto nº 71.879, de 1º de março de 1973, a área do Parque Nacional sofreu redução, passando a ocupar o terço norte da Ilha e ensejando a criação, ao sul, do Parque Indígena do Araguaia, mediante a promulgação do decreto nº 69.263, de 22 de setembro de 1971. [...] Foi baixado o Decreto nº 68.873 dando ao PARNA cerca de 460.000 ha. Todavia por um lapso o referido Decreto transcreveu Lat. S, 11º 5' e não de 11º 50', conforme deveria. Este erro foi corrigido pelo Decreto nº 71.879 de 1º de março de 1973. [...] Os limites definitivos do Parque Nacional e do Parque Indígena foram estabelecidos pelo Decreto Federal nº 84.844 de 24 de junho de 1980 (PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO ARAGUAIA – TO, 2000, p. 8-9).

Os limites definitivos do Parque Nacional e do Parque Indígena foram estabelecidos pelo Decreto Federal nº 84.844 de 24 de junho de 1980.

O Parque do Araguaia é ocupado pelas aldeias dos subgrupos indígenas das etnias Karajá, Javaé e avá-canoeiros.

Segundo o Plano de Manejo do Parque Nacional do Araguaia – TO (2000), a Terra Indígena Parque do Araguaia abriga cerca de quinze aldeias indígenas, dentre elas os Carajás, com nove subgrupos, os Javaés, com doze subgrupos, os Tapirapés, Tuxás e os Avá-Canoeiros, também conhecidos como Cara-Preta, que rejeitam contato com a civilização e com os demais indígenas das aldeias mais próximas.

Os indígenas da etnia Avá-Canoeiros são descendentes dos indígenas da etnia Karijó do estado de São Paulo.

Para Magalhães (1990), até a década de 1960, o grupo Avá-Canoeiro era conhecido como “Canoeiro” na literatura, em razão da grande habilidade para utilização de canoas nos primórdios do contato com os colonizadores, ou também pela pintura específica com tinta preta que faziam no rosto, considerando que os Canoeiros eram descendentes dos Karijó de São Paulo, nome genérico dado aos índios de língua tupi-guarani trazidos de São Paulo pelo bandeirante Bartolomeu Bueno Filho.

Os indígenas da etnia Avá-Canoeiros falam a língua Avá- canoeiro da família tupi-guarani, do grande tronco linguístico tupi.

De acordo com Silva (2005), os Avá-Canoeiros autodenominam-se *Ãwa*, palavra que, “como em outras línguas tupi-guarani, significa gente, pessoa, ser humano, homem adulto”. Dessa forma, a língua avá-canoeiro pertence à família tupi-guarani, do grande tronco linguístico tupi. No entanto, os Avá-Canoeiros do Araguaia são um grupo multilíngue, pois praticamente todos também falam o português e compreendem os dialetos karajá e javaé, da língua karajá, do tronco linguístico Macro - Jê.

Enquanto que todos do grupo do Rio Tocantins também falam Avá-canoeiro e o Português. Considerando que com a separação dos dois grupos conhecidos de Avá-canoeiro desde o início do século XIX, foram desenvolvidas significativas diferenças dialetais entre o grupo do médio Araguaia e o do alto Rio Tocantins.

Na segunda metade do século XVIII, os índios Avá-Canoeiros quando foram encontrados pelos primeiros colonizadores do Brasil estavam morando nas matas de galeria das margens das cabeceiras do Rio Tocantins.

Segundo Ferraz (2010), os índios Avá-Canoeiros estavam morando nas matas de galeria das margens das cabeceiras do Rio Tocantins, conhecido como Rio Maranhão em seu alto curso, uma região de planalto, quando foram encontrados pelos primeiros colonizadores do Brasil Central na segunda metade do século XVIII.

Ainda para este autor, em razão dos massacres violentos, os Avá-Canoeiros iniciaram um processo irreversível de mudança das matas junto aos rios, onde andavam em canoas e estavam mais expostos aos colonizadores. Assim, parte do grupo continuou vivendo na região de cabeceiras do Rio Tocantins, como refugiados em lugares inóspitos, quando teve a população reduzida drasticamente, enquanto outra parte deslocou-se, ao que tudo indica, em grupos separados, para a bacia do Rio Araguaia, o principal afluente do Rio Tocantins.

Devido ao massacre os índios da etnia Avá-Canoeira eles foram refugiados e o grupo se separado, onde um grupo continuou vivendo na região de cabeceiras do Rio Tocantins e o outro no alto Rio Tocantins.

Para Ferraz (2010), o grupo que sobreviveu no alto Rio Tocantins, conhecido como Rio Maranhão, também é remanescente de aldeias inteiras que foram atacadas e destruídas por fazendeiros no século XX, como o massacre da Mata do Café, na década de 60.

Em todo o território brasileiro existem duas famílias do grupo Avá-Canoeiros, sendo um grupo no estado de Goiás e outro no sudeste do estado do Tocantins, localizados na Ilha do Bananal.

Ferraz (2010), diz que atualmente no Brasil, existem apenas duas famílias do grupo Avá-Canoeiros, um grupo em Goiás e outro em Tocantins junto ao antigo Posto Indígena Canoanã, no interior da Terra Indígena Parque do Araguaia, às margens do rio Javaés, na Ilha do Bananal, no sudeste do estado.

Figura 7: Indígenas Avá-Canoeiros do Brasil.



Foto: André Toral, 1982.

Cada território indígena é definido por extensas faixas na Ilha do Bananal e as aldeias estabelecem um território específico de pesca, caça e práticas rituais.

Para Silva (2001), o território do grupo é definido por uma extensa faixa do vale do rio Araguaia, a ilha do Bananal, que é a maior ilha fluvial do mundo, medindo cerca de dois milhões de hectares. Suas aldeias estão preferencialmente próximas aos lagos e afluentes do rio Araguaia e do rio Javaés, assim como no interior da ilha do Bananal, no entanto, cada aldeia estabelece um território específico de pesca, caça e práticas rituais demarcando internamente espaços culturais conhecidos por todo o grupo.

Os indígenas das etnias Karajá, Javaé e Xambioá se autodenominam Iny, pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê, da família Karajá e falam as línguas Karajá, Javaé e Xambioá.

De acordo com Albuquerque (2013), o nome deste povo na própria língua é Iny a significa "nós", pois, o nome Karajá não é a autodenominação original. Para este autor, os índios Karajá, Javaé e Xambioá são o mesmo povo e se autodenominam Iny, pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê, se divide em três línguas: Karajá, Javaé e Xambioá, considerando

que cada uma delas tem formas diferenciadas de falar e apesar destas diferenças, todos se entendem uns com os outros.

Figura 8: Indígena Karajá na Ilha do Bananal do Estado do Tocantins.



Foto: Emerson Silva/Governo do Tocantins, 2019.

Os indígenas Karajás sobrevivem da caça, pesca e da agricultura, além da produção de artesanatos, como por exemplo, a boneca de cerâmica Ritxokô, uma das fontes de renda do grupo. Confeccionadas em cerâmica, as bonecas Ritxokô são pintadas com grafismos que representam as formas humanas, a pintura corporal, os adereços, e também a fauna regional das margens do rio Araguaia, nos estados de Goiás e Tocantins, que é onde estão localizadas, há séculos, as principais aldeias do povo Karajá.

Para Silva (2001), as bonecas Ritxokô foram reconhecidas como Patrimônio Cultural do Brasil, aprovado pelo conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, e são uma referência cultural significativa para o povo Karajá, representando, muitas vezes, a única fonte de renda das famílias, que utilizam técnicas passadas de geração para geração.

Ainda para este autor as bonecas Ritxokô são importantes instrumentos de socialização das crianças, porque enquanto brincam com elas, recebem ensinamento e aprendem técnicas e saberes a sua confecção e uso.

Figura 9: Boneca Ritxòkò – artesanato de cerâmica dos Indígenas Karajás do Estado do Tocantins.



Foto: Associação Ahima JK, 2017.

Silva (2001), afirma que as bonecas Ritxòkò têm como inspiração cenas do cotidiano de rituais dos índios como o parto, a morte, a caça e outros espaços e ciclos rituais do povo Karajá, considerando que integram o acervo de vários museus no país, são procuradas como objetos de decoração e comercializadas por lojas de artesanato locais, regionais e nacionais.

A Unidade Federativa de Terra Indígena Parque do Araguaia é ocupada pelos indígenas das etnias Javaé e Karajá na Ilha do Bananal.

2.2.7 Xambioá (Karajá do Norte)

Os Karajá do Norte habitavam, há muito tempo, a região onde se localiza o baixo Araguaia. A Unidade Federativa de Terra Indígena Xambioá está localizada no município de Santa Fé no estado do Tocantins e é ocupada pelos indígenas da etnia Xambioá descendentes dos povos Karajás do Norte.

Toral (2002) relata que o procedimento de demarcação da Terra Indígena Xambioá (kibiruru), etnia Karajá, já iniciado pelo SPI, foi regularizado pela FUNAI, através do Ministério da Justiça, em 27 de novembro de 1990, sob o nº 08620-2350/90 e após submetido à homologação, ocorrida em 03 de novembro de 1997, pelo Ministro da Justiça, através da

publicação de Decreto assinado pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, com 3.326, 3502 ha (três mil, trezentos e vinte e seis hectares, trinta e cinco ares e dois centiares), de acordo com a Lei nº 6001/ 73 e Decreto nº 1775/96.

Conforme o IBGE (2010), o povo Xambioá também conhecido por Karajá do Norte está localizado nas margens direita do rio Araguaia no Município de Santa Fé do Araguaia que vivem na Unidade Federativa de Terra Indígenas Xambioá, localizada ao norte do estado do Tocantins, próxima ao Município de Xambioá e Santa Fé do Araguaia.

No final do século XIX e início de século XX os indígenas dos povos Karajás do Norte (Xambioá) sofreram muitas perdas populacionais por motivos de doenças e ataques militares.

Viana (1995), afirma que nos últimos anos do século XIX e primeiras décadas do XX, os Karajá do Norte (Xambioá) sofreram enormes perdas populacionais, devido principalmente a doenças e ataques por guarnições militares. Assim, no início da década de 1950, além de retornarem aos locais que habitavam até o começo da década anterior, diversas famílias passaram a conviver nas proximidades de núcleos ribeirinhos.

Para Albuquerque (2013), os membros do grupo indígena Karajá-Xambioá quase nunca utilizam a palavra Xambioá para se auto referirem, Xambioá (vem de *ixybiowa*) significa amigo do povo que era como se chamava uma aldeia que existiu na foz do rio de mesmo nome, a montante do atual Posto Indígena.

Os indígenas da etnia Karajá- Xambioá falam a língua Xambioá pertencente ao tronco linguístico Macro - Jê e à Família Linguística Karajá.

Segundo Rodrigues (1986), os Karajá-Xambioá falam a língua Xambioá, um dialeto específico da Língua Karajá, pertencente ao tronco linguístico Macro - Jê e à Família Linguística Karajá, do povo Iny (Xambioá, Javaé e Karajá). Cada uma delas tem formas diferenciadas de falar de acordo com o gênero do falante.

Devido ao processo do contato com a sociedade nacional, o Português tem sido a língua dominante dessa etnia indígena.

Rodrigues (1986), diz que devido às situações de contato com a sociedade não indígena, esse povo acabou perdendo seu identificador natural, a língua materna de seus ancestrais e, em decorrência disso, outros aspectos culturais. Considerando que muitas são ainda de famílias constituídas através de casamentos interétnicos entre indígenas e não indígenas.

Figura 10: Indígena Xambioá do Estado do Tocantins (Karajá do Norte).



Foto: Lídia Barroso e Aquilis Lins, 2019.

Os indígenas sobrevivem principalmente da caça e da pesca e da coleta de frutas.

De acordo com Brigido (2000), como os demais grupos karajá, os Xambioás vivem da pesca e coleta de frutas tais como o marmelo, bacaba, macaúba e anajá dentre outros.

A Unidade Federativa de Terra Indígena Xambioá é ocupada pelos índios da etnia Xambioá no município de Santa Fé do Araguaia.

2.2.8 Maranduba

Segundo Toral (2002) a Terra Indígena Maranduba está situada na margem esquerda do Rio Araguaia, nos Municípios de Santa Maria das Barreiras no estado do Pará e Araguacema no estado do TO. É composta pela Ilha Hohé (Ilhado Frederico) e uma ilhota sem denominação. A parte continental inclui também uma área contígua à aldeia que tem seus limites compostos por linhas secas (aproximadamente 3 km) e por um divisor natural (limite leste/sul), composto

pela margem esquerda do Rio Araguaia (aproximadamente 2km). A Terra Indígena Maranduba, é comporta uma população de 31 indígenas da etnia Karajá.

Conforme ainda este autor os membros da aldeia Maranduba recebem assistência da Administração Regional de Araguaína, considerando que na aldeia a única infra-estrutura física da FUNAI é uma escola destinada ao ensino fundamental (1ª a 4ª série) e ao ensino da língua Karajá.

Toral (2002), fala que na terra indígena Maranduba cada aldeia Karajá é formada por um grupo bem definido composto por uma família extensa que é a unidade social e política mínima dos Karajá. Portanto, os membros desta família formam um grupo de descendência fisicamente agrupado em torno de cinco casas, todas dispostas paralelamente ao longo do rio que não se restringe apenas à configuração de elementos naturais, distribuídas espacialmente, relacionando-se com fatores de ordem simbólica e cultural, ocupada em caráter permanente, segundo seus usos, costumes e tradições.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e 5º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, Decreta:

Art. 1º Fica homologada a demarcação administrativa, promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, da terra indígena destinada à posse permanente do grupo indígena Karajá, a seguir descrita: a Terra Indígena denominada Maranduba, com superfície de trezentos e setenta e cinco hectares, quinze ares e trinta e oito centiares e perímetro de treze mil, setecentos e noventa e seis metros e quarenta e três centímetros, situada nos Municípios de Santa Maria das Barreiras, no Estado do Pará, e Araguacema, no Estado do Tocantins, circunscreve-se aos seguintes limites: GLEBA 1: margem esquerda do Rio Araguaia, com superfície de cento e setenta e quatro hectares, setenta e três ares e cinquenta e nove centiares e de perímetro de cinco mil, quatrocentos e noventa e sete metros e quarenta e três centímetros, no Município Santa Maria das Barreiras, Estado do Pará: NORTE: partindo do marco MC-01, de coordenadas geográficas 08° 51' 50,594" S e 49° 42' 48,033" Wgr., localizado na divisa das terras do Sr. Iram Lopes, segue por uma linha reta, confrontando com os imóveis dos Srs. Iram Lopes e João Feitosa de Souza até o marco MC-02, de coordenadas geográficas 08° 51' 27,624" S e 49° 42' 22,832" Wgr., localizado na divisa das terras de Pedro Lopes; daí, segue por uma linha reta, confrontando com os imóveis dos Srs. Pedro Lopes e Raimundo Calixto, até o marco MC-03, de coordenadas geográficas 08° 51' 13,102" S e 49° 42' 06,045" Wgr, localizado na divisa do imóvel do Sr. Hilder Santana; daí, segue por uma linha reta, confrontando com o imóvel do Sr. Hilder Santana, até o marco SAT-01, de coordenadas geográficas 08° 51' 21,716" S e 49° 41' 53,216" Wgr., localizado na margem esquerda do Rio Araguaia; LESTE/SUL: do ponto antes descrito, segue, a montante, pela margem esquerda do Rio Araguaia até o marco SAT-02, de coordenadas geográficas 08° 52' 17,368" S e 49° 42' 37,895" Wgr., localizado no limite do perímetro urbano da cidade de Santa Maria das Barreiras; OESTE: do ponto antes descrito, segue pela cerca de arame divisória do perímetro urbano da cidade, até o marco A-01, de coordenadas geográficas 08° 51' 59,555" S e 49° 42' 44,620" Wgr., localizado na divisa do imóvel do Sr. Pedro Lopes; daí, segue por uma linha reta, até o marco MC-01, inicial da descrição perimétrica; GLEBA 2: ILHA FREDERICO ou HOHÉ (Rio Araguaia), com superfície de cento e noventa e cinco hectares, sessenta e seis ares e nove centiares e de perímetro de sete mil, trezentos e vinte e seis metros, no Município de Araguacema, Estado do Tocantins, representada pela Ilha do Frederico, com as coordenadas extremas: norte: Marco

SAT-03 - Latitude 08° 51'59,359"S e 49° 41'01,693" Wgr; leste: Marco P-01 - Latitude 08° 52'26,655"S e 49° 41'35,575" Wgr; sul: Marco SAT-04 - Latitude 08° 53'05,798"S e Longitude 49° 42'17,737" Wgr; oeste: Marco P-02 - Latitude 08° 52'46,923"S e 49° 41'19,394"Wgr; GLEBA 3: ILHOTA (Rio Araguaia), com superfície de quatro hectares, setenta e cinco ares e setenta centiares e perímetro de novecentos e setenta e três metros, no Município de Araguacema, Estado do Tocantins, representada pela Ilhota sem denominação, inserida no Rio Araguaia, com as coordenadas extremas: norte: Marco SAT-05 - Latitude 08° 52'10,419"S e Longitude 49° 40'58,415" Wgr; leste: P-2 - Latitude 08° 52'12,958"S e Longitude 49° 40'56,834" Wgr; sul: SAT-06 - Latitude 08° 52'19,598"S e Longitude 49° 41'02,661" Wgr; oeste: P-1 - Latitude 08° 52'13,614"S e Longitude 49° 41'03,573" Wgr. Observação: 1 - as coordenadas geográficas descritas neste memorial são referenciadas ao Datum SAD 69; 2 - base cartográfica utilizada na elaboração deste memorial descritivo: SC.22-X-A-VI - Escala 1:100.000 - IBGE - Ano 1979 (BRASIL - DECRETO nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996).

A Unidade Federativa de Terra Indígena Maranduba é ocupada pelos índios da etnia Karajá que falam a língua karajá, nos Municípios de Santa Maria das Barreiras - PA e Araguacema -TO.

2.2.9 Utaria Wyhyna/IròduIràna

De acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2016) a Terra Indígena Utaria Wyhyna/IròduIràna está localizada no norte da Ilha do Bananal, em territórios tradicionais das etnias Karajá e Javaé. Essa Terra Indígena está sobreposta ao Parque Nacional do Araguaia.

FUNAI (2016) afirma que a ilha abriga a Terra Indígena Utaria Wyhyna/Iròdu Iràna das etnias karajá e Javaé, que possui portaria declaratória e aguarda homologação, e as Terras Indígenas (TI) Inawebohona e Parque do Araguaia, ambas já demarcadas e homologadas, e que possuem uma população aproximada de 3.500 indígenas dos povos Javaé e Karajá, e 42 indígenas do povo Avá-Canoeiro.

No estado do Tocantins as terras indígenas, estão distribuídas e demarcadas como: Apinajé, Funil, Inawebohona, Krahô Kanela, Kraolândia, Parque do Araguaia, Xambioá, Xerente, Maranduba e Utaria Wyhyna (IròduIràna). Considerando que a terra indígena Canoaã está em fase de estudos para processo demarcatório.

No próximo capítulo apresentamos o território, cultura, educação e políticas linguísticas dos povos indígenas do Tocantins. Buscamos descrever de forma reflexiva a educação pública no estado do Tocantins, as políticas educacionais indígenas, bem como evidenciar as perspectivas teóricas que nos nortearam a estudar a identidade cultural e territorial indígena dentro do estado do Tocantins.

3 TERRITÓRIO, CULTURA E EDUCAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO ESTADO DO TOCANTINS

Nesta seção, apresentamos às concepções teóricas e metodológicas que dão base conceitual ao que definimos como território, cultura e educação dos povos indígenas do estado do Tocantins, considerando as questões históricas e geográficas que caracterizam as Unidades de Federação de Terras Indígenas no estado. Para esta discussão analisaremos também a educação pública no estado do Tocantins, educação indígena e as políticas educacionais indígenas, especificamente as voltadas para os povos indígenas do estado do Tocantins. No entanto, para a compreensão do que se propõe este capítulo, alguns conceitos fundamentais foram mobilizados, para melhor entendermos das questões territoriais, culturais e educacionais que permeiam e caracterizam a identidade territorial indígena do estado do Tocantins.

3.1 Território dos Povos Indígenas

Antes da chegada dos portugueses à América os povos indígenas já habitavam o território brasileiro, até que a ocupação portuguesa modificou toda a organização do território indígena, fato este que ocasionou vários conflitos entre os colonizadores e indígenas. Assim, conforme a expansão dos colonizadores na América os índios foram perdendo espaço e controle sobre suas terras.

Uma das principais lutas dos povos indígenas no Brasil é o no reconhecimento de suas terras por parte do Estado, ou seja, seu território.

Segundo Veiga (et. al. 2001), o território é uma das principais lutas dos povos indígenas brasileiros, pois, existe um grande problema no reconhecimento de suas terras por parte do Estado. Considerando que os povos indígenas nos últimos anos têm apresentado muitas reivindicações territoriais e suas organizações políticas, vêm lutando pelo reconhecimento de suas línguas e de uma educação que corresponda aos seus padrões socioculturais.

No Brasil, no século XX, ampliam-se e reafirmam as leis para proteção das terras indígenas.

Veiga (et. al. 2001), afirma que no século XX modificam-se as definições formais por dentro da legislação do que são “terras indígenas”, e passam a definir legal e institucional as ações do Estado brasileiro voltadas para a demarcação das terras indígenas quanto á proteção, dos limites e controle dos territórios indígenas. Assim, o território indígena é de autonomia do Estado e necessita de atenção básica na condição de tutela.

Dessa forma, em 5 de dezembro de 1967, por meio da Lei nº 5.371 que autoriza e a dá outras providências a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, com a missão de proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas, assegurando lhes para o respeito à diversidade e consolidando o sistema constitucional que reconhece o Estado brasileiro como pluriétnico.

Na Lei nº 5.371/1967, em seu Art. 1º, a FUNAI diz que:

Art. 1º Fica o Governo Federal autorizado a instituir uma fundação, com patrimônio próprio e personalidade jurídica de direito privado, nos termos da lei civil, denominada "Fundação Nacional do Índio", com as seguintes finalidades:

I - estabelecer as diretrizes e garantir o cumprimento da política indigenista, baseada nos princípios a seguir enumerados:

a) respeito à pessoa do índio e as instituições e comunidades tribais;

b) garantia à posse permanente das terras que habitam e ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nela existentes;

c) preservação do equilíbrio biológico e cultural do índio, no seu contato com a sociedade nacional;

d) resguardo à aculturação espontânea do índio, de forma a que sua evolução socioeconômica se processe a salvo de mudanças bruscas;

II - gerir o Patrimônio Indígena, no sentido de sua conservação, ampliação e valorização;

III - promover levantamentos, análises, estudos e pesquisas científicas sobre o índio e os grupos sociais indígenas;

IV - promover a prestação da assistência médico-sanitária aos índios;

V - promover a educação de base apropriada do índio visando à sua progressiva integração na sociedade nacional;

VI - despertar, pelos instrumentos de divulgação, o interesse coletivo para a causa indigenista;

VII - exercer o poder de polícia nas áreas reservadas e nas matérias atinentes à proteção do índio (BRASIL, LEI Nº 5.371, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1967).

No território brasileiro, a FUNAI é o órgão responsável pela demarcação de terras, regulamentado pelo Decreto número 1.775/96 – Lei de Terras Indígenas, que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Sobre a regularização da situação jurídica dos índios, no que tange à política indigenista no Brasil foi criado o Estatuto do Índio Lei Nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. O Estatuto do Índio estabelece conceitos, princípios e regulamentos quanto aos direitos e deveres dos indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à sociedade.

De início, o Estatuto do Índio estabelece que seja obrigação da União, dos Estados e dos Municípios, para o fim de proteger as comunidades indígenas e preservar os seus direitos:

Art. 2º Cumpre à União, aos Estados e aos Municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua competência, para a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos:

I - estender aos índios os benefícios da legislação comum, sempre que possível a sua aplicação;

II - prestar assistência aos índios e às comunidades indígenas ainda não integrados à comunhão nacional;

III - respeitar, ao proporcionar aos índios meios para o seu desenvolvimento, as peculiaridades inerentes à sua condição;

IV - assegurar aos índios a possibilidade de livre escolha dos seus meios de vida e subsistência;

V - garantir aos índios a permanência voluntária no seu habitat, proporcionando-lhes ali recursos para seu desenvolvimento e progresso;

VI - respeitar, no processo de integração do índio à comunhão nacional, a coesão das comunidades indígenas, os seus valores culturais, tradições, usos e costumes;

VII - executar, sempre que possível mediante a colaboração dos índios, os programas e projetos tendentes a beneficiar as comunidades indígenas;

VIII - utilizar a cooperação, o espírito de iniciativa e as qualidades pessoais do índio, tendo em vista a melhoria de suas condições de vida e a sua integração no processo de desenvolvimento;

IX - garantir aos índios e comunidades indígenas, nos termos da Constituição, a posse permanente das terras que habitam, reconhecendo-lhes o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes;

X - garantir aos índios o pleno exercício dos direitos civis e políticos que em face da legislação lhes couberem (BRASIL/ LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973).

A Constituição Federal (1988) dedicou todo um capítulo aos povos indígenas, reconheceu o direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam. A partir da Constituição Federal (1988), foi criado um sistema de normas no artigo 231, que, além de assegurar os direitos dos índios, afirma que é dever do Estado garantir um país pluriétnico e assegurar a autonomia dos índios, demarcando e protegendo as terras indígenas.

Art. 231 da Constituição Federal (1988) apresenta que:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações

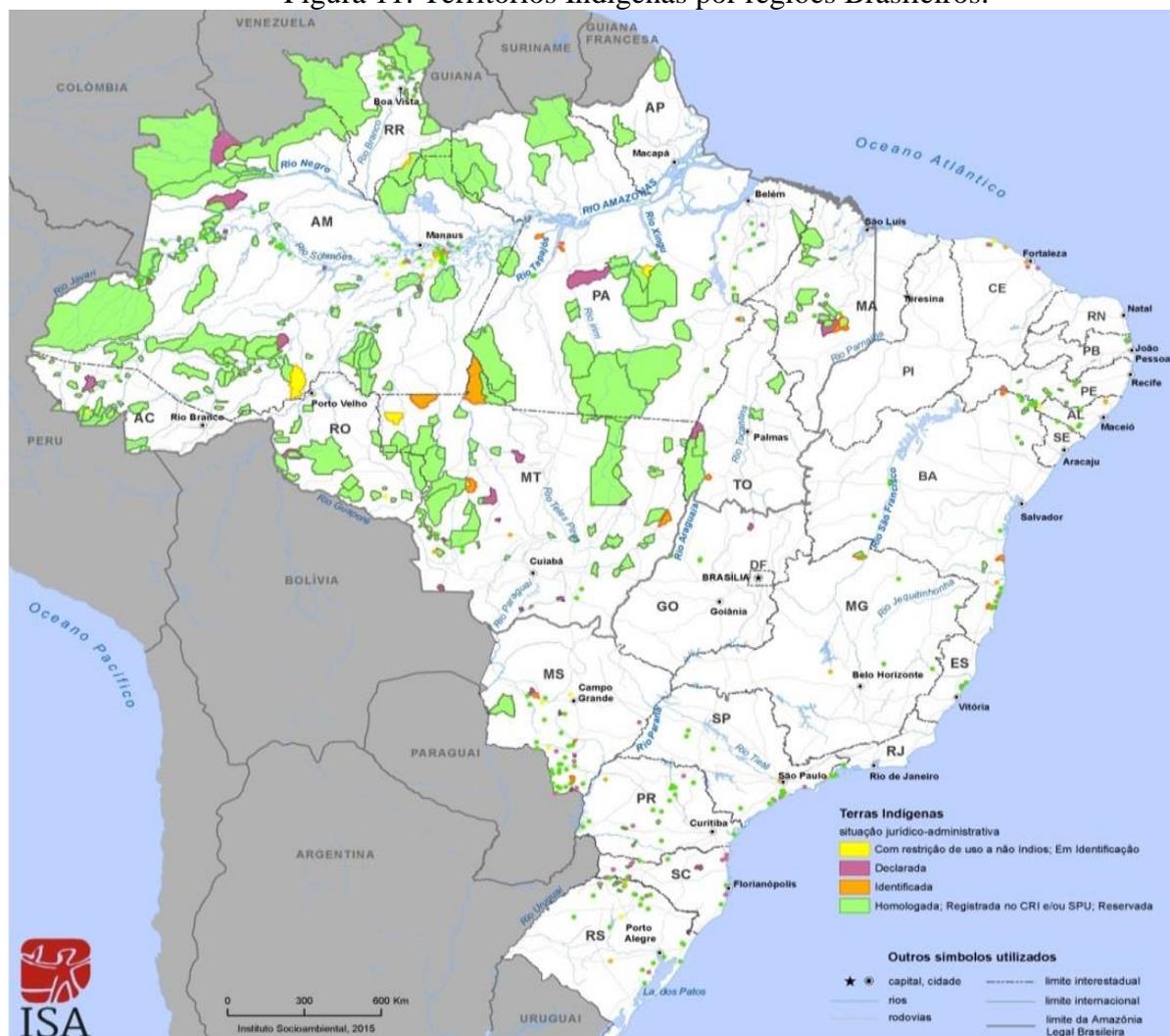
contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, §§ 3º e 4º (CF, 1988, CAPÍTULO VIII DOS ÍNDIOS, ARTIGO 231).

E para que os direitos sobre as terras indígenas possam ser garantidos é necessária à demarcação (para determinar os limites de uma área através de marcos físicos), porém, se a terra indígena não esteja demarcada, o fato de existir ocupação tradicional já é suficiente para que as terras sejam protegidas pela União.

No Brasil maior concentração de terras indígenas encontra-se na Amazônia Legal nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Cf. Figura 11).

Figura 11: Territórios Indígenas por regiões Brasileiros.



Fonte: Instituto Socioambiental – ISA, as terras indígenas Brasileiras, 2015

Observa-se que no Brasil, especificamente na região da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (até oeste

do meridiano de 44°)), os territórios indígenas se encontram homologadas, registradas nos Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI e na Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União - SPU, reserva.

Verifica-se também que as terras indígenas no Brasil se encontram em quatro situações: declaradas (com Portaria Declaratória e aguardando demarcação), homologadas (já demarcadas com limites homologados), regularizadas (que, após a homologação, foram registradas em cartório) e as reservas indígenas (terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União).

Dessa forma, o território dos povos indígenas do estado do Tocantins se forma a partir do espaço, pois ao se apropriarem desse espaço territorializam e estabelecem relações de históricas, culturais, econômicas, políticas e sociais.

Nesse sentido, no estado do Tocantins a apropriação do território pelos povos indígenas é um processo gerador de identidade entre as diversas etnias e, desse modo o povo indígena não poder ser mais compreendido sem o seu território/espaço, mas sim, como base de sua história.

Então, não se pode considerar o território como produto acabado e permanente, pois, é necessário recuperar a historicidade do território para compreender o espaço onde vivem os povos indígenas do estado do Tocantins.

Segundo Oliveira Filho (1998) o fato de um território surgir diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos.

No entanto, o conceito de território é complexo e estudado tanto pela ciência geográfica quanto pelas ciências políticas, sociais e da natureza.

Para Rego (2006) o termo “território” é definido como espaço geográfico de um grupo social, institucional ou politicamente constituído, sobre o qual ele exerce controle e usufrui dos seus recursos naturais Assim, território é um conceito simultaneamente biofísico (espaço geográfico, recursos naturais, etc.) e cultural-político (lugar de moradia, memória da ocupação, técnicas próprias de adaptação, etc.).

O território apresenta-se como elemento básico representativo da dialética do próprio espaço e também pelas ações de poderes.

O território, portanto,

[...] torna-se uma consequência do espaço, uma vez que é uma apropriação humana. Nesta apropriação existem jogos de interesses, aspirações que demarcam as diferenças existentes entre os grupos que podem, inclusive, pertencer a um mesmo território. Sendo assim, o espaço é apropriado pelo território que pode se caracterizar através dos discursos de identidade (ARAÚJO, 2006, p. 03).

De acordo com Rego (2006)

[...] o território corresponde a “uma determinada configuração de relações de poder, de domínio. [...] Essa configuração tem uma base formada pelas relações econômicas (que supõe a base de recursos naturais) e pelas relações políticas e culturais. Tem, portanto, uma dimensão objetiva e uma dimensão subjetiva. Compreende a afirmação econômica, do modo de vida (de produção e de subsistência) dos grupos sociais, dos seus valores, dos seus costumes, das suas crenças, das suas instituições, das formas de construção do seu poder coletivo (organização social e poder de dominação ou capacidade de resistência à dominação). O território é a expressão espacial da cumulação de forças no nível econômico, político e cultural dos grupos sociais que ocupam uma porção do espaço, cuja resultante tem uma determinação cultural” (REGO, 2006, p. 13).

Podemos considerar que o território é quem possibilita o crescimento das diversas práticas sociais, que por sua vez podem ser representadas pelas questões de poder, pelo o espaço social e cultural, e também pelas formas de organização sociais. O território enquanto elemento do espaço é uma produção do espaço, delimitado por relações de poder.

Para Rasffestin (1993), o espaço é anterior ao território, pois “É essencial compreender que o espaço é anterior ao território, já que o território se forma a partir do espaço, é uma produção do espaço. A produção, devido a todas as relações (de trabalho) que envolve, inscreve-se em um campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p.143).

O território é o resultado da relação social da humanidade com o espaço, formando uma identidade territorial. Segundo Haesbaert (1999), a identidade territorial é uma identidade social e definida por meio da realidade concreta do território. “[...] a identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta” (HAESBAERT 1999, p. 172).

Desse modo, o território é o lugar em que se estabelecem e criam as relações de poder, sejam políticas, sociais, econômicas ou culturais. Assim, o território se forma a partir do espaço, ou seja, o território é resultado do espaço.

A categoria território, juntamente com a paisagem, lugar, região e espaço, é um dos principais focos de estudo da Geografia.

Nesta perspectiva, na ciência geográfica a concepção de território está associada a relações de poder, pois, é através das relações de poder que são criadas fronteiras entre países, regiões, estados, municípios, bairros e etc.

O território enquanto categoria geográfica pode ser definida como:

Território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa

autonomia. Ele também serve para descrever as posições no espaço das várias unidades participantes de qualquer sistema de relações internacionais. Podemos, portanto, considerar o território como uma conexão ideal entre espaço e política. Uma vez que a distribuição territorial das várias formas de poder político se transformou profundamente ao longo da história, o território também serve como uma expressão dos relacionamentos entre tempo e política (GOTTMANN, 2012, p. 523).

Para Souza (1995) o território enquanto categoria geográfica são territórios delimitados por relações de poder e, na maioria das vezes, são associados à figura do Estado, como território nacional.

[...] Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica (SOUZA, 1995, p.81).

Conforme ainda este autor os territórios podem ser destituídos na medida em que as relações de poder cessam. Em escala nacional, o Estado é o gestor do território e, quando finda seu poder, acaba também sua soberania sobre o território.

Atualmente, no século XXI, nas Unidades de Federação de Terras Indígenas no estado do Tocantins é notório o envolvimento das relações políticas e econômicas no tear da territorialidade hegemônica. Ou seja, o território indígena permite a interação das relações de poder e de sua apropriação. No entanto, o território indígena é construído a partir das relações de poder e do envolvimento hegemônico espacial das etnias que habitam no território, pois cada Unidade de Federação de Terra Indígena oferecem mecanismo de controle territorial na medida em que ocorre a demarcação, a homologação, o registro territorial.

Portanto, o conceito de território não se restringe somente às fronteiras entre diferentes países, sendo caracterizado pela ideia de posse, domínio e poder, mas sim, ao espaço geográfico socializado, apropriado para os seus habitantes, independentemente da extensão territorial do espaço ocupado ou em uso. Ou seja, o conceito de território enquanto categoria geográfica revela-se interessante para estabelecer abordagens de interdisciplinaridade no processo de ensino e aprendizagem.

3.1.1 Identidade Territorial

A identidade pode ser definida como um conjunto de características particulares de uma pessoa, ou um grupo que se torna possível a sua identificação o seu reconhecimento, ou seja, a identidade é o reconhecimento social da indiferença.

Segundo Badie (1995) a identidade é o

“[...] conjunto de estratégias utilizadas pelo indivíduo e pelos grupos, para se definirem relativamente aos grupos”. Além disso, a identidade distingue-se pela intensidade do envolvimento e da mobilização em que os indivíduos estão inseridos. Ou seja, a identidade é a “construção social por essência, a sua eficácia resulta da sua capacidade de dissimular a sua origem humana para fazer dela um dado da natureza” (BADIE, 1995, p. 120).

A descrição da identidade de um povo pode ser caracterizada por meio da memória, ou seja, resgate dos fatos que ocorreram em determinado espaço e tempo.

Para Pollak (1992, p. 204), “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva”. Halbwachs (2006, p.164), afirma que “a memória é enfatizada a partir da inseparabilidade entre o tempo e o espaço, como um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas no espaço-tempo”. Por isso, “toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço” (p. 106).

Perico (2009), ressalta que compreender a formação da identidade territorial do lugar de interesse pode possibilitar maior aderência de políticas públicas aos princípios de participação, autonomia e gestão social; fundamentação do pertencimento, solidariedade, coesão e ação conjunta; conciliação de interesses, mediação de conflitos e formulação de estratégias territoriais.

Entretanto, a identidade territorial e cultural envolve as relações sociais e humanas, que se territorializaram no espaço vivido, da vivência do lugar.

3.2 Cultura Indígena do Estado do Tocantins

Ao falamos sobre cultura e aculturação indígenas podemos observar que as culturas se mesclam, à medida que reciprocamente, são transmitidas, influenciadas e neste processo há absorção de uma cultura pela outra.

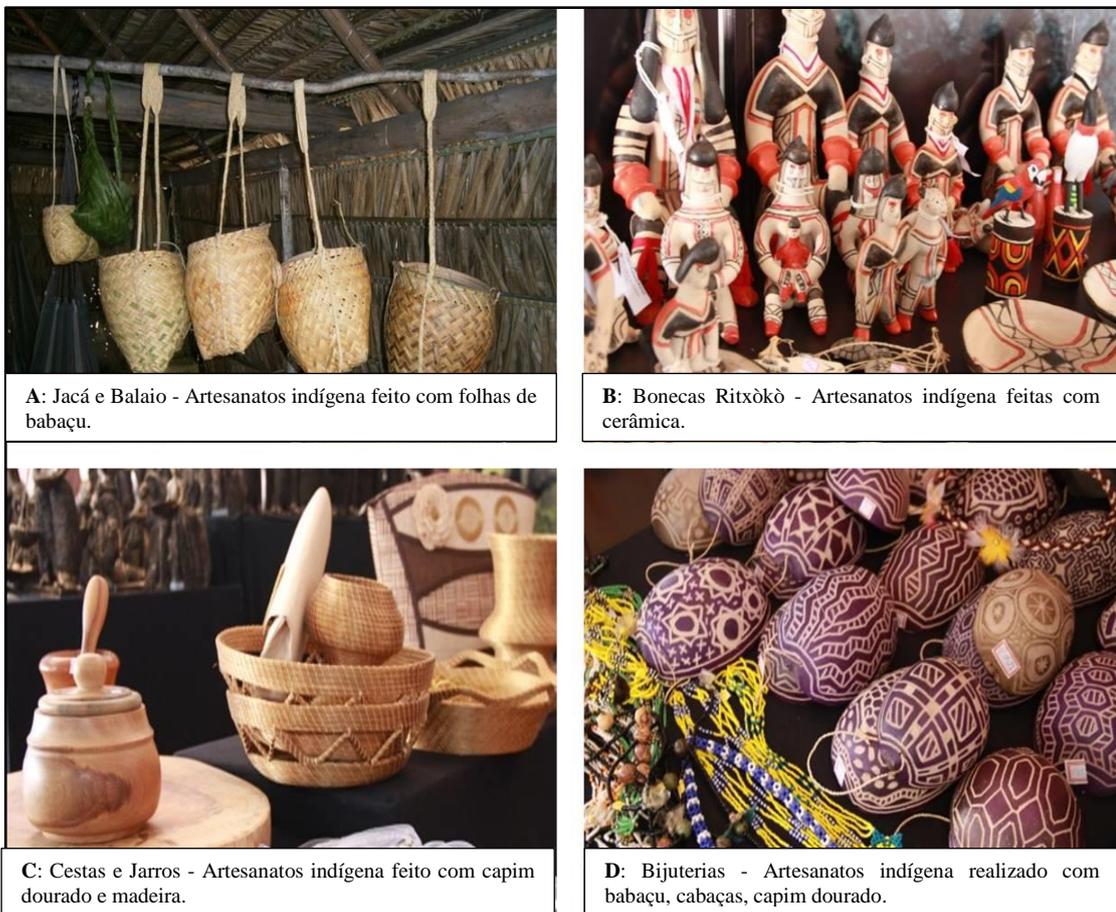
Segundo Barbosa (2016), os povos indígenas do Tocantins culturalmente no uso de suas línguas maternas é um dos aspectos que representa e singulariza da diversidade cultural dos povos indígenas. Assim, os povos indígenas têm uma cultura rica e uma história de luta pela sobrevivência e mantêm rituais e festas com uma forte ligação com as tradições e crenças repassadas pelos povos antigos de cada etnia indígena.

Para Barbosa (2016), a sobrevivência desses povos é culturalmente assegurada pela agricultura, principalmente, da roça de subsistência, a chamada roça de toco, onde plantam o milho, o arroz, feijão, e a mandioca. A caça e a captura de animais, aves e reptéis fazem parte das atividades cotidianas indígenas como, cutia, anta, macaco-barrigudo, caititu, paca, tatus,

veado, jabutis, jacarés, preguiças e outros (estes animais capturados quando filhotes se tornam animais domésticos).

Barbosa (2016), fala que os povos indígenas do estado do Tocantins tradicionalmente fazem artesanatos de cerâmica como pratos, tigelas as bonecas ornamentais Ritxókó, há também de haretôs, colares, brincos, braçadeiras e tornozeleiras e pulseiras de miçangas confeccionados com sementes nativas do cerrado (tiririca) e com as palhas de buriti e babaçu fabricar utensílios domésticos, além de construírem-se casas de material rústico, como madeira retirada das matas e cobertas de palha.

Figura 12: Artesanatos Indígenas com peças em madeiras, buriti, babaçu, capim dourado e cerâmica.



A: Jacá e Balaio - Artesanatos indígena feito com folhas de babaçu.

B: Bonecas Ritxòkò - Artesanatos indígena feitas com cerâmica.

C: Cestas e Jarros - Artesanatos indígena feito com capim dourado e madeira.

D: Bijuterias - Artesanatos indígena realizado com babaçu, cabaças, capim dourado.

Fonte: 13º Salão do Artesanato - Emerson Silva/Governo do Tocantins.

Todavia, a produção artesanal dos povos indígenas do Estado do Tocantins é muito diversificada e se mistura ao cotidiano dos não indígenas por meio do processo de compra e venda desses produtos artesanais, fato este que ajuda contribui bastante na vida financeira dos povos indígenas.

De acordo com Barbosa (2016), nos rituais e festas os povos indígenas reúnem-se para cantar, praticar esportes (jogar bola), brincar e contar histórias mantendo uma forte ligação com

suas origens, cada etnia com suas festas e tradições e apesar de enfrentarem inúmeras dificuldades em suas terras, eles conseguem manter grande parte da cultura preservada, ou seja, suas manifestações e identidades culturais. Considerando que a festa Hetohoky é o maior ritual indígena entre os povos do Tocantins, pois, o ritual promove à diversidade da cultura indígena e demonstra a força e a importância da etnia Karajá na construção da identidade cultural do Estado do Tocantins.

Dessa forma, as influências culturais adotadas pela comunidade indígena passaram por algumas transformações, principalmente na forma de cultivo (modo de produção), o simples fato, de pertencimento á uma cultura de origem antiga, fez com que parte dessa cultura se perdesse ao longo do tempo, ou seja, perdeu-se em partes a identidade histórica para dá espaço á uma nova identidade territorial, marcada pelas questões econômicas e sociais.

Vejamos o que diz Brandão (1986) sobre o significado de cultura:

Culturas significam. Como produtos do trabalho coletivo do homem, a cultura serve aos usos em nome dos quais tipos de homens entram em interação para criá-la. Mas, ao mesmo tempo, serve á produção de significados com que os homens codificam o seu mundo e se comunicam nele. Isolados, “em si mesmos”, elementos da cultura são uma fala que nada diz. Eles significam algo quando em referência ao contexto de relações de trocas de bens, de poder e de símbolos em que foram geradas e ao qual atribuem significados. Compreender uma cultura, ou compreender as culturas de uma formação social, para pensar ações políticas, impõe o abandono de enfoques sobre a cultura ao mesmo tempo pré-determinados (ou seja, situados fora do universo de significados do grupo produtor) e descontextualizadores (BRANDÃO, 1986, p.50).

Nessa perspectiva, a cultura de uma comunidade é em partes determinada de acordo com o território na qual ela faz parte, embora a mesma esteja sendo constantemente modificado, entretanto, o território e a cultura funcionam são fatores determinantes do processo de construção das identidades regionais, locais, coletivas e individuais. A cultura envolve os hábitos, costumes, tradições, manifestações, crenças, festas, artes, gestos, linguagem e etc.

“Explica que a identidade de um povo ou de uma cultura aponta para um conjunto de costumes, comportamentos, valores, obras e para elementos socioculturais, como a língua e a religião, uma vez que toda identidade é constituída sobre a diferença. Mesmo que em relação aos seres humanos exista algo em comum” (PAVIANI, 2004, p.33).

O simples fato de pertencer á uma determinada cultura, não significa que não podemos nos habituar á outra cultura.

Para Brandão (1986) as diferenças de culturas referem:

Se, de um lado, a diferença de culturas termina por ser um meio simbólico de afirmação de identidades sociais que vale apenas preservar, de outro lado, a pura simples tentação de uniformizar as culturas que traduzem a evidência de condições sociais desiguais de reprodução da vida e dos símbolos da vida, é uma invenção dominante no mínimo ingênua e, no máximo, maldosa (BRANDÃO 1986, p.46).

Partindo desse pressuposto, o contexto cultural está sempre em mudanças e entender esta dinâmica é fundamental para a compreensão das diversidades entre os povos de culturas indígenas diferentes.

A cultura tende a ser lida e interpretada como a manifestação da diversidade de elementos e fenômenos, muitos dos quais conflituosos, que representam o(s) modo(s) de vida de uma sociedade, o que neste caso inclui não somente a produção de objetos materiais, mas um sistema cultural de valores éticos e morais, com todo um arranjo simbólico e reverberações no imaginário humano (FERRAZ, 2007, p.83).

Nesse sentido, as diversidades culturais contribuíram muito no processo de crescimento dos povos indígenas do estado do Tocantins, não apenas nas relações sociais e econômicas, mas também nas festas e rituais tradicionalmente que ocorrem nas aldeias durante o ano todo.

3.3 Educação dos Povos Indígena do Estado do Tocantins

3.3.1 Educação pública no estado do Tocantins

Para entender a história da educação pública do Estado do Tocantins é necessário compreender o contexto político nacional e suas relações com as esferas estaduais.

Para Souza (2017, p.91), a cultura educacional está constantemente a serviço público, com destaque para as Parcerias Públicas Privadas - PPPs, ou seja, os programas educacionais estavam fazendo apologias à esfera privada, descentralização, flexibilização, aparatos de racionalização, eficiência e eficácia as delegações de empresas públicas e privadas.

Na educação básica pública, essa lógica de descentralização e privatização foi evidenciada, sobretudo nos documentos legais que são aprovados com a ingerência do Poder Executivo. As mudanças na legislação acontecem desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/1996. Na Lei 10.172/2001 que instituiu o Plano Nacional de Educação - PNE e nos Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs. [...] Nesse contexto, a reforma do Estado brasileiro (1995) se apresentava como nova gestão pública, derivada como uma face do gerencialismo, como preferem alguns autores, ou, uma variação do gerencialismo, que tem o mesmo fim, ou seja, se traduzem em diminuição dos serviços públicos para a população, privatização de empresas estatais, criação das agências regulatórias e mudança da legislação que rege o funcionalismo público, reformas: tributária, previdenciária e trabalhista (SOUZA, 2017, p.91).

Nesse sentido, Souza (2017, p.91), fala que partir de 1995, o Banco Mundial encontrou no Brasil o terreno propício para implantar o seu projeto para a educação básica, passando de prestador de dinheiro a formulador de políticas para o país, considerando que, a educação estava a serviço do setor privado posta como imprescindível no oferecimento dos serviços educacionais, sendo o mercado o seu regulador.

De fato, a atuação do Banco Mundial nas políticas de educação básica pública do Estado de Tocantins apresenta-se em nome da qualidade de ensino. Isso implica afirmar que a centralização das decisões fica com a Secretaria de Educação que conduz o processo, com aparência de gestão democrática e, essencialmente voltada para a economia da educação, de fazer mais, com menos, cortando os gastos públicos e aumentando a parcela de contribuição da sociedade (SOUZA, 2017, p.112).

No campo da gestão educacional Souza (2007 apud CASTRO 2008) diz que:

No campo da gestão educacional, fica evidenciado que é necessário produzir uma transformação profunda na gestão educativa tradicional, que permita articular, efetivamente, a educação com as demandas econômicas, sociais, políticas e culturais, rompendo com o isolamento das ações educativas. Nesse contexto, assinala-se a necessidade de impulsionar o processo de descentralização, de regionalização e de desconcentração; de desenhar ágeis mecanismos de avaliação de resultados, programas eficazes de compensação educativa, programas de emergência; de desenhar sistemas de informação e investigação para a tomada de decisão, como fórmulas destinadas a aumentar a capacidade de gestão (SOUZA, 2017, p. 92 apud CASTRO, 2008, p. 393).

Portanto, as práticas educacionais cotidianas foram se aperfeiçoando em função da iniciativa privada. Isso implica afirmar, “a desconcentração do Estado com a educação e o comprometimento da sociedade civil, com a qualidade da educação, ou seja, esse novo modelo de administração pública passa a fazer parte da agenda política com as propostas de reformas educacionais do Estado” (SOUZA, 2017, p.93).

Souza (2017, p.94) apresenta que, em 1988 a criação do Estado do Tocantins, resulta de um processo contraditório de práticas, conflitos e tensões que se apresenta com práticas patrimonialistas, autoritárias e populistas, construídas em acordos e negócios com as elites políticas, usineiros, empresários, latifundiários e de parte de trabalhadores.

[...] “o processo histórico mostra que as políticas para a educação pública são externadas em função dos interesses econômicos e políticos, nos quais, o país se subordina e, portanto, são, antes, de natureza econômica e política por sua própria natureza” (SOUZA, 2017, p.94 apud SILVA, 1999).

Portanto, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins (SINTET), é um sindicato que luta pela educação pública de qualidade que entrelaçadas com o movimento docente que demonstra, na prática, resistência e desobediência civil contra as práticas autoritárias e as imposições políticas no estado do Tocantins.

Dessa forma, a educação pública no estado do Tocantins é centralizada nas decisões da Secretaria da Educação, Juventude e Esporte - SEDUC que conduz o processo com uma “gestão democrática” visando ações e políticas nas práticas e documentos conduzidos pelos gestores, considerando que essas práticas continuam sendo conduzidas nas diferentes formas de

governos, pois, a “gestão se apoia na racionalização e eficiência, na lógica da nova gestão pública que se mostra, desde a concepção do Estado. E essas bases vão se aperfeiçoando e aprofundando-se nos anos seguintes” (SOUZA, 2017, p.102).

Assim, é função do estado do Tocantins manter a educação pública de qualidade visando um ensino gratuito e com oportunidades de ensino e aprendizagem iguais a toda a sociedade. Afinal, a gestão democrática é uma forma que conduz uma educação pública de qualidade e garante o direito de todos a ter acesso a uma boa educação e uma boa escola.

3.3.2 Educação Indígena

A educação escolar no Brasil teve início com os jesuítas com o objetivo de converter os indígenas à fé católica pela catequese.

Segundo Silva (2001), a história da educação escolar no Brasil inicia-se em 1549, com os jesuítas que aqui vieram com o propósito de converter os indígenas à fé católica pela catequese e instrução. Assim, a catequese e a instrução dos indígenas, que de início constituíam os objetivos dos jesuítas, foram pouco a pouco sendo substituídas pela educação da elite.

Em 1759, os jesuítas foram expulsos e D. João III tinha como prioridade a aculturação dos nativos e essa ideia seria possível através da educação escolar.

Para Silva (2001), em 1759 ocorreu à expulsão dos jesuítas, considerando a expulsão dos jesuítas do Brasil se dá no bojo das reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal – ministro de D. José I., ou seja, fato é que a política colonizadora de D. João III tinha como atividade prioritária a aculturação dos nativos por meio da educação escolar. Mas tarde, em um documento apresentado à Assembleia Constituinte pelo Imperador estavam as recomendações aos missionários para aprenderem a língua e os costumes dos indígenas, para evitarem os erros anteriormente cometidos.

De acordo com Melatti (1993) a legislação produzida neste período atendia os interesses dos colonos que pretendiam escravizar os índios, mas também contemplava os interesses da Igreja em convertê-los ao cristianismo, fazendo-os adotar os costumes europeus. Assim, com o advento da República, após a Igreja separar-se do Estado, o governo não se preocupou em desenvolver e em incentivar o trabalho missionário, mas não impediu a sua ação no seio das comunidades indígenas.

Mas tarde, em 1910, no Brasil criou-se um novo tipo de política indigenista denominado Serviço de Proteção aos Indígenas – SPI.

Conforme Melatti (1993), em 1910, com a criação do Serviço de Proteção aos Indígenas (SPI) um novo tipo de política indigenista foi estabelecido no Brasil. Portanto, dentre outros princípios, ficou vedado o desmembramento da família indígena, ainda que para fins de educação e catequese de seus filhos, considerando que a escola funcionava no posto indígena, porém a educação escolar era ministrada em Português. Em 1967, mesmo com a FUNAI a educação escolar sempre foi promovida em língua portuguesa, seja por missionários ou professores, entretanto, essa língua era adotada em sala de aula e as escolas eram monolíngues.

A partir de 1970, começam os movimentos não só para a adoção na escola da língua indígena como também para a garantia da escolarização desse povo no Estatuto do Índio (LEI 6001/73), no seu Título V, que dispõe sobre educação, cultura e saúde:

Art.48- “Estende-se à população indígena, com as necessárias adaptações, o sistema de ensino em vigor no país”.

Art.49- “A alfabetização dos índios far-se-á na língua do grupo a que pertençam, e em português, salvaguardado o uso da primeira” (BRASIL/ ESTATUTO DO ÍNDIO - LEI 6001/73).

Em 1996, no âmbito educacional são tomadas algumas medidas legais para a adoção da língua materna indígena no ensino com o Decreto do Presidente do Brasil, nº 58.824, de 14 de julho, que promulga a Convenção 107 sobre “a proteção e integração das populações indígenas e outras populações tribais e semi-tribais de países independentes”.

Art.21- “Serão tomadas medidas para assegurar aos membros das populações interessadas a possibilidade de adquirir uma educação em todos os níveis em pé de igualdade com o resto da comunidade nacional”.

Art.22-1. “Os programas de educação destinados às populações interessadas serão adaptados, no que respeita aos métodos e às técnicas, ao grau de integração social, econômica ou cultural dessas populações na comunidade nacional.” -2. “A elaboração de tais programas deverá ser normalmente precedida de estudos etnológicos”.

Art.23-1. “Será ministrado às crianças pertencentes às populações interessadas ensino para capacitá-las a ler e escrever em sua língua materna ou, em caso de impossibilidade, na língua mais comumente empregada pelo grupo a que pertençam.” -2. “Deverá ser assegurada a transição progressiva da língua materna ou vernacular para a língua nacional ou para uma das línguas oficiais do país.” -3. “Serão tomadas, na medida do possível, as devidas providências para salvaguardar a língua materna ou vernacular”.

Art.24- “O ensino primário deverá ter por objetivo dar às crianças pertencentes às populações interessadas conhecimentos gerais e aptidões que as auxiliem a se integrar na comunidade nacional” (BRASIL/ DECRETO Nº 58.824, DE 14 DE JULHO DE 1996).

Para Guimarães (2002), a história das relações entre o Estado brasileiro e sociedades indígenas no Brasil são reconhecidos dois paradigmas, sendo o paradigma da assimilação, da dominação e homogeneização cultural, e o paradigma do pluralismo cultural, ou seja, do reconhecimento a de uma sociedade nacional multilíngue e pluricultural, vislumbrada pelos princípios constitucionais a partir de 1988.

Todavia, foi a partir da Constituição Federal de 1988, a questão indígena passa a ganhar mais espaço na agenda política brasileira no sentido de reverter o quadro de retrocessos legais. Assim, a Constituição Federal apresenta mudanças significativas no que se referem à orientação da ação do Estado, reformulando os seus mecanismos de ações voltadas aos povos indígenas, entretanto, as reivindicações indígenas foram contempladas em grande parte na Constituição brasileira de 1988, concentradas no Capítulo VII, artigos 231 e 232.

Segundo Ferreira (2001), em dezembro de 1996, o governo federal cria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996) da Educação Nacional, que dedica no Título VIII dois artigos (78º e o 79º) ao ensino voltado para os índios.

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

I – fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II – manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III – desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV – elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado (BRASIL/ LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, 1996, p.47).

A partir da Constituição Federal (1988) a política educacional indígena ganha forças e começa a serem reconhecidos os direitos linguísticos e culturais dos povos indígenas brasileiros.

Para Oliveira (2003), a política educacional voltada para os índios começou a mudar no Brasil a partir da Constituição Federal promulgada em 1988. Assim, a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, nos artigos 46 e 23, estabelecem que “toda comunidade linguística tem direito à preservação de seu patrimônio linguístico e cultural”.

“A educação deve estar sempre a serviço da diversidade linguística e cultural e das relações harmoniosas entre diferentes comunidades linguísticas do mundo todo” (OLIVEIRA, 2003, p. 43).

Para Alfaro (2001), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estipula que a União deve desenvolver programas de ensino e pesquisa para oferecer educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com o objetivo de proporcionar a eles a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e conhecimentos tradicionais.

Para compreender dinamicidade e complexidade que permeiam as políticas educacionais é necessário entender o contexto e as suas funcionalidades.

A política educacional pode ser entendida como as ações planejadas e implementadas (às vezes permanecendo apenas no papel como meta a ser cumprida) pelo governo com o objetivo de organizar, direcionar, fomentar e ampliar o acesso à educação, estabelecer metas a serem alcançadas a curto, médio e longo prazo (GODOY; POLON, 2015, p.5).

Nesse sentido, para Godoy e Polon (2015, p.5), toda política educacional tem caráter institucional, é estatal e carregada de intencionalidades, no entanto, para compreendê-la é necessário situá-la no âmbito do Estado, pois contém as determinações governamentais.

Para Godoy e Polon (2015), a dinamicidade de complexidade da educação está ligada às necessidades da sociedade globalizada, bem como, o processo de desenvolvimento econômico, político e cultural que pressionam mudanças no sistema educacional, considerando que essas mudanças são expressas a partir de promulgação de leis que direcionam a organização da educação pública.

Dessa forma, os povos indígenas têm direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária, conforme define a legislação nacional que fundamenta a Educação Escolar Indígena. Nesse sentido, é posto pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), a coordenação nacional das políticas de Educação Escolar Indígena é de competência do Ministério da Educação (MEC), cabendo aos Estados e Municípios a execução para a garantia deste direito dos povos indígenas brasileiros.

No estado do Tocantins, a Secretaria da Educação, Juventude e Esporte (SEDUC) é o órgão responsável pela criação de políticas educacionais para os indígenas, como também pelo funcionamento das escolas em terras indígenas do estado do Tocantins.

Conforme a SEDUC (2021), no Estado do Tocantins as escolas indígenas são casas dos saberes e das culturas, pois, no Tocantins valoriza as línguas e os conhecimentos de cada povo, considerando que no estado há 494 escolas estaduais, das 139 escolas da rede estadual situadas na zona rural, 95 são escolas indígenas.

Ainda para a SEDUC (2021) os alunos das aldeias indígenas das Escolas Indígenas da rede estadual são formados pelos povos: Apinajé, Xerente, Javaé, Karajá, Karajá Xambioá, Krahô e Krahô-Canela.

SEDUC (2021), relata que no Estado do Tocantins as escolas indígenas garantem um ensino de qualidade para os alunos das aldeias indígenas, pois o ensino é intercultural, bilíngue e diferenciado na Educação Básica (anos iniciais e finais do ensino fundamental e ensino médio). No entanto, 25 escolas já possuem o ensino médio, além de 2 Centros de Ensino Médio: uma para o Povo Karajá/Xambioá e outro para o Povo Xerente.

Nesse sentido, a SEDUC tem ofertado Cursos de magistério indígena e capacitação para os professores no intuito de valorizar ainda mais os profissionais com formação docente, para que os mesmos possam atuar nas escolas de suas aldeias. Não obstante, os indígenas do Tocantins têm também a possibilidade de se formarem em nível superior na Universidade Federal do Tocantins - UFT, que é uma Universidade pública e gratuita, que oferece aos povos indígenas que habitam no Tocantins um ensino de qualidade, atendendo cada povo em suas particularidades, notadamente respeitando à sua língua e sua cultura, considerando os valores de cada povo. “A cultura é importante e a escola está sendo fundamental para poder fortalecer essa cultura, pois é a nossa identidade” (SEDUC, 2021).

3.3.3 Políticas educacionais indígenas

Para Guimarães (2002), no fim do século XIX e início do século XX, o Estado apresenta na política educacional ordenamento das relações interétnicas quanto à hegemonia cultural através da educação para a incorporação ao trabalho, ao sistema produtivo capitalista.

Dessa forma, a institucionalização deste princípio ideológico e legal deu origem à intervenção do MEC na educação para as sociedades indígenas e, a partir do Decreto 26, de 04.02.1991, atribui a FUNAI o cargo de coordenação das ações de educação escolar junto às etnias minoritárias e, constituiu-se um Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena que elaborou as Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena (MEC, 1993).

De acordo com Veiga (et. al. 2001), nessas Diretrizes são apresentados como princípios gerais para a educação escolar indígena a interculturalidade, o bilingüismo, a especificidade e a diferenciação. A interculturalidade redefine a escola como espaço de diálogo entre culturas, o bilingüismo decorre da complexa e heterogênea situação sociolinguística vivida pelas sociedades indígenas quanto ao uso da língua materna (língua oficial) e a língua Portuguesa (segunda língua falada), enquanto que a especificidade e a diferenciação decorrem da

constatação da existência de línguas e dialetos de tradições culturais específicas vivenciadas em processos históricos distintos.

Conforme Veiga (et. al. 2001), no contexto da educação escolar indígena, surgiu a linguística como modelo de ensino escolar adotado para as sociedades indígenas. Mas tarde surgiu a sociolinguística com intenções ideológicas no uso de uma ou outra língua, considerando que a opção por uma língua acontece condicionada por fatores políticos e estratégicos.

Dessa forma, para Veiga (et. al. 2001), nas comunidades onde este modelo foi implantado, a língua indígena sofreu um processo de desvalorização. No entanto, as políticas linguísticas e educacionais indígenas estão relacionadas ao processo de aquisição da escrita e da leitura, a considerar a perda da língua materna indígena pela língua portuguesa e a relação entre a educação escolar e a cultura indígena.

Para D'Angelis (2003) a inserção da língua indígena no ensino escolar contribui para a desvalorização da própria língua.

[...] a inserção da língua indígena no ensino escolar só contribui para a desvalorização da própria língua, à qual se designa apenas o papel de ponte para levar à introdução e domínio da língua nacional. O ponto máximo do programa em “favor da língua” constitui a tradução da Bíblia para a língua indígena, no caso de algum falante nativo alfabetizador decidir ler na sua língua materna (D'ANGELIS 2013, p.13).

Outro fator importante relacionado a política educacional é a aquisição da escrita condicionado a cultura linguística.

De acordo com Guimarães (2002), a aquisição da escrita aparece condicionada a contribuir para o fortalecimento cultural e linguístico das etnias, a considerar que a escrita e a leitura são importantes na compreensão e conhecimento de outras culturas. Dessa forma, o bilinguismo tornou-se uma política de planejamento da educação escolar indígena, fortalecendo a escrita da língua materna, mantendo as tradições e os etnoconhecimentos e, valorização da cultura, embora do ponto de vista das práticas sociais haja a predominante a língua portuguesa como a língua dominante.

Para Oliveira (2006), a valorização da escrita em detrimento da oralidade são marcas dos grupos detentores do poder hegemônico, ou seja, a aceitação da literalização das línguas indígenas, que possuem natureza oral nas propostas voltadas para a Educação Escolar Indígena, acentua a dominação da cultura não indígena sobre a indígena.

[...] evidentemente que a “literalização” de uma língua antes ágrafa, isto é, a sua transformação em língua escrita, tem sido vista por amplos setores que atuam na área de educação escolar indígena como intimamente associada ao empreendimento escolar. A possibilidade de uma escola sem a língua escrita é fato difícil de conceber para a maioria das pessoas que trabalham com educação – indígena ou não – embora

seja um empreendimento logicamente possível. Faz parte do pensamento majoritário a indissociabilidade entre escola e escrita, como é a prática no mundo dito ocidental (OLIVEIRA, 2006, p.178).

Sobre esta perspectiva, Oliveira (2006), ressalta que na medida em que dentro da proposta de uma escola indígena com uma educação bilíngue privilegia o “escritismo” ao invés da oralidade, torna-se um indício de que o discurso do grupo que detém o poder hegemônico, o grupo que decide as convenções ortográficas, as metodologias de ensino e os conteúdos das séries, entretanto, a escola indígena que essencialmente é nomeada como bilíngue intercultural e diferenciada e torna-se o local por excelência da desvalorização da cultural oral que é a cultural tradicional dos povos indígenas.

Nesse sentido, Veiga (et. al. 2001) fala que a alfabetização na língua indígena e o ensino da segunda língua devem ser instrumentos básicos para que os indígenas sejam eles mesmos, mantenham a sua identidade étnica e adquiram autoconfiança para sua própria libertação. Considerando que nessas escolas, a língua indígena era apenas um meio para transmitir os conteúdos culturais da sociedade dominante que negavam as identidades culturais dos povos indígenas.

Dessa forma, dentro das escolas indígenas é necessário o bilinguismo para que os indígenas tenham uma educação contingente a sua realidade linguística cultural.

Soares (2002), afirma o sistema da educação formal das sociedades indígenas deve ser bilíngue, mas definido dentro de uma política educativa libertadora. Ou seja, a educação bilíngue deve considerar as culturas dos povos indígenas para, posteriormente, gerar um diálogo crítico e criativo com outras culturas, entretanto, uma educação bilíngue intercultural relaciona-se com a necessidade de os povos indígenas terem uma educação entrosada na sua realidade linguística e cultural e deve estar orientada para uma interculturalização regional, nacional e internacional.

Para Maher, (2010), o bilinguismo enquanto política linguística não favorece a língua materna do aluno, pois gradativamente sua primeira língua é substituída pela segunda língua no âmbito escolar.

Veiga (et. al. 2001) fala que para os povos indígenas a educação bilíngue e intercultural constitui uma estratégia política de manutenção da língua e cultura, e uma procura de participação ativa na vida econômica, social, política e cultural da sociedade nacional.

No entanto, o bilíngue como uma política linguística na educação pode impor a perda da língua materna e a predominância da língua portuguesa.

Segundo Guimarães (2002), ao impormos o bilíngue como uma política linguística na educação escolar indígena impõe também a perda da língua materna e a predominância da língua portuguesa e, conseqüentemente induzimos uma ruptura nas concepções de reprodução cultural da identidade indígena. Dessa forma, a perda do uso da língua materna indígena tem fortes impactos para a integridade sociocultural, uma vez que língua materna indígena não pode deixar de ser falada porque é a própria existência da identidade linguística e cultural indígena.

Portanto, a educação escolar indígena enquanto política linguística educacional brasileira deve fomentar a identidade territorial na diversidade linguística e cultural dos povos indígenas na valorização e preservação de suas línguas maternas respeitando sua história.

Dessa forma, as ações das políticas linguísticas educacionais devem ser articuladas de acordo com as identidades dos povos indígenas que a elas se destinam, considerando a diversidade territorial e cultural que é uma das características das etnias.

Dentre as várias políticas linguísticas educacionais indígenas brasileiras é importante valorizar a complexidade sociolinguística e cultural, bem como a interculturalidade e a transculturalidade. Dessa forma, a interculturalidade na educação aparece como uma proposta pedagógica que busca desenvolver relações de cooperação, respeito e aceitação, entre diferentes culturas e sujeitos, visando dessa forma, preservar as identidades culturais, com o objetivo de propiciar a troca de experiências, e o enriquecimento mútuo. Enquanto que a transculturalidade é enfocada nas dimensões culturais dos padrões de uso das línguas e variedades que compõem sua ecologia linguística.

Conforme Paladino e Almeida (2012) a intercultural é uma ferramenta importante para a educação considerando a diversidade, representa um avanço importante com relação às políticas anteriores que possuíam o objetivo de fazer com que todas as culturas se subordinassem a uma única cultura.

[...] o conceito de interculturalidade traz a ideia de inter-relação, diálogo e troca entre culturas diferentes e supõe a coexistência da diversidade como riqueza. Este conceito começou a ocupar um lugar importante nos debates sobre educação a partir da década de 1970, quando a diversidade étnica e cultural tornou-se fonte de preocupação por parte dos chamados países desenvolvidos, principalmente os europeus. Os governos de Espanha, França e Itália, por exemplo, incorporaram estas ideias em seus projetos de educação voltados aos imigrantes e a outras minorias presentes em seus territórios nacionais, como os ciganos. Na década de 1980, organizações, como o Conselho da Europa e a Comunidade Econômica Européia, passaram a se preocupar com o aumento da imigração e propuseram medidas que objetivavam melhorar a relação desses grupos com as sociedades que os receberam. Assim, em 1983, na Conferência Permanente dos Ministros da Educação, em Dublin, capital da Irlanda, foi formulada uma recomendação, no sentido de serem desenvolvidos programas visando à formação de professores, com ênfase na interculturalidade (PALADINO; ALMEIDA, 2012, p. 16).

Em 1970, a interculturalidade passou a ser uma política voltada para as questões minoritárias no âmbito das discursões sobre a educação étnica e cultural.

Collet (2006), fala que foi a partir da década de 1970 que a interculturalidade passou a ter preocupação central no âmbito das discussões sobre educação na diversidade étnica e cultural, transformando a escola como a instituição de importância fundamental nas políticas voltadas para as minorias.

[...] a escola, vista como uma instituição formadora de ideologia, teve, portanto, um papel fundamental a desempenhar nas novas políticas relativas às minorias. A educação intercultural passou a ganhar cada vez mais espaço nos discursos e nas políticas públicas, principalmente a partir da década de 70 (COLLET, 2006, p. 127).

Partindo desse pressuposto, a escola passa a ser intercultural, pois a diversidade cultural é tratada de forma complexa respeitando a consciência das diferenças entre os diferentes grupos histórico-social.

[...] para além da oposição reducionista entre o monoculturalismo e o multiculturalismo surge a perspectiva intercultural. Esta emerge no contexto das lutas contra os processos crescentes de exclusão social. Surgem movimentos sociais que reconhecem o sentido e a identidade cultural de cada grupo social. Mas, ao mesmo tempo, valorizam o potencial educativo dos conflitos e buscam desenvolver a interação e a reciprocidade entre grupos diferentes, como fator de crescimento cultural e de enriquecimento mútuo. Assim, em nível das práticas educacionais, a perspectiva intercultural propõe novas estratégias de relação entre sujeitos e entre grupos diferentes. Busca promover a construção de identidades sociais e o reconhecimento das diferenças culturais. Mas, ao mesmo tempo, procura sustentar a relação crítica e solidária entre elas (FLEURI, 2001, p.48-49).

Todavia, a educação intercultural pretende promover o reconhecimento e a valorização da diversidade como oportunidade e como fonte de aprendizagem para todos os povos indígenas e também não indígenas, no respeito pela multiculturalidade das pessoas desenvolvendo a capacidade de comunicar e incentivar a interação social criando uma relação de pertencimento as identidades culturais territoriais.

A transculturalidade é apropriada para desnaturalizar às questões de hegemonia cultural e são focadas nas dimensões culturais do falar do falante, ou seja, das variantes linguísticas de uma determinada sociedade.

Outra questão importante dentro das políticas educacionais indígenas que necessitam de debate são os conteúdos abordados nos Livros Didáticos (LD) da educação básica que falam dos costumes, hábitos, culturas indígenas (interculturalidade, a transculturalidade). É notório que nos LDs os conteúdos que apresentam a imagem indígena, mas não evidenciam a imagem ao conteúdo. Ou seja, falam sobre a cultura indígena, mas traz a imagem de outra cultura, e/ou trazem a imagem da cultura indígena, mas fala da imagem sem mencionar a cultura, de fato

ignorando a importância da interculturalidade, a transculturalidade na educação escolar indígena.

Por meio do decreto Lei nº. 1.006 de 30/12/1938, o livro didático recebeu o seu primeiro conceito formal no Brasil, determinando o seguinte:

O decreto Lei 1.006 de 30/12/1938, define pela primeira vez, o que deve ser entendido por livro didático. “Art. 2º, § 1º - Compêndios são livros que exponham total ou parcialmente a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares; 2º - Livros de leitura de classe são os livros usados para a leitura dos alunos em aula; tais livros também são chamados de livros de texto, livro-texto, compêndio escolar, livro escolar, livro de classe, manual, livro didático” (BRASIL, Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938).

Atualmente, o governo federal executa três programas voltados ao livro didático: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) e o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) que apresentam como objetivo prover as escolas das redes federal, estadual, municipal e as entidades parceiras do programa Brasil Alfabetizado com obras didáticas de qualidade para todos os alunos matriculados.

Segundo Mantovani (2009, p. 33), o PNLD surgiu em 1985, através do decreto nº 91.542, que estabeleceu a indicação do livro feita pelos professores e o início da reutilização do livro, dentre outros aspectos.

Tendo em vista o papel do LD para o trabalho em sala de aula, cabe aos professores criem condições para que o aluno adquira a capacidade para analisar sua realidade sob o ponto de vista geográfico e linguístico, considerando o cotidiano escolar no processo de ensino-aprendizagem. Além, de apresentar ao alunado a importância de conhecer e entender a interculturalidade e a transculturalidade dentro das práticas didáticas pedagógicas voltadas para a educação escolar indígena dentro das escolas, independente da escola ser indígena ou não indígena.

Todavia, é recente a criação de políticas linguísticas educacionais voltadas para a valorização das línguas minoritárias, entretanto, faz se necessário a interculturalidade e a transculturalidade dentro das propostas e práticas voltadas para a educação escolar indígena, considerando que dentro das políticas educacionais indígenas existe diferença nos aspectos culturais e sociais, porém cada povo indígena no estado do Tocantins tem sua própria identidade linguística.

3.3.4 Políticas linguísticas indígenas

Para Borba (2003), a linguística é a ciência que se ocupa da linguagem humana e das línguas naturais, para cumprir seu objetivo básico que é determinar a natureza da linguagem, estrutura e funcionamento das línguas. Porém, a linguística só se interessa pelos signos produzidos pelo aparelho fonador humano, isto é, pela comunicação que se serve da linguagem articulada, entretanto, dá prioridade à linguagem falada por julgar que esta é a primeira manifestação concreta da capacidade de linguagem, sendo a escrita uma transferência da forma oral.

Na década de 1960, nasceu como área de estudos a política linguística com o intuito de apresentar a relação entre o poder e as línguas, ou seja, com as grandes decisões políticas sobre as línguas e seus usos na sociedade, bem como, que línguas podem ou não podem ser usadas em determinadas situações.

Por políticas linguísticas Savedra e Lagares (2012 apud Calvet, 2002) entendem que:

[...] política linguística é um conjunto de decisões tomadas pelo poder público a respeito de quais línguas serão fomentadas, ensinadas ou eventualmente reprimidas e eliminadas; de quais funções as línguas terão ou deveriam ter, de que espaços sociais ocuparão. Considera este tipo de preocupações inerentes à planificação do status das línguas (SAVEDRA; LAGARES, 2012, p.15 apud CALVET, 2002).

Dessa forma, a política linguística está na base da ação dos Estados, ou seja, os usos das línguas em cada situação é uma questão política e permeada de conflitos e também por negociações, considerando que a partir de ações, sobretudo do Estado sobre seus falantes, com o uso de uma política de status, e ou em como línguas são instrumentalizadas para determinados usos como uma política de corpus. Como afirma Ludwig “As políticas linguísticas sempre terão um papel de intervenção, elevando uma língua ao status oficial, definindo seus papéis e direcionando a sociedade na tomada de decisões” (LUDWIG, 2019. p.168).

Segundo Ludwig (2019, p.168 apud Calvet, 2002), as políticas linguísticas são um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua (s) e vida social, e planejamento linguístico a implementação prática de uma política linguística, em sua suma, a passagem ao ato.

Partindo desse pressuposto, o objetivo da política linguista é:

A política linguística tem o objetivo de discutir, provocar reflexões e propor ações para transformações sobre o status, valor, registro e difusão das línguas. Não é uma área de conhecimento neutra, como alguns podem pensar. Sempre toma uma posição para representar e contribuir com um grupo ou proposta linguística. As políticas linguísticas são permeadas por posições polêmicas, por isso são sempre muito controversas (LUDWIG, 2019, p.168 apud LEÃO, 2019).

Neste contexto, as políticas linguísticas podem ser classificadas em diferentes tipos. Para Calvet (2007), as políticas linguísticas podem ser de diversos tipos:

[...] *legislações linguísticas estruturais* (que intervêm no status das línguas) e as *legislações linguísticas funcionais* (que intervêm na utilização das línguas). Entre estas últimas, ele [Turi] faz em seguida uma distinção entre as *legislações linguísticas oficiais* (que intervêm no uso oficial das línguas), *legislações linguísticas institucionais* (que tratam do uso não- oficial das línguas), as *legislações linguísticas padronizadoras ou não-padronizadoras*, as *legislações linguísticas majoritárias* (que protegem as línguas de uma maioria) e as *legislações linguísticas minoritárias* (que protegem as línguas de uma minoria) (CALVET, 2007, p. 76).

Para Maher (2010), as políticas linguísticas, implícitas ou explícitas, nunca tiveram como objetivo principal a manipulação, pura e simples, da situação linguística, e sim da identidade étnico-cultural dos grupos indígenas. Isso porque as políticas destinadas a conduzir os povos indígenas a deixarem de falar suas línguas sempre foram instrumentos, não metas.

Dessa forma, as políticas linguísticas, não são estáticas, mas dinâmicas, pois, estão em constante transformação. Portanto, não é necessário que a política linguística de um Estado seja sempre evidente, mas é função do Estado elaborar e implementar ações no planejamento linguístico e colocar em prática.

Nesta perspectiva, o próximo capítulo traz a identidade linguística da língua indígena e as particularidades os falantes dessa língua dentro do contexto histórico que evidenciam a memória linguística dos povos indígenas no estado do Tocantins. Todavia, quando povos indígenas diferentes se encontram num mesmo território, seja de forma pacífica ou por motivos de conquista territorial, ocorre de forma temporal e espacial uma diferença nas variantes linguísticas das línguas faladas desses povos. Isso implica afirmar, que os povos deixaram legados e devemos procurar a explicação nos processos históricos e geográficos para compreender a linguística de cada povo indígenas do estado do Tocantins dentro das suas particularidades.

4 GEOLINGUÍSTICA DOS POVOS ÍNDÍGENAS NO ESTADO DO TOCANTINS

Nesta seção, destacaremos às concepções teóricas e metodológicas que evidenciam e caracterizam de forma única e particular a linguística dos povos indígenas do estado do Tocantins. Assim, estudaremos as concepções teóricas e metodológicas sobre as teorias linguísticas, linguística, variante linguístico, linguística indígena, geolinguística e a geolinguística dos povos indígenas do estado do Tocantins. Considerando que a geolinguística tem como objetivo analisar as dinâmicas geográficas territoriais das línguas e dos falantes dessa língua e as variedades linguísticas particulares de cada povo indígena. Dessa forma, para mapear a geolinguística dos povos indígenas do estado do Tocantins e necessário conhecerem a geografia e os elementos que compõe a linguagem cartográfica sobre a leitura linguística do espaço geográfico ocupado por estes povos indígenas tocantinenses. Este capítulo apresenta conceitualmente a geolinguística indígenas do estado do Tocantins.

4.1 Teorias Linguísticas

As teorias linguísticas podem ser definidas como o estudo da história das teorias e métodos linguísticos e da epistemologia linguística.

Para Colombat (et. al. 2017 apud Auroux, 1980):

[...] o papel do historiador das ciências da linguagem, então, ao criar as condições de uma reflexão informada sobre a epistemologia das ciências da linguagem, entretanto, a epistemologia descritiva toma as ciências como os fatos e se esforça por construir uma reflexão coerente sobre os diferentes aspectos (teórico, sociológico e prático) (COLOMBAT et. al. 2017, p.39 apud AUROUX, 1980).

Dessa maneira, Colombat (et. al. 2017, p.16), fala que “quando se trabalha com fatos ocorridos na longa duração do tempo, e, conseqüentemente, se propõe levar em conta os saberes construídos em estados de sociedades diferentes, pertencentes a áreas culturais eventualmente diferentes, é preciso construir uma concepção do objeto (os saberes construídos sobre linguagens e as línguas)”.

De acordo com Colombat (et. al. 2017), os saberes sobre a língua é a linguagem são acumulação de conhecimentos adquiridos ao longo do tempo.

[...] Manifestam-se, assim, duas características essenciais dos saberes sobre a língua e a linguagem na longa duração do tempo, e que há uma certa forma de acumulação dos conhecimentos nas disciplinas que se ocupam das línguas e da linguagem (a gramática e a retórica transmitem os conhecimentos antigos e relativamente estáveis); e ao mesmo tempo que ao lado da transmissão dos conceitos a longo prazo, há também o esquecimento, os vazios na memória cumulativa, que não são necessariamente

ligados à falsificação das teorias ou à desatualização dos resultados (COLOMBAT, et. al. 2017, p.17).

Dessa forma, existe uma base histórica - teórica entre as teorias linguísticas e as concepções de gramática sustentam esses conhecimentos. Assim, as particularidades de cada tradição linguística nascem dos diferentes tipos de condições culturais, ou seja, os sujeitos falantes de uma língua possuem aptidão linguística dos saberes dessa língua.

Nesse sentido, Colombat (et.al. 2017) diz que:

[...] todas as línguas e todos os sujeitos falantes que compõem uma comunidade linguística são dotadas de uma aptidão para os saberes epilinguísticos (conhecimentos espontâneos, não refletido, semi-implícito de certas características - fonéticas/fonológicas, prosódicas, rítmicas, semânticas, enunciativas, sintáticas, etc.), adquirida simultaneamente a língua materna (COLOMBAT et. al. 2017, p.50).

A linguagem e as línguas guardam em seu contexto histórico saberes que supõe a existência de representações naturais de languageira.

Colombat (et. al. 2017, p.71), aponta que a “constituição de um corpus de saberes racionais concernentes a linguagem e às línguas supõe a existência de representações espontâneas e naturais de atividades languageiras, mas ela a supõe não como condições transcendentais que a engendrariam “necessariamente”, mais como as circunstâncias empíricas abertas a contingência da historicidade”.

Ou seja, tanto o conhecimento, quanto o ato de saber possui uma espessura temporal, uma realidade histórica como ressalta Aurox (1992):

[...] todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. Porque é limitado, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospectção, assim um horizonte de projeção. [...] sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber. [...] seja a linguagem humana, tal como ela se realizou na diversidade das línguas; saberes se constituíram a seu respeito (AUROUX, 1992, p. 11-13).

No Brasil falam-se cerca de 200 línguas de comunidades tradicionais e essas línguas se dividem línguas indígenas e alienígenas.

De acordo com Rodrigues (1986), no Brasil falam-se como línguas tradicionais de comunidades cerca de duzentas línguas. Essas línguas se dividem em dois grupos: as línguas indígenas, de tradição imemorial, todas pré-colombianas, e as línguas alienígenas, que foram introduzidas a partir da colonização portuguesa, considerando que a de mais longa tradição é a portuguesa, estabelecida há quase 500 anos.

Portanto, as teorias linguísticas servem para contextualizar os estudos da história das teorias e métodos linguísticos e da epistemologia linguística.

4.1.1 Linguística

Mussalim e Bentes (2005), apresentam que o termo linguístico foi empregado pela primeira vez em meados do século XIX para diferenciar as novas diretrizes para o estudo da linguagem, contrapondo-se ao enfoque filológico tradicional.

A Linguística é a ciência da linguagem verbal, eminentemente humana. Ou seja, a Linguística seria a ciência ocupada do estudo da linguagem humana.

Nesse sentido, Borba (2003), fala que a linguística é a ciência que se ocupa da linguagem humana e das línguas naturais, para cumprir seu objetivo básico que é determinar a natureza da linguagem, estrutura e funcionamento das línguas. Porém, a linguística só se interessa pelos signos produzidos pelo aparelho fonador humano, isto é, pela comunicação que se serve da linguagem articulada, entretanto, dá prioridade à linguagem falada por julgar que esta é a primeira manifestação concreta da capacidade de linguagem, sendo a escrita uma transferência da forma oral.

Segundo Aurox (1992, p. 16), o saber linguístico é múltiplo e principia naturalmente na consciência do homem falante.

Portanto, o saber linguístico investiga a organização e o funcionamento das várias línguas existentes, estabelecendo relação entre essas línguas, as sociedades, os falantes que as produzem e as utilizam.

Saussure (1995, p.66) diz que “a língua é um produto social, no sentido de que o indivíduo a registra passivamente”; a língua é “um tesouro depositado pela prática da fala dos indivíduos que pertencem a uma mesma comunidade”. Enquanto, Bakhtin (1993, pp.151-152) considera a “língua como uma atividade social, em que o importante não é o enunciado, o produto, mas sim a enunciação, o processo verbal. [...] A língua é um fato social, cuja existência se funda nas necessidades da comunicação”.

Alvar (1961, p. 51), conceitua a língua como o sistema linguístico de que se utiliza uma comunidade falante e que se caracteriza por ser grandemente diferenciado, por possuir alto grau de nivelção, por ser veículo de importante tradição literária e, às vezes, por ter-se imposto a sistemas linguísticos de sua própria origem. “À língua é uma parte da cultura, mas uma parte que se destaca do todo e com ele se conjuga dicotomicamente [...], é o resultado dessa cultura, ou, em sùmula, é o meio para ela operar, é a condição para ela subsisti” (CÂMARA JR. 1965, p. 268).

A partir dessas explicações, a língua é um produto social da comunicação e também um sistema linguístico caracterizado por diferenciação, pois possui alto grau de nivelação por ser veículo de sistemas linguísticos de mesma origem.

4.1.2 Variante linguístico

Uma língua nunca é falada da mesma forma, sendo que ela estará sempre sujeita a variações e essas variações estão relacionadas com os aspectos históricos, geográficos, sociais, culturais dentre outros.

Segundo Rodrigues (1986), o Brasil é um país constituído por uma grande variedade de grupos étnicos, com histórias, saberes e culturas distintas, em sua maior parte, com línguas próprias. Assim, toda língua, quer sirva a uma grande nação consideravelmente extensa, muito diferenciada culturalmente e socialmente, quer pertença a uma pequena comunidade isolada com poucas dezenas de pessoas, é um complexo de variedades, um conglomerado de variantes.

As variações linguísticas reúnem as variantes da língua que foram criadas pelo indivíduo e são reinventadas cotidianamente, dessas reinvenções surgem as variações, portanto, as línguas comportam variações de duas ordens e funções dos falantes.

Nesse sentido, Rodrigues (1986), ressalta que toda língua comporta variação de duas ordens em função do falante. À primeira ordem pertencem as variantes que se podem chamar dialetais em sentido amplo: variantes espaciais (geográficas), variantes de classe social (dialeto social), variantes de grupos de idade (dialetos etários), variantes de gênero (masculino e feminino), assim como as variantes de gerações (variantes diacrônicas). Na segunda ordem de variação incluem-se as variantes de grau de formalismo, variantes de modalidade (falada e escrita), variantes de sintonia (ajustamento entre emissor e receptor).

Portanto, as variedades linguísticas são aquelas que demonstram a diferença entre as falas dos indivíduos de diferentes regiões, estado e cidades e apresentam a diversidade que uma mesma língua possui. Assim, as variedades linguísticas é algo natural e não existe uma variedade melhor que a outra.

Segundo Silva (2018), as variações linguísticas diferenciam-se em quatro grupos: sociais (diastráticas), regionais (diatópicas), históricas (diacrônicas) e estilísticas (diafásicas).

No Brasil, além da língua portuguesa, são faladas cerca de 180 línguas indígenas. Rodrigues (1986), afirma que cerca de 180 línguas indígenas são faladas regularmente, além do português, por milhares de indivíduos bilíngues e multilíngues.

4.2 Linguísticas Indígenas do Estado do Tocantins

4.2.1 Linguística indígena

No Brasil, existe uma grande diversidade de variações linguísticas de grupos étnicos que são distribuídos nas regiões do país.

Seki (1999), fala que a partir da chegada dos portugueses ao Brasil a existência de povos indígenas, bem como de suas línguas, tornou-se conhecida, mas não completamente, considerando que o número ainda existente de línguas indígenas brasileiras representa uma grande diversidade linguística, as 180 línguas se distribuem por cinco grandes grupos - Tronco Tupi, Tronco Macro-Jê, Família Karib, Família Aruak, Família Pano; havendo ainda nove outras famílias menores e dez isolados linguísticos.

4.2.2 Família Linguística Indígena

Segundo Ball (2005), uma família linguística é um grupo de línguas rigorosamente identificado, ou seja, é uma unidade filogenética, considerando que todos os seus membros derivam de um ancestral comum.

Para Dubois (et. al. 1998), as línguas do mundo são classificadas em famílias segundo o critério genético, porém, é de acordo com esse critério, uma família linguística é um grupo de línguas para as quais se formula a hipótese de que têm uma origem comum, no sentido de que todas as línguas da família são manifestações diversas, alteradas no correr do tempo, de uma só língua anterior.

As línguas do mundo são classificadas em famílias segundo o critério genético. De acordo com esse critério, uma família linguística é um grupo de línguas para as quais se formula a hipótese de que têm uma origem comum, no sentido de que todas as línguas da família são manifestações diversas, alteradas no correr do tempo, de uma só língua anterior. As línguas românicas ou neolatinas – português, espanhol, catalão, francês, romanche, italiano, romeno – constituem uma família, cujos membros derivam de uma língua ancestral bem conhecida historicamente – o latim. Para a maioria das famílias linguísticas, porém, as línguas ancestrais são pré-históricas, não se tendo delas nenhuma documentação. O conhecimento dessas línguas (ou de, pelo menos, certas características delas) é obtido mediante estudos histórico-comparativos que, partindo da descoberta de correspondências regulares (de sons, de palavras, de formas gramaticais) entre duas ou mais línguas, formulam hipóteses sobre as propriedades que devia ter uma língua ancestral para permitir (e explicar) a derivação diferenciada das línguas atuais (DUBOIS, et. al. 1998, p.54).

Dubois (et.al. 1998), diz que a denominação de família de línguas ao conjunto, os subconjuntos constituídos por certas línguas mais estreitamente aparentadas entre si que com

as outras formam ramos ou subfamílias. Porém, o termo grupo aplica-se indiferentemente a um conjunto de famílias, a uma família, a um conjunto de ramos de uma mesma família, a um conjunto de línguas de um mesmo ramo.

Nesse sentido, cada grupo de famílias é representado por um conjunto de variedades linguísticas e para entender essas variedades é necessário compreender a gramatização acerca do comportamento da língua e dos falantes dessa língua.

A gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário. [...] as categorias das unidades supõem duas coisas: termos teóricos e uma fragmentação da cadeia falada (AUROUX, 1992, pp.65 - 67).

Conforme Rodrigues (1986), as línguas indígenas diferem entre si e se distinguem das demais línguas do mundo no conjunto de sons de que se servem (fonética) e nas regras pelas quais combinam esses sons (fonologia), nas regras de formação e variação de palavras (morfologia) e de associação destas na constituição das frases (sintaxe), além de refletir em seu vocabulário e em suas categorias gramaticais um recorte do mundo real ou imaginário (semântica).

As línguas indígenas mostram entre si traços linguísticos essenciais que apresentam o dialeto como forma particular adotada por uma língua em domínio de uma comunidade, pois, é por meio dos dialetos que também identificamos as diferenças fonológicas, sintáticas e semânticas de uma família linguística indígena.

No Brasil o contato entre povos indígenas e não indígenas faz com que as línguas e dialetos estejam em constante modificação, embora as línguas guardem entre si origens comuns, porém, se as línguas não são isoladas, seus falantes tampouco.

Segundo Seki (1999, p.260), a família Pano inclui 13 línguas faladas no Brasil, situadas nos estados do Acre, Rondônia e Amazonas, ainda pouco estudadas, e outras no Peru e Bolívia. Outras famílias linguísticas são: Tucano, com 11 línguas e vários dialetos; Arawá, com 7 línguas; Makú, com 6 línguas; Katukina e Yanomámi, cada uma com 4 línguas; Txapakura e Nambikwara, com 3 línguas cada; Múra, com 2 línguas e Guaikuru, com 1 língua no Brasil (Kadiwéu). Dez outras línguas indígenas são classificadas como isoladas, isto é, constituem tipos linguísticos únicos: Tikuna, Irantxe/Müñkü, Trumai, Máku, Aikana, Arikapu, Jabuti, Kanoê e Koiá ou Kwaza.

Seki (1999, p.260), relata que a família Karib é representada, no Brasil, por 20 línguas, essas são distribuídas ao norte e ao sul do rio Amazonas. Outras línguas da família Karib são faladas nas Guianas, na Venezuela e Colômbia. Enquanto que, dezessete línguas representam a

família Aruak (Arawak) no Brasil, estando situadas no noroeste e oeste do País e também na região do Alto Xingu e ao sul da mesma. Há outras línguas da família Aruak faladas fora de território brasileiro.

Portanto, dialeticamente umas línguas indígenas são mais semelhantes entre si do que outras. Assim, é função da Dialectologia enquanto ciência analisar os diferentes dialetos das línguas indígenas brasileiras através dos espaços geográficos e fazer a descrição dessas variações linguísticas.

4.2.3 Tronco Linguístico Indígena

Para Melo (2003), o tronco linguístico é um conjunto de famílias linguísticas. Ou seja, o tronco linguístico é um conjunto de línguas que têm a mesma origem, uma língua mais antiga, que não é mais falada. Segundo Ball (2005), as línguas são agrupadas em famílias linguísticas que, por sua vez, são reunidas em troncos linguísticos, levando-se em consideração as semelhanças e diferenças entre si.

O tronco linguístico refere-se a um conjunto de famílias linguísticas de mesma origem, e, as línguas são agrupadas em famílias linguísticas que são reunidas em troncos linguísticos que apresentam entre si semelhanças e diferenças.

Rodrigues (1986), afirma que as línguas indígenas se desenvolveram no Brasil há milhares de anos, com total independência em relação às tradições culturais da civilização ocidental. De acordo com Melo (2003), algumas línguas indígenas são mais semelhantes entre si do que outras, mostrando que elas têm origens comuns, apesar de terem sofrido mudanças ao longo do tempo.

No Brasil, existem dois grandes troncos de línguas indígenas: Tronco Linguístico Tupi e o Tronco Linguístico Macro - Jê.

4.2.3.1 Tronco Linguístico Tupi

De acordo com Ball (2005), o Tronco Tupi é um tronco linguístico que abrange diversas línguas das populações indígenas sul-americanas.

Segundo Rodrigues (1986), o que se chama “tupi” na tradição brasileira a partir do século XIX corresponde a uma realidade linguística complexa e se chama tupi-guarani, nas classificações dos especialistas, porque o tupi (nambá) e o guarani foram às primeiras línguas documentadas da família e serviram como definição.

Para Rodrigues (1986), a família linguística Tupi-Guarani é constituída de aproximadamente quarenta línguas fortemente relacionadas, com uma distribuição geográfica bastante ampla na América do Sul. Ou seja, no litoral do Brasil (leste), nas margens do Amazonas na fronteira Brasil-Peru (oeste), sul da Guiana Francesa (norte) e sul do Brasil, Paraguai e norte da Argentina (sul). Assim, duas línguas da família Tupi-Guarani foram documentadas durante o período colonial da América do Sul e adquiriram uma importância histórica especial no contexto da ocupação europeia deste continente: O Tupinambá ou Tupi Guarani Antigo.

Nesta perspectiva, o Tronco Tupi, estabelecido bem claramente, inclui 6 famílias genéticas:

Tupi-Guarani (com 33 línguas e dialetos), Mondé (com 7 línguas), Tupari (com 3 línguas), Juruna, Munduruku e Ramarana (cada uma com 2 línguas) e 3 línguas: Aweti, Mawé e Puruborá. A família Tupi-Guarani caracteriza-se por grande dispersão geográfica: suas línguas são faladas nas diferentes regiões do Brasil e também em outros países da América do Sul (Bolívia, Peru, Venezuela, Guiana Francesa, Colômbia, Paraguai e Argentina). As demais famílias do tronco Tupi estão todas localizadas em território brasileiro, ao sul do rio Amazonas (SEKI, 1999, p. 03).

Seki (1999), apresenta que o tupi foi o único tronco que teve a língua estudada nos primeiros trezentos anos de colonização. E, atualmente os povos Timbiras ocupam territórios descontínuos em três estados: sul do Maranhão – krinkati, gavião-pykobjê, krenjê, canela-ramkokamekrá e canela-apãniekrá; norte do Tocantins – krahô, a leste do rio Tocantins, e apinajé, a oeste do mesmo rio; sul do Pará – gavião-parkatejê.

De acordo com Nimuendaju (2001), a nomenclatura Timbira faz referência às tradições culturais que esses povos compartilham, caracterizada por serem detentores de dialetos compreensíveis entre as diferentes etnias. Considerando que todos esses povos timbiras apresentam características semelhantes, bem como, o corte de cabelo, a morfologia da aldeia. Assim, a língua dos índios Timbira é usada em todas as situações de comunicação na aldeia e eles se entendem, pois compartilham do mesmo parentesco familiar e linguístico.

Conforme Melatti (1972), a língua Timbira faz parte do Tronco Macro-Jê da família Jê, porém, a família linguística Tupi-Guarani é um dos desdobramentos do tronco Tupi, que é composto de mais nove subdivisões, famílias com um número pequeno de línguas (Arikém, Juruna, Mondé, Mundurukú Tupari e Ramarama), famílias que atualmente consistem de só uma língua, como Aweti, Mawé (Sateré) e Puruborá.

Segundo Rodrigues (1986), o povo Timbira é formado pelos grupos indígenas Krahô, Krinkati, Apaniekrá-Canela, Ramkokamekrá-Canela, Pykobjê-Gavião, Krenjê, Parkatejê-Gavião e Apinajé. Considerando que os povos Timbiras são aproximadamente 05 mil índios

distribuídos em 28 aldeias, ocupando os cerrados do sul do Maranhão e norte do Tocantins (dados do Centro de Trabalho Indigenista).

4.2.3.2 *Tronco Linguístico Macro - Jê*

Para Ball (2005), Macro-Jê é um tronco linguístico formado por várias línguas indígenas brasileiras que teoricamente estende-se pelos estados do Maranhão, Pará, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Tocantins.

De acordo com Rodrigues (1986), o constituinte do tronco Macro-Jê compreende principalmente as línguas faladas nas regiões de campos cerrados que se estendem do sul do Maranhão e do Pará em direção ao sul, pelos estados do Tocantins e Mato Grosso, até os campos meridionais dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No entanto, a distribuição geográfica de família Jê contrasta com a da família Tupi-Guarani, a qual se situa em áreas de floresta tropical e subtropical.

Para Seki (1999), no tronco macro-jê são incluídas cinco famílias genéticas: jê (com 27 línguas e dialetos), bororo (com duas línguas), botocúdo (com uma língua), karajá e maxakalí (com três línguas cada), e ainda quatro línguas: guató, ofayé, rikbaktsá e yatê ou fulniô. As línguas (e dialetos) filiadas a esse tronco, exclusivamente brasileiro, são faladas em particular em regiões de campos e cerrados, desde o sul do Maranhão e do Pará, passando pelos Estados do Centro-Oeste até do Sul do País.

4.3 Geolinguística

Para mapear uma língua indígena de uma etnia é necessário conhecer e vivenciar os aspectos linguísticos dessa comunidade, pois, é a partir dessa vivência que se consegue identificar e diferenciar os diversos dialetos da língua, considerando que a geografia linguística é um método específica da Dialectologia.

Segundo Silva (2018, p.46 apud VENY, 1986, p.70; CARDOSO, 2020, p.15), a Dialectologia nasceu no final do século XX sob influência dos métodos científicos, como uma complementação aos estudos de natureza histórico-comparatista que busca analisar os diferentes usos linguísticos, tanto de natureza geográfica, cronológica como social.

Para Cardoso (2010), a dialectologia é:

[...] um ramo dos estudos linguísticos que tem por tarefa identificar, descrever e situar os diferentes usos que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial,

sociocultural e cronológico. O espaço geográfico evidencia a particularidade de cada terra, exibindo a variedade que a língua assume de uma região a outra, como forma de responder á diversidade cultural, á natureza da formação demográfica da área, á própria base linguística preexistente e á interferência de outras línguas que se tenha feito presentes naquele espaço no curso da história. O vazio geográfico é denunciador de informações as mais diversas e pertinentes para o confronto linguístico, do mesmo modo que o registro de usos (CARDOSO, 2010, p.15).

Ferreira (et. al., 1994), afirma que dialetologia é:

[...] uma disciplina que estuda as diferenças regionais de uma língua, ou dialetos, e procura descobrir e descrever as suas características, tentando “identificar áreas mais ou menos coesas, assim como determinar os fatores que levaram à sua formação”. A descrição comparada das “formas de falar” em que uma língua se diversifica no espaço leva a que está disciplina possa ser encarada como o “estudo cartográfico dos dialetos”, obedecendo para tal a critérios rigorosos de análise e de representação das suas variantes geográficas (FERREIRA et. al., 1994, p.480).

Dessa forma, o principal objetivo da Dialetologia é estudar os diversos dialetos e os falares de uma língua através dos espaços geográficos.

Borba (1976, p.31), fala que dialeto é o “desvio em todos os planos da língua: fônico, gramatical e vocabular”. Segundo Alvar (1961, p. 51), o dialeto pressupõe “um sistema divergente de uma língua comum, viva ou desaparecida, normalmente com uma concreta limitação geográfica, mas sem forte diferenciação frente a outras de origem comum”. Para Cardoso (2010), a Sociolinguística e Dialetologia se têm considerado até certo ponto sinônimas uma vez que ambas as disciplinas estudam a língua falada, o uso linguístico e estabelecem as relações que existem entre certos traços linguísticos e certos grupos de indivíduos.

A Dialetologia e a Sociolinguística são ciências que contribuem com os estudos acerca do comportamento da língua e dos falantes dessa língua, considerando o processo verbal, as normas a respeito aos usos linguísticos.

Cardoso (2010) fala que a sociolinguística e a dialetologia até certo são sinônimas.

Sociolinguística e a dialetologia se têm considerado até certo ponto sinônimas uma vez que ambas as disciplinas estudam a língua falada, o uso linguístico e estabelecem relações que existem entre certos traços linguísticos e certos grupos de indivíduos. Assim como a sociolinguística, a dialetologia reconheceu desde cedo da heterogeneidade linguística (CARDOSO, 2010, p.26).

Conforme Cardoso (2011, p.2), a dialetologia busca, prioritariamente, estabelecer relações entre modalidades de uso de uma língua ou de várias línguas, seja pela identificação dos mesmos fatos, seja pelo confronto presença/ausência de fenômenos considerados em diferentes áreas geográficas.

Nesse sentido, a geografia linguística é um método dialetológico responsável por registrar em mapas as formas linguísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais) de um determinado território e de qualquer língua falada por uma comunidade.

Cardoso (2011), relata que a geolinguística ou geografia linguística é um campo interdisciplinar entre a linguística e a geografia que se ocupa em estudar a geografia das línguas e sua distribuição no espaço geográfico. Entretanto, a geolinguística tem como objetivo a identificação e a descrição de áreas linguísticas, ou seja, analisar as dinâmicas geográficas territoriais das línguas e as diferenças e variedades linguísticas, considerando a identidade cultural da língua.

Cardoso (2010 apud CONTINI; TUAILLON, 1996) apresenta que a geolinguística:

[...] está multifacetada e comprometida com a informação de um amplo rol de variáveis. A geolinguística assume outros parâmetros que não o diatópico ao tomar em considerações variáveis sociais, mas permanece diatópica. A dialetologia tem por finalidade essencial estudar a variação geolinguística (CARDOSO, 2010, p.67 apud CONTINI; TUAILLON, 1996, p.7).

Para Borba (1976), o interesse pelo estudo dos dialetos surgiu da vontade dos próprios linguistas em registrar e descrever essas diferentes variedades linguísticas regionais e das manifestações da cultura local ou regional, ou seja, os estudos dialetais resultaram, sobretudo, da preocupação dos dialetólogos com o resgate de dados e a documentação dos diferentes estágios da língua.

Dessa forma, o estudo dialetal busca retratar as mudanças espaciais, ou seja, representar a realidade linguística de um território politicamente inserida no espaço geográfico. Portanto, a geografia linguística se ocupa em estudar a geografia das línguas e sua distribuição no espaço geográfico, analisando as dinâmicas territoriais das línguas.

4.3.1 Cartografia

A Geografia é a ciência que estuda o espaço geográfico, modificado e adaptado pelo homem como ser modificador desse espaço em diferentes recortes de tempo, pois o espaço geográfico é o resultado da interação complexa da sociedade e da natureza, entretanto, este espaço geográfico pode ser representado por desenhos, símbolos, mapas, cartas e plantas que precisam da alfabetização e da linguagem cartográfica para contextualizar sua leitura cartográfica.

Dessa forma, teoricamente geografia é:

“Geografia é conhecer o espaço é conhecer a rede de relações que está sujeito, do qual é sujeito” (DAMIANI, 1999, p. 50). “Geografia é a ciência que estuda as relações entre a sociedade e a natureza” (ANDRADE, 1987, p. 14). “A Geografia é uma ciência que trabalha com diferentes recortes de espaço e tempo” (SIMIELLI, 1994, p. 77).

Assim, a cartografia é a área do conhecimento responsável pela elaboração e estudo dos mapas e representações cartográficas em geral, incluindo a distribuição espacial territorial,

plantas, croquis e cartas gráficas, considerando que essa área do conhecimento é de extrema utilidade não só para os estudos em Cartografia, mas também em outros campos, como a Linguística, pois, afinal, os mapas são formas de linguagem cartográficas para expressar uma dada realidade sobre determinado espaço geográfico (território).

Segundo Lima (1999, p.16), a palavra cartografia foi utilizada pela primeira vez pelo historiador português, Visconde de Santarém, em correspondência, escrita em Paris, em 08 de dezembro de 1839, até então, fazer mapas recebia a denominação de Cosmografia.

Para Martinelli (2002 apud FRANCISCHETT, 2002), a cartografia é:

[...] a ciência da representação e do estudo da distribuição espacial dos fenômenos naturais e sociais, suas relações e suas transformações ao longo do tempo por meio de representações cartográficas – modelos icônicos – que reproduzem este ou aquele aspecto da realidade de forma gráfica e generalizada (MARTINELLI, 2002, p.29 apud FRANCISCHETT, 2002).

A cartografia para Souza e Katuta (2000) é:

[...] a ciência ou método de fazer mapas. E o mapa é a representação da superfície da Terra, mediante certa escala, e superfície da Terra é o campo de estudo da Geografia. Assim a Cartografia representa o que a Geografia estuda (SOUZA; KATUTA, 2000, p.55).

A Cartografia é a ciência da representação e do estudo da distribuição espacial dos fenômenos naturais e sociais, portanto, é também um método para fazer mapas.

De acordo com Joly (1990, p.17), um mapa é, definitivamente, um conjunto de sinais e cores que traduz a mensagem expressa pelo autor. Portanto, os objetos cartografados, materiais ou conceituais, são transcritos através de grafismos ou símbolos, que resultam de uma convenção proposta ao leitor pelo redator, e que é lembrada num quadro de sinais ou legendada do mapa.

[...] um mapa é um conjunto de sinais e de cores que traduz a mensagem pelo autor, onde os objetivos cartográficos são transcritos através de grafismo ou símbolos, e resultam de uma convenção proposta ao leitor pelo redator, e é lembrada num quadro de sinais ou legenda do mapa (JOLY, 1990, p.7). A simbologia cartográfica consiste, assim, num arranjo convencional das manchas significativas localizadas em implantação pontual, linear ou zonal. [...] Às vezes também se dá um valor simbólico a escrita sobre o mapa e um papel de informação complementar á “apresentação”, ou seja, ao conjunto das indicações e figuras exteriores ao quadro do mapa (JOLY, 1990, p.19).

Assim, em um mapa a descrição de fenômenos naturais, num determinado espaço é representada por sinais específicos de acordo com os princípios da cartografia, entretanto, a linguagem cartográfica exprime a leitura de um sistema de signos de comunicação visual universal.

4.3.2 Linguagem Cartográfica

Considerando que os mapas têm a finalidade de exprimir ideias, fatos, fenômenos e ocorrências espaciais e que, para isso, fazem uso de um sistema de símbolos visuais. Dessa forma, o mapa é a uma forma de comunicação e para se comunicar é necessário conhecer a linguagem cartográfica através de um sistema de signos.

De acordo com Joly (1990, p.13), a linguagem cartográfica se exprime, através do emprego de um sistema de signos, um pensamento e um desejo de comunicação com outrem, à cartografia pode, legitimamente, ser considerado como uma linguagem. Linguagem universal, no sentido em que utiliza uma gama de símbolos compreensíveis por todos, com um mínimo de iniciação. Mas, linguagem exclusivamente visual e, por isso mesmo, submetida às leis fisiológicas da percepção das imagens. Conhecer as propriedades dessa linguagem para melhor utilizá-la é o objeto da Semiologia Gráfica.

Para Sampaio e Théry (2008, p.9), a semiologia gráfica “foi desenvolvida por Bertin (1967) e está ao mesmo tempo ligada às diversas teorias das formas e de sua representação, e às teorias da informação. Aplicada à cartografia, ela permite avaliar as vantagens e os limites da percepção empregada na simbologia cartográfica e, portanto, formular as regras de uma utilização racional da linguagem cartográfica, reconhecida atualmente, como a gramática da linguagem gráfica, na qual a unidade linguística é o signo”.

Segundo Joly (1990) a semiologia gráfica surgiu

[...] na França, entre 1960-1967, um período de reflexões e experimentações para a construção desta linguagem. Foi através da análise sistemática de muitas representações e imagens, que Jacques Bertin pode definir as variáveis visuais e estruturar as primeiras regras de construção da imagem gráfica. [...] A semiologia gráfica está ao mesmo tempo ligada às diversas teorias das formas e de sua representação, desenvolvidas pela psicologia contemporânea, e as teorias informais. Aplicada a cartografia, ela permite avaliar as vantagens e os limites das variáveis visuais empregadas na semiologia cartográfica e, portanto, formular as regras de uma utilização racional da linguagem cartográfica (JOLY, 1990, p.13).

Sendo assim, a Semiologia Gráfica é uma ciência cujo objetivo é conhecer as propriedades da linguagem gráfica. Portanto, a Semiologia Gráfica permite avaliar as vantagens e limitações do uso da simbologia que irá constituir a linguagem cartográfica. Para compreender essa linguagem (mapa) é necessário entender a alfabetização cartográfica.

Conforme Callai (2008), dentro do processo de alfabetização, além das letras, das palavras e dos números, existe outra linguagem para aprender, pois a linguagem cartográfica pode ser representada por símbolos, signos e legendas, entretanto, a alfabetização cartográfica é o que permite o indivíduo ler o mapa e entendê-lo.

De acordo com Souza e Katuta (2000), a linguagem cartográfica permite entender as diferentes territorialidades organizadas e definidas pelas sociedades humanas, espacializando os fenômenos naturais ou culturais ocorridos, estabelecendo a relação da Cartografia com a Geografia. “A linguagem cartográfica permite a apreensão e compreensão da distribuição espacial dos fenômenos, contemplando as especificidades do objeto de estudo da Geografia” (SOUZA; KATUTA 2000, p. 56).

A linguagem cartográfica utiliza muitos símbolos, que possuem elementos universais e que abrangem componentes e variáveis visuais, que pode ser expressa através de mapas. Suas funções correspondem, entre outras, a representar espacialmente os fenômenos da superfície da terra, transmitir informações sobre o espaço geográfico, registrar e armazenar conhecimentos espaciais, com o objetivo de se tornar uma forma de expressão e comunicação.

Castrogiovani (2003) diz que:

“A leitura plena de um mapa e conseqüentemente dos fenômenos geográficos partem da interpretação do título, verificação da escala, entendimento da legenda, observação do mapa, descrição dos significantes, reconstrução de um novo mapa e comparação entre ambos” (CASTROGIOVANNI, 2003, p.38).

Portanto, a representação gráfica como instrumento teórico metodológico não pressupõe uma ligação direta entre a linguagem gráfica e a mensagem a ser comunicada.

Atualmente, as tecnologias digitais como sensoriamento remoto e geoprocessamento (Sistema de Posicionamento Global - GPS), que é um sistema de navegação baseado em satélite são instrumentos de linguagens cartográficas especializados em mapeamento digital (cartografia digital) que é o processo pelo qual um conjunto de dados é compilado e formatados em uma imagem virtual que exprime informações sobre determinado território ou espaço geográfico, ou seja, “a cartografia computadorizada é uma representação gráfica automática dos fenômenos geográficos” (JOLY, 1990, p.83).

Portanto, o sensoriamento remoto e o geoprocessamento são o emprego de imagens da superfície da Terra para a realização de estudos do espaço geográfico, pois são ferramentas digitais que retém à obtenção de informações (linguagem cartográfica) sem o contato direto entre o pesquisador e o objeto de estudo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das discussões anteriores apresentadas neste trabalho, observa-se que para compreender o contexto linguístico indígena das etnias do estado do Tocantins é necessário entender o processo histórico da evolução linguística. De fato, cada grupo de famílias é representado por um conjunto de variedades linguísticas, considerando que, as línguas indígenas das etnias do estado do Tocantins apresentam traços linguísticos e dialetos adotada por uma língua em domínio de uma comunidade, pois, é através dos dialetos que também identificamos as diferenças fonológicas, sintáticas e semânticas de uma família linguística indígena.

Como falado anteriormente, o tronco linguístico refere-se a um conjunto de famílias linguísticas de mesma origem, e, as línguas são agrupadas em famílias linguísticas que são reunidas em troncos linguísticos que apresentam entre si semelhanças e diferenças.

No estado do Tocantins, existem dois grandes troncos de línguas indígenas: Tronco Linguístico Tupi e o Tronco Linguístico Macro - Jê.

Nesta perspectiva, o Tronco Tupi, inclui várias famílias genéticas, inclusive o tupi-guarani, conforme o quadro 1.

Quadro 1: Tronco, Família, Línguas e Dialetos Linguístico Tupi.

TRONCO LINGUÍSTICO TUPI			
Tronco Linguístico	Famílias	Línguas	Dialetos
Tronco Tupi	Tupi-Guarani	Akwáwa	Asurini do Tocantins (Asurini do Trocará) e Parakanã
		Amanayé	
		Anambé	
		Apiaká	
		Araweté	
		Asurini do Xingu (Asurini do Koatinemo)	
		Avá-canoeiro	
		Guajá	
		Guarani	Kaiowá/Mbyá/ Nhandéva
		Kaapór (Urubu – Kaapór)	
		Kamayurá	
		Kayabi	Parintintin/ Diahói/Juma/ Kripúna/ Tenharin/ Uru-Eu-Wav-Wav
		Kawahib	Kokáma/ Omágua (Kambela)
		Kokáma	
		Língua Geral Amazônica (Nheengatu)	
		Suruí do Tocantins	
Tapirapé	Guajajara/ Tembé		
Tenetehára			
Wayampí (Waiãpi, Oiampi)			

		Xetá	
		Zo'ê	
	Arikém	Karitiána	
	Aweti	Aweti	
	Juruna	Juruna (Yuruma), Xipaia	
	Mawé	Mawé (Sateré – Mawé)	
	Mondé	Aruá, Cinta-Laranja, Gavião (Ikôro), Mondé, Suriú (Paité), Zoro	
	Puroborá	Koch – Grunberg (anos 20) W-Hanke (anos 50)	
	Mundurukú	Kunuáya, Mundurukú	
	Ramarama	Káro (Arará)	
	Tupan	Arujú (Mairó), Makurrap, Mekém, Tupari, Sakiraibiár	

Fonte: Rodrigues, São Paulo, 1986. Org. Luciana Silva dos Santos.

Nesse sentido, o Tronco Macro- Jê, inclui várias famílias genéticas, inclusive o Jê, de acordo com o quadro 2.

Quadro 2: Tronco, Família, Línguas e Dialectos Linguístico Macro- Jê.

TRONCO LINGUÍSTICO MACRO – JÊ				
Tronco linguístico	Famílias	Línguas	Dialectos	
Tronco Macro – Jê	Bororó	Bororó, Umutina		
	Krenák	Krenák		
	Guató	Guató		
	Jê	Akwen		Xakriabá, Xavánte, Xerente
		Apinayé		
		Kaingáng		Kaingáng do Paraná, Kaingáng do Central, Kaingáng do Sudoeste, Kaingáng do Sudeste
		Kayapó		Gorotire, Kararaó, Kakraimaoro, Kubenkrankeng, Menkrangnoti, Mentuktire (Txukahamãe), Xikrin
		Paraná		
		Suyá		Tapayúna
		Timbira		Canela Apaniekra, Canela Ramkokamekra, Gavião do Pará (Parkateyé), Gavião do Maranhão, Krahô Krenjé (Kren-Yé), Krikati (Krinkati)
		Xokléng		
	Karajá	Javaé, Karajá, Xambioá		
	Maxakali	Maxakali, Pataxo, Pataxo Hã-Hã – Hãe		
	Ofayé	Ofayé		
	Rikbaktsá	Rikbaktsá		
Yatê	Yatê			

Fonte: Rodrigues, São Paulo, 1986. Org. Luciana Silva dos Santos.

A partir das informações expostas nos quadros 1 e 2 percebe-se que os povos indígenas que vivem no estado do Tocantins pertencem ao Tronco linguístico Macro - Jê da família Jê e da família linguística Tupi-Guarani.

Dessa forma, no estado do Tocantins as etnias indígenas que ocupam as Terras Indígenas, pertencem ao tronco linguístico Macro- Jê, porém a língua timbira faz parte do Tronco Macro - Jê da família Jê e da família linguística Tupi-Guarani um dos desdobramentos do tronco linguístico Tupi, conforme o quadro 3.

Quadro 3: Tronco, Famílias e Línguas Indígenas do Estado do Tocantins.

TRONCO LINGUÍSTICO DOS INDÍGENAS DO ESTADO DO TOCANTINS			
Terras Indígenas do Estado do Tocantins (Etnias Indígenas)	Línguas Indígenas	Família	Tronco Linguístico
Apinajé	Apinajé	Jê	Macro – Jê
Funil	Akwen	Jê	Macro – Jê
Xerente	Akwen	Jê	Macro – Jê
Inawebohona	Karajá/Javaé (Yni)	Karajá	Macro – Jê
Krahô Kanela	Timbira/Kayapó	Tupi-Guarani/Jê	Tupi/Macro – Jê
Kraolândia	Krahô	Karajá	Macro – Jê
Parque do Araguaia	Karajá (Yni)	Karajá	Macro – Jê
Xambioá (Subgrupo dos Karajás do Norte)	Xambioá (Yni)	Karajá	Macro – Jê
Maranduba	Karajá	Karajá	Macro – Jê
Utaria Wyhyna\ IròduIràna	Karajá/Javaé	Karajá	Macro – Jê

Fonte: FUNAI, 2016. Org. Luciana Silva dos Santos.

Entretanto, a linguística dos povos indígenas do estado do Tocantins é constituída por línguas nativas indígenas de outras regiões, devido ao processo de formação e ocupação territorial. Todavia, as línguas são agrupadas em famílias linguísticas que, por sua vez, são reunidas em troncos linguísticos, levando-se em consideração as semelhanças e diferenças entre si. Embora, existam as diferenças entre etnia e língua, muitas línguas têm por nome a mesma denominação do povo falante dessas línguas.

Sendo assim, as línguas indígenas são distintas do ponto de vista tipológico, portanto, cada língua constitui um sistema complexo diferente, seja, no falar, nos sons, nas categorias e regras de estruturação, porém, ambas as línguas são adequadas para cumprir as funções de comunicação e expressão do falar.

Dessa forma, o contato entre povos indígenas e não indígenas faz com que suas línguas e dialetos estejam em constante modificação, embora as línguas guardem entre si origens nativas e comuns, considerando a classificação genética dessas línguas que se distribuem por

cinco grandes grupos - Tronco Tupi, Tronco Macro-Jê, Família Karib, Família Aruak, Família Pano; havendo ainda nove outras famílias menores e dez isolados linguísticos.

Verifica-se que quando se fala em tronco linguístico, tem-se na ideia línguas de origem comum entre línguas de uma mesma família. Isso implica dizer que a importância da dialetologia para as línguas indígenas brasileiras consiste em estudar os diversos dialetos da língua, ou seja, estudar as variações linguísticas, considerando que no Brasil, especificamente no estado do Tocantins há uma grande diversidade linguística e nenhuma língua apresenta-se como homogênea, pois, todas são representadas por um conjunto de variedades.

Como falado anteriormente, foi a partir da chegada dos portugueses ao Brasil que descobriram a existência de povos indígenas em território brasileiro. Com o processo da colonização europeia, os povos indígenas sofreram um processo de desaparecimento, muitos resistiram, aos impactos e continuaram no território e outros migraram para outros lugares, inclusive para o Estado do Tocantins (nossa área de estudo).

De acordo com o IBGE (1991), o estado do Tocantins tinha uma população de 918.394 habitantes, desde total, 5.049 habitantes eram indígenas, distribuídos espacialmente em diferentes regiões oficialmente demarcadas como terras indígenas e ocupavam uma área de 2.171.028 hectares, considerando que desde total, 630.948 hectares foram demarcados pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, de acordo com a tabela 1.

Tabela 1: População do Estado do Tocantins por Unidades Federativas de Terras Indígenas em 1991.

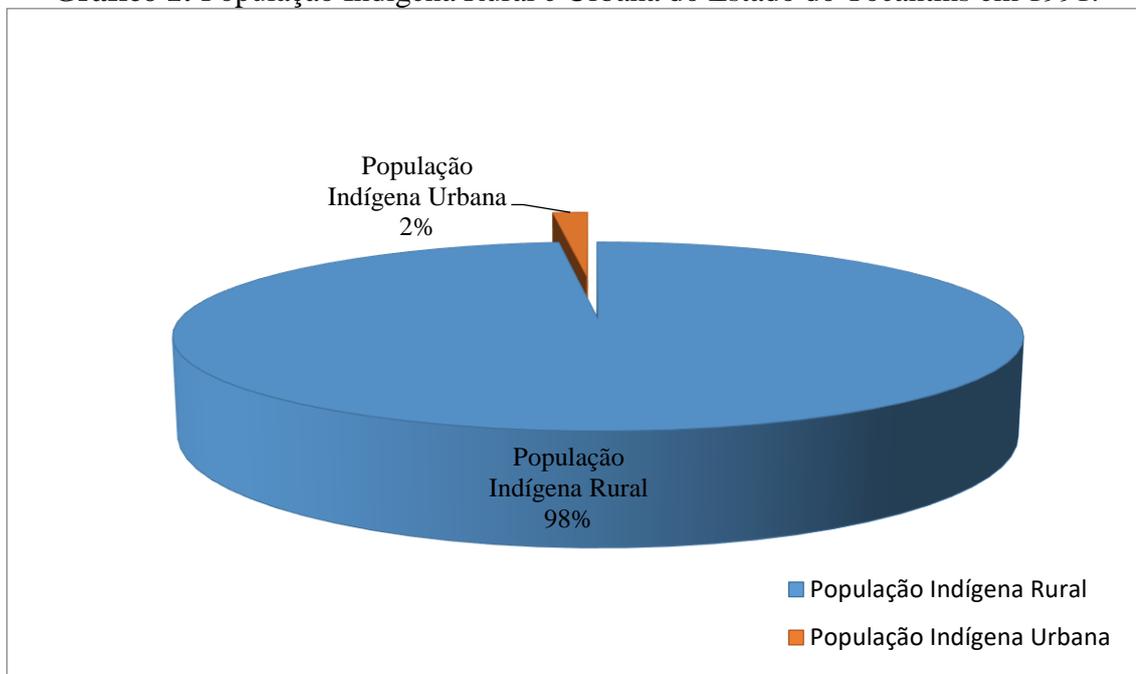
POPULAÇÃO INDÍGENA DO ESTADO DO TOCANTINS					
1991					
Unidades Federativas de Terras Indígenas do Estado do Tocantins	Localização	Total População Indígena Urbana	Total População Indígena Rural	Total da População Indígena	Línguas Indígenas
Apinajé	Tocantinópolis	10	263	273	Apinajé Tronco Linguístico Macro – Jê.
Funil/ Xerente	Tocantínia	22	499	521	Akwen Tronco Linguístico Macro - Jê.
Inawebohona	Pium/Lagoa da Confusão	6	1.124	1.130	Karajá/Javaé (Yni) Tronco Linguístico Macro - Jê.
Krahô Kanela	Lagoa da Confusão (Mata Alagada)	4	1.014	1.018	Timbira/Kayapó Tronco Linguístico Macro – Jê.
Kraolândia	Itacajá/Goiatins	-	964	964	Krahô Tronco linguístico Macro – Jê
Parque do Araguaia	Ilha do Bananal, as margens do Rio Araguaia.	27	1.022	1.049	Karajá (Yni) Tronco linguístico Macro – Jê.

Xambioá (Subgrupo dos Karajás do Norte)	Xambioá/Santa Fé do Araguaia	18	176	194	Xambioá (Yni) Tronco Linguístico Macro - Jê.
Total	-	87	4.962	5.049	-

Fonte: IBGE, 1991. Org. Luciana Silva dos Santos.

Verifica-se no gráfico 1, que em 1991, o estado do Tocantins tinha uma população indígena distribuída espacialmente em diferentes regiões do estado e que a população indígena rural era 98% enquanto que população indígena urbana era 2%, ou seja, a população rural era bem maior do que a população urbana, pois neste momento o estado estava se constituindo e não havia necessidade ainda dos índios saírem da zona rural para zona urbana, conforme o gráfico 1.

Gráfico 1: População Indígena Rural e Urbana do Estado do Tocantins em 1991.



Fonte: IBGE, 1991. Org. Luciana Silva dos Santos.

Em 2000, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000), o estado do Tocantins tinha uma população de 1.157.098 habitantes, desde total, 10.581 eram habitantes indígenas que falavam a língua materna e, um pouco da língua portuguesa como condição de sobrevivência territorial, de acordo com a tabela 2.

Tabela 2: População do Estado do Tocantins por Unidades Federativas de Terras Indígenas em 2000.

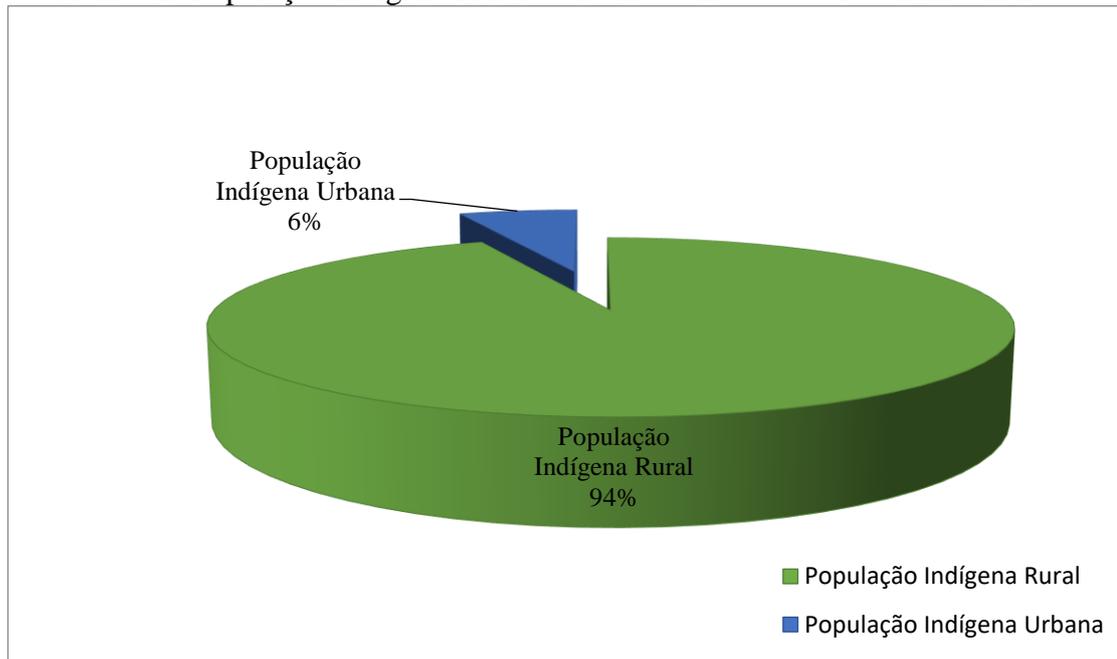
POPULAÇÃO INDÍGENA DO ESTADO DO TOCANTINS
2000

Unidades Federativas de Terras Indígenas do Estado do Tocantins	Localização	Total População Indígena Urbana	Total População Indígena Rural	Total da População Indígena	Línguas Indígenas/Portuguesa
Apinajé	Tocantinópolis	347	885	1.232	Apinajé (Tronco Linguístico Macro - Jê), Língua Portuguesa.
Funil/ Xerente	Tocantínia	47	2.329	2.376	Akwen (Tronco Linguístico Macro - Jê), Língua Portuguesa.
Inawebohona	Pium/Lagoa da Confusão	37	1.979	2.016	Karajá/Javaé (Yni - Tronco Linguístico Macro - Jê), Língua Portuguesa.
Krahô Kanela	Lagoa da Confusão (Mata Alagada)	23	1.514	1.537	Timbira/Kayapó (Tronco Linguístico Macro - Jê), Língua Portuguesa.
Kraolândia	Itacajá/Goiatins	49	2.662	2.711	Krahô (Tronco linguístico Macro - Jê), Língua Portuguesa.
Parque do Araguaia	Ilha do Bananal, as margens do Rio Araguaia	121	407	528	Karajá (Yni/ Tronco linguístico Macro - Jê), Língua Portuguesa.
Xambioá (Subgrupo dos Karajás do Norte)	Xambioá/Santa Fé do Araguaia	20	161	181	Xambioá (Yni/ Tronco Linguístico Macro - Jê), Língua Portuguesa.
Total	-	644	9.937	10.581	-

Fonte: IBGE, 2000. Org. Luciana Silva dos Santos.

Isso implica dizer que a partir de 2000 a população indígena urbana era menor que a população indígena rural, no entanto, as etnias falavam a língua materna, mas também falavam um pouco da língua portuguesa, ou seja, a língua indígena materna foi sendo influenciada pela língua portuguesa. Neste período, a língua indígena dos povos indígenas do estado do Tocantins foi se mistificando.

Observa-se no gráfico 2, que em 2000, a população indígena rural correspondia a 94%, enquanto que a população indígena urbana era 6%, portanto, a população indígena do estado do Tocantins aumentou de modo geral e que a população rural indígena continua sendo bem maior que a população urbana, conforme o gráfico 2.

Gráfico 2: População Indígena Rural e Urbana do Estado do Tocantins em 2000.

Fonte: IBGE, 2000. Org. Luciana Silva dos Santos.

Para o Censo Demográfico do IBGE (2010), o estado do Tocantins tinha uma população de 1.383.453 habitantes, 13.131 habitantes eram indígenas segundo a situação do domicílio e condição indígena do quesito da cor ou raça, inclusive sem declaração de cor ou raça, de acordo com a tabela 3.

Tabela 3: População do Estado do Tocantins por Unidades Federativas de Terras Indígenas em 2010.

POPULAÇÃO INDÍGENA DO ESTADO DO TOCANTINS					
2010					
Unidades Federativas de Terras Indígenas do Estado do Tocantins	Localização	Total População Indígena Urbana	Total População Indígena Rural	Total da População Indígena	Línguas Indígenas e Língua Portuguesa
Apinajé	Tocantinópolis	63	1.723	1.786	Apinajé (Tronco Linguístico Macro - Jê), Língua Portuguesa.
Funil/ Xerente	Tocantínia	193	2.816	3.009	Akwen (Tronco Linguístico Macro - Jê), Língua Portuguesa.
Inawebohona	Pium/Lagoa da Confusão	19	2.454	2.475	Karajá/Javaé (Yni/ (Tronco Linguístico Macro - Jê), Língua Portuguesa.
Krahô Kanela	Lagoa da Confusão (Mata Alagada)	16	1.844	1.860	Timbira/Kayapó (Tronco Linguístico Macro - Jê), Língua Portuguesa.

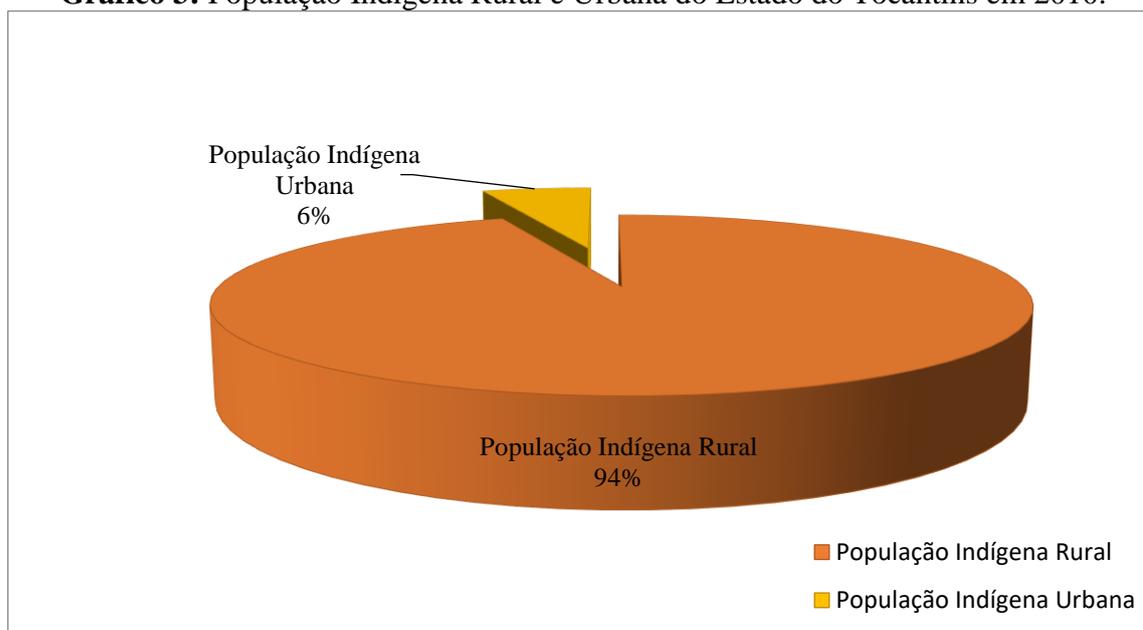
Kraolândia	Itacajá/Goiatins	22	2.666	2.688	Krahô (Tronco linguístico Tupi/Timbira), Língua Portuguesa.
Parque do Araguaia	Ilha do Bananal, as margens do Rio Araguaia	383	497	880	Karajá (Yni/ Tronco linguístico Macro - Jê), Língua Portuguesa.
Xambioá (Subgrupo dos Karajás do Norte)	Xambioá/Santa Fé do Araguaia	38	395	433	Xambioá (Yni/ Tronco Linguístico Macro - Jê), Língua Portuguesa.
Total	-	734	12.397	13.131	-

Fonte: IBGE, 2010. Org. Luciana Silva dos Santos.

De fato, com a evolução e as modificações das dinâmicas territoriais os povos indígenas necessitam falar a língua portuguesa, além da língua materna, para se comunicar com a população majoritária brasileira.

Verifica-se no gráfico 3, que em 2010, a população indígena rural continuou sendo maior que a população indígena urbana, ou seja, 94% era a população rural enquanto 6% era a população urbana. Percebe-se que o percentual de população indígena rural e urbana é igual ao ano de 2000, porém, observa-se que ocorreu um aumento tanto na população indígena rural quanto urbana, pois na medida em que o estado do Tocantins fosse crescendo essa população indígena tenderia a ser mais urbana do que rural, considerando que os indígenas são grupos resistentes não se redem aos costumes e hábitos culturais urbanos, conforme o gráfico 3.

Gráfico 3: População Indígena Rural e Urbana do Estado do Tocantins em 2010.



Fonte: IBGE, 2010. Org. Luciana Silva dos Santos.

Portanto, entre os anos 1991 a 2010 ocorreu um crescimento significativo na população indígena do estado do Tocantins, considerando, que atualmente nas Unidades de Federação de Terras Indígena no Estado do Tocantins as etnias indígenas falam a língua materna e também falam e entendem a língua portuguesa, ou seja, são bilíngues.

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2016) afirma que as terras indígenas, no estado do Tocantins, estão distribuídas e demarcadas como: Apinajé, Funil, Inawebhona, Krahô Kanela, Kraolândia, Parque do Araguaia, Xambioá, Xerente, Maranduba e Utaria Wyhyña (IròduIràna). Considerando, no estado do Tocantins a terra indígena Canoanã está em fase de estudos para processo demarcatório, conforme a tabela 4.

Tabela 4: Terras Indígenas no Estado do Tocantins (2016).

Terra Indígena (Unidade)	Etnia	Localização	Área (há)	Base Legal (Decreto)	Situação Legal
Área Indígena Apinayé	Apinajé	Tocantinópolis, Maurilândia do TO, Cachoeirinha, São Bento do TO	141.904,2092	Decreto de 03/11/1997	Regularizada
Área Indígena Funil	Xerente	Tocantínia	15.703,7974	Decreto nº 269 de 29/10/1991	Regularizada
Área Indígena Xerente	Xerente	Tocantínia e Aparecida do Rio Negro	167.542,1058	Decreto nº 71.107 de 14.09.1972, Homologado pelo Decreto nº 97.838 de 16/06/1989	Regularizada
Terra Indígena Inawebhona	Javaé e Karajá	Pium e Lagoa da Confusão	377.113,5744	Decreto de 18/ 04/ 2006	Regularizada
Terra Indígena Krahô Kanela	Krahô-Kanela	Lagoa da Confusão	7.143,9399	Escritura Pública de Desapropriação Amigável, Livro nº 07, Fls. 132/137, Ato nº 392 de 15/02/2007	Regularizada na Modalidade de Reserva indígena.
Área Indígena Kraolândia	Krahô	Itacajá e Goiatins	302.533,3971	Decreto nº 99.062 de 07/03/1990	Regularizada
Terra Indígena do Parque do Araguaia	Avá-Canoeiro, Javaé, Karajá e Tapirapé.	Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pium	1.358.499,4784	Decreto nº 69.626 de 22.09.1971; Alterado pelo Decreto nº 84.844 de 24.06.1990; homologado pelo Decreto de 14/04/1998	Regularizada
Área Indígena Xambioá	Xambioá (Guarani e Karajá)	Santa Fé do Araguaia	3.326,3502	Decreto de 03/11/1997	Regularizada

Maranduba	Karajá	Araguacema - TO e Santa Maria das Barreiras-PA	375, 1538	Decreto de 19/04/2005	Regularizada
Utaria Wyhyna\ IròduIràna	Karajá e Javaé	Pium	177.466,0000	Portaria nº 3.574, de 3/11/ 2010	Declarada
Canoanã	Em estudo	Formoso do Araguaia	-	-	Em estudo

Fonte: FUNAI, 2016. Org. Luciana Silva dos Santos.

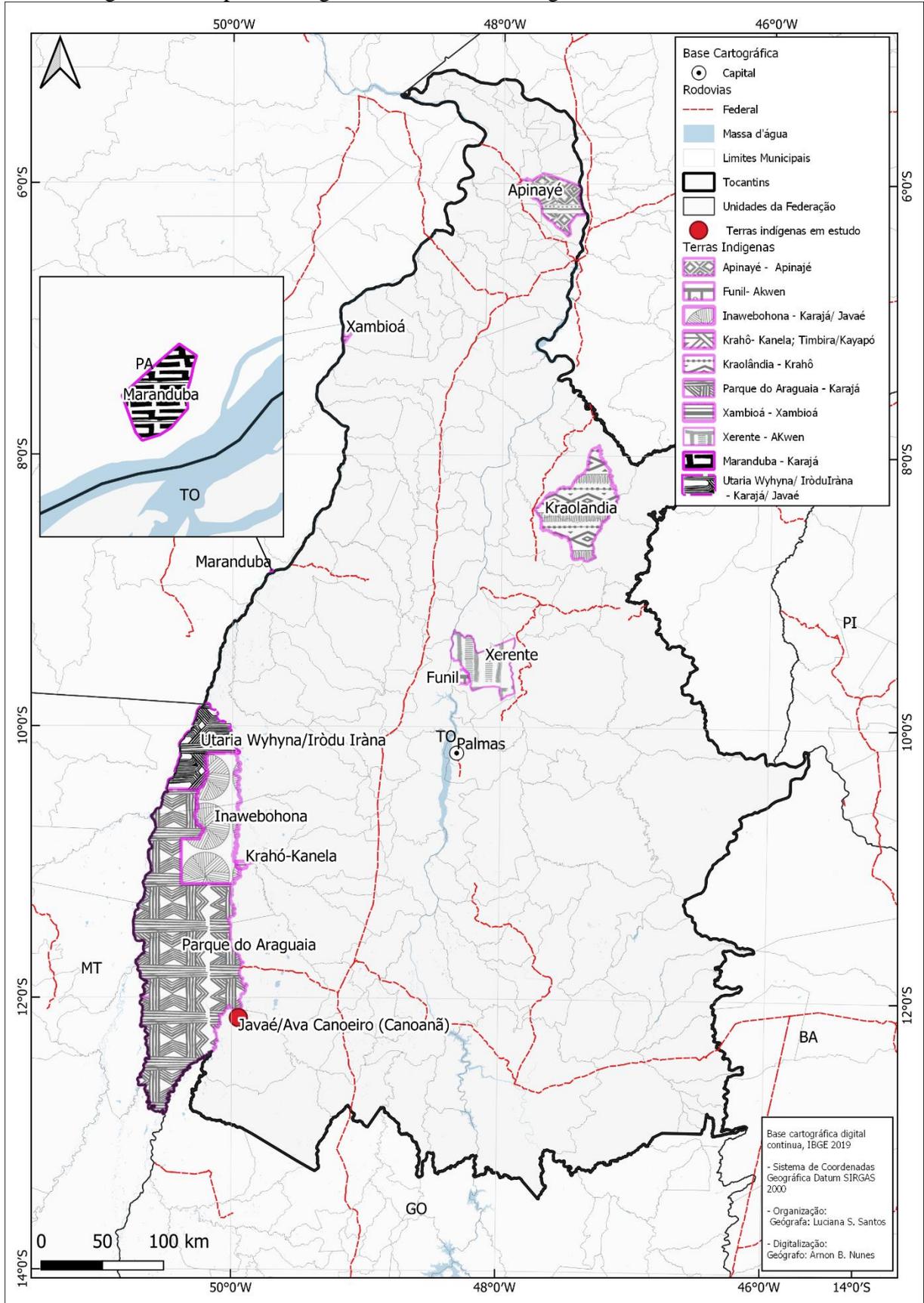
Para a FUNAI (2016), as terras indígenas no estado do Tocantins estão devidamente demarcadas com processo de demarcação concluído, sendo um parque e uma reserva indígena. Até o presente momento deste estudo, a terra Utaria Wyhyna\ IròduIràna possui portaria declaratória e aguarda homologação, ou seja, a Terra Indígena Utaria Wyhyna\ IròduIràna encontra-se declarada, isto é, com procedimento de demarcação física do território, através de fixação de marcos e georreferenciamento. Enquanto que a Terra Indígena Canoanã está em fase de estudo antropológico, histórico, fundiário, cartográfico e ambiental, que fundamentam a identificação.

Atualmente, no século XXI, têm-se poucos estudos e pesquisas realizados em relação à geografia linguística indígenas no estado do Tocantins. Considerando que a geografia é a ciência que estuda o espaço geográfico, modificado e adaptado pelo homem e pelos fenômenos dinâmicos naturais, pois o espaço geográfico é o resultado da interação complexa da sociedade e da natureza, enquanto que linguística é concebida como a ciência que se ocupa do estudo acerca dos fatos da linguagem, entretanto, este espaço geográfico pode ser representado por desenhos, símbolos, mapas, cartas e plantas que precisam da linguagem cartográfica para contextualizar sua leitura cartográfica.

O mapa é a parte material do nosso estudo teórico. Dessa forma, o mapeamento das línguas indígenas nas Unidades de Terras Indígenas do estado do Tocantins é o que denominamos geolinguística.

Vale descartar que no Mapa Geolinguístico das Terras Indígenas do Estado do Tocantins (figura 13) as Simbologias Linguísticas foram escolhidas pela autora para representar a Geolinguística das Comunidades Indígenas do estado do Tocantins.

Figura 13: Mapa Geolinguístico das Terras Indígenas do Estado do Tocantins.



Fonte: FUNAI (2016) e Base Cartográfica digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2019.

Desse modo, no mapeamento da geolinguística indígena do estado do Tocantins, constatou-se que no Estado tem comunidades tradicionais indígenas que falam a língua materna, mas que faz uso da língua portuguesa como condição de sobrevivência, pois há indígenas que falam a língua portuguesa e indígenas que não falam fluentemente, mas entendem a língua portuguesa, ou seja, são bilíngues.

Assim, a maior parte da população indígena do estado do Tocantins preserva sua língua materna, mas, também já são usuárias da língua portuguesa, mesmo quando não o falam, entendem, pois, a língua é uma forma de marcar seus territórios, considerando que essas línguas sofreram variações linguísticas ao longo do tempo, por causa das mudanças estruturais nos planos culturais, sociais, econômico e político da sociedade tocaninense.

Com o mapeamento das terras indígenas do estado do Tocantins foi possível registrar através de mapa a composição étnica heterogênea dos indígenas tanto na diversidade cultural quanto na diversidade linguística, pois ao longo do tempo, as comunidades indígenas perdem algumas características linguísticas indígenas por não terem nada registrado. Destacando que anteriormente não se tem estudos, pesquisas sobre a geolinguística dos povos indígenas do estado do Tocantins.

Nesta perspectiva, este estudo geolinguístico das línguas indígenas do estado do Tocantins busca a partir das geotecnologias aplicadas apresentarem que a pesquisa de qualquer língua dentro da geolinguística é relevante para o desenvolvimento da ciência Linguística e Geográfica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi mapear as línguas (geolinguística) dos povos indígenas do estado do Tocantins de acordo as Terras Indígenas, considerando a diversidade linguística cultural na leitura do espaço geográfico e suas representações.

Com este estudo, ficou evidente que geolinguística é uma ciência interdisciplinar entre a linguística e a geografia que analisar as dinâmicas territoriais das diferenças e variedades linguísticas e sua distribuição no espaço geográfico e, conseqüentemente dispõe se dessas investigações em planos cartográficos e elabora mapas para representatividade da heterogeneidade das línguas Indígenas Brasileiras.

Considerando, que o Brasil é um país constituído por uma grande variedade de grupos étnicos, com histórias, saberes e culturas distintas, com línguas próprias, porém, toda língua comporta variações em função do falante dessa língua.

É notório com este estudo que a relação da geografia com a linguística é que ambas têm a finalidade de exprimir noções, ideias, pensamentos, fatos e fenômeno, entretanto, a geografia e a linguística contribuem para construção do conhecimento exibindo a variedade que a língua assume de território a outro no tempo e no espaço.

Atualmente, no século XXI, a Geolinguística dos povos indígenas do estado do Tocantins é constituída por línguas nativas indígenas (língua materna) de outras regiões e, também pela língua portuguesa (segunda língua falada) devido ao processo de formação e ocupação territorial. Embora, existam as diferenças entre etnia e língua, muitas línguas têm por nome a mesma denominação do povo falante dessas línguas.

Sendo assim, a maior parte da população indígena do estado do Tocantins preserva sua língua materna, mas, também já são usuárias da língua portuguesa, mesmo quando não o falam, entendem, considerando que essas línguas sofreram variações linguísticas ao longo do tempo, por causa das mudanças estruturais nos planos culturais, sociais, econômico e político da sociedade tocantinense.

No estado do Tocantins as línguas indígenas são distintas do ponto de vista tipológico, pois, cada língua constitui um sistema complexo diferente, seja, no falar, nos sons, nos dialetos, nas categorias e regras de estruturação. Dessa forma, as variedades linguísticas são adequadas para cumprir as funções de comunicação e expressão do falar.

Não obstante, no estado do Tocantins o contato entre povos indígenas e não indígenas faz com que suas línguas e dialetos estejam em constante modificação, embora as línguas

guardem entre si origens nativas e comuns, integrando os troncos e famílias linguísticas, porém, se as línguas indígenas não são isoladas, tampouco são isolados os falantes dessas línguas. Considerando que os indígenas do estado do Tocantins são etnias do tronco linguístico Macro-Jê, da família Jê e da família linguística Tupi-Guarani que é um dos desdobramentos do tronco linguístico Tupi.

O estudo sobre a geolinguística dos povos indígenas do estado do Tocantins serve para registrar através de mapas a composição étnica heterogênea dos indígenas do estado do Tocantins tanto na diversidade cultural quanto na diversidade linguística, pois ao longo do tempo, perdemos algumas características linguísticas indígenas por não terem nada registrado. Destacando que com este estudo foi elaborado o primeiro Mapa Geolinguístico dos Povos Indígenas do estado do Tocantins.

Com este estudo ficou evidente que, as Terras Indígenas demarcadas do estado do Tocantins são: Apinajé, Funil, Inawebohona, Krahô Kanela, Kraolândia, Parque do Araguaia, Xambioá, Xerente, Maranduba e Utaria Wyhyña (IròduIràna). Considerando que no estado do Tocantins a terra indígena Canoanã situada no Município de Formoso do Araguaia está em fase de estudo para processo demarcatório.

Dessa forma, as Terras Indígenas do estado do Tocantins são habitadas pelos povos indígenas Yny, Apinajé, Krahô e Akwen. Ou seja, os indígenas que formam o povo Iny são as etnias Karajás/Javaé Karajá e Xambioá, essas etnias falam a mesma língua materna e dialetos e possuem os mesmos costumes e se identificam uns com os outros como parentes. Enquanto que os Krahô, Krahô-Kanela falam a língua Krahô, Timbira e Kayapó como língua materna. Os Apinajé falam a língua materna apinajé e os Funil/Xerentes falam a língua materna Akwen. Ambos os povos falam e entendem a língua portuguesa por condição de sobrevivência territorial.

Por fim, espera-se que este estudo teórico possa contribuir com outras pesquisas sobre as Terras Indígenas do estado do Tocantins, considerando que os povos e comunidades tradicionais (etnias) indígenas que habitam no estado do Tocantins são poucos estudados (pesquisas) e quase não se tem legados históricos, geográficos e linguísticos sobre seus antecedentes passados.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. E. **Índios do Tocantins: aspectos históricos e culturais**. IN: Ensino de história e formação continuada: teorias, metodologias e práticas/Norma Lúcia da Silva, Martha Victor Vieira (org.). Goiânia: ed. PUC – Goiás, 2013.

_____. **Educação Escolar Apinayé Bilingue e Intercultural**. IN: Ensino de língua e literatura – Reflexões e Perspectivas interdisciplinares. RAMOS, Dernival Venâncio; ANDRADE, Karylleila dos Santos & PINHO, Maria José de. (Orgs.) Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

_____. **Contato dos Apinajé de Riachinho e Bonito com o português: aspectos da situação sociolinguística**. Goiânia: UFGO, 1999. (Dissertação de Mestrado).

ALFARO, C. **As políticas linguísticas e as línguas ameríndias**. Liames, n. 1, 2001.

ALVAR, M. **Hacia los conceptos de lengua, dialecto y habla**. México: D. F. & Austin, Texas, 1961.

AMARAL, J.J.F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará. Coordenador do Núcleo de Ensino, Assistência Pesquisa da Infância Cesar Victora (NEAPI), 2007.

ANDRADE, M. C. **Geografia, Ciência da Sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987.

AUROUX, S. A. **Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas: Unicamp, 1992.

AZANHA, G.; LADEIRA, M. E. Diagnóstico sócio-econômico e avaliação de impactos nas terras indígenas Krahô, Krikati e Apinayé, situadas na área de influência do corredor de transporte multimodal Centro-Oeste, 2006.

BADIE, B. **O Fim dos Territórios**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

BALL, C. **Fazendo das línguas objetos**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, DF, n. 32, p. 206-221, 2005.

BAKHTIN, M. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O Contexto de François Rabelais**. São Paulo - Brasília: HUCITEC-EDUNB, 1993.

BARBOSA, C. A. **História e cultura dos povos indígenas**. Povos indígenas no Brasil, 2016.

BARROSO, L. S. L. **Os Povos Indígenas do Tocantins**. 500 Anos do Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.palmas.org/tocantinsindios.htm>. Acesso em 07 de abril, 2020.

BORBA, F. da S. **Pequeno vocabulário de linguística moderna**. 2. ed. rev e aum. São Paulo: Nacional, 1976.

_____. **Introdução aos estudos linguísticos**. 13. ed. São Paulo: Pontes, 2003.

BRANDÃO, C. R. **Identidade e Etnia**: construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988.

_____. Constituição Federal (1988), Capítulo VIII - Dos Índios. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_08.09.2016/art_231_.asp. Acesso em 12 de abril de 2020.

_____. Constituição Federal. **Constituições Brasileiras Volume IV (1937)**. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137571/Constituicoes_Brasileiras_v4_1_937.pdf?sequence=9. Acesso em 18 de maio de 2020.

_____. Constituição Federal. **Constituições Brasileiras Volume V (1946)**. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/139953/Constituicoes_Brasileiras_v5_1_946.pdf?sequence=9. Acesso em 19 de maio de 2020.

_____. **Decreto de 18 de abril de 2006**. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Inãwébohona, localizada nos Municípios de Pium e Lagoa da Confusão, no Estado do Tocantins.

_____. **Decreto no 1.775, de 8 de janeiro de 1996**. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1775.htm. Acesso em 22 de janeiro de 2020.

_____. Estatuto do Índio. **Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm. Acesso em 12 de abril. Estatuto do Índio. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988; e Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT (Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais), adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989.

_____. **Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967**. Autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L5371.htm. Acesso em 12 de abril de 2020.

_____. **Declaração universal dos direitos linguísticos, 2003**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf. Acesso em 03 de março de 2020.

_____. Fundação Nacional do Índio - FUNAI. **Política Indigenista**, 2016. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/>. Acesso em 12 de março de 2020.

_____. **Apinajé**. Povos Indígenas no Brasil - Pib Socioambiental. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Apinaj%C3%A9>. Acesso em 07 de abril de 2020.

_____. **Avá-canoeiros**. Povos Indígenas do Brasil. Pib Socioambiental. Disponível em: <https://www.indios.org.br/pt/Povo:Av%C3%A1-Canoeiro>. Acesso em 08 de abril de 2020.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 18 de fevereiro de 2020.

_____. **Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938.** Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 02 de junho de 2022.

BRIGIDO, S. V. A poética dos ritmos e dos movimentos caóticos: **uma leitura do espaço e do tempo, a partir dos conteúdos estéticos e culturais dos índios Karajá.** Rev. da Academia Nacional de Música, Rio de Janeiro : Academia Nacional de Música, n. 11, p. 61-76, 2000.

CALLAI, H. C. Estudar o lugar para compreender o mundo. In. CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano.** 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

CALVET, L. J. **As políticas Linguísticas.** São Paulo: Parábolas, 2007.

CÂMARA Jr., J.M. **Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras.** Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1965.

CAMPOS, A. Comissão da Verdade Krenak: **o presídio indígena da ditadura.** Porantim: em defesa da causa indígena, Brasília, v. 35, n. 347, p.8-9, ago. 2012.

CARDOSO, S. A. **Geolinguística tradição e modernidade.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

_____. **A geolinguística no terceiro milênio: Monodimensional ou Pluridimensional?** Universidade Federal da Bahia, 2011.

CASTROGIOVANNI, A. C. O misterioso mundo que os mapas escondem. In.: CASTROGIOVANNI, A. C. [et all] (org.). **Geografia em sala de aula: prática e reflexões.** Porto Alegre: Editora da UFRGS/ AGB, 2003.

CAVALCANTI, M. C. **Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil.** In: Revista D.E.L.T.A, Vol. 15 nº especial, 1999.

CAVALCANTI, M. L.A. **Geografia do Tocantins.** 1ª edição, SEBRAE, 1996.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

CIMI — **Conselho Indigenista Missionário.** Violência contra os povos indígenas no Brasil — dados de 2015. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/pub/relatorio2015/relatoriodados2015.pdf>. Acesso 14 de maio de 2020.

COLLET, C. L. G. **Interculturalidade e educação escolar indígena: um breve histórico.** IN: Formação de Professores Indígenas: Repensando Trajetórias. Luís Donisete Benzi Grupioni

(Org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

COLOMBAT, B. et. al. **Uma História das Ideias Linguísticas**. São Paulo: Contexto, 2017.

D'ANGELIS, W. R. Aprisionando sonhos: **a educação escolar indígena no Brasil**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2013.

DAMIANI, A. L. **A Geografia e a construção da cidadania**. In: A geografia na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1999.

DOMINGUES, S. A. **Sendas Krahô: introdução a cosmogonia política de um índio Timbira**. São Paulo : PUC-SP, 1993. (Dissertação de Mestrado).

DUBOIS, J. et. al. **Dicionário de lingüística**. 5.ed. São Paulo: Cutrix, 1998.

FARIAS, A. J. T. P. **Fluxos sociais Xerente: organização social e dinâmica das relações entre aldeias**. São Paulo: USP, 1996.

FERRAZ, C. B. O. **O Estudo Geográfico dos Elementos Culturais: Considerações para além da Geografia Cultural**. Terra Livre, AGB, v. 29, p. 29-50, 2007.

FERRAZ, L. **Relatório ambiental da Terra Indígena Javaé / Avá-Canoeiro** (parcial). Brasília: FUNAI/ UNESCO, 2010.

FERREIRA, C.; CARDOSO, S. A dialetologia no Brasil. São Paulo: Contexto, 1994.

FLEURI, R. M. **Desafios à Educação Intercultural no Brasil**. Educação, Sociedade & Cultura, nº 16, 2001. Disponível em: <http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC16/16-2.pdf>. Acesso em 10 de março de 2020.

FREITAS, Edinaldo Bezerra de. Ser ou não ser Mehin: a etno-história Krahô. Projeto História, São Paulo: PUC-SP, n. 23, p. 263-84, novembro, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GODOY, M. A. B.; POLON, S. A. M. **Política Educacional**, 2015.

GOTTMANN, J. **A evolução do conceito de território**. Boletim Campineiro de Geografia, vol. 2, nº 3, 2012.

GUIMARÃES, S. M. G. **A aquisição da escrita e diversidade cultural: a prática de professores Xerente**. Brasília: FUNAI/DEDOC, 2002.

HAESBAERT, R. **Identidades Territoriais**. Rio de Janeiro, 1999.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE: **Diretoria de Geociências – DGC. Noções básicas de cartografia.** Rio de Janeiro- RJ, 1998.

_____. Censo Demográfico 1991. Povos indígenas do estado do Tocantins. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/>. Acesso em 23 de julho de 2020.

_____. Censo Demográfico 2000. Povos indígenas do estado do Tocantins. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/>. Acesso em 27 de julho de 2020.

_____. Censo Demográfico 2010. Povos indígenas do estado do Tocantins. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/>. Acesso em 30 de julho de 2020.

_____. Censo Demográfico 2010 povos indígenas do estado do Tocantins. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/universo-caracteristicas-gerais-dos-indigenas>. Acesso em 23 de julho de 2020.

_____. **Censo Demográfico. Atlas do Censo Demográfico 2010.** Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm. Acesso em 10 de janeiro de 2020.

_____. Censo 2010. **População Indígena Brasileira.** Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=3&idnoticia=2194&t=censo-2010-poblacao-indigena-896-9-mil-tem-305-etnias-fala-274&view=noticia>. Acesso em 13 de abril de 2020.

Instituto Socioambiental - ISA. **Terras indígenas: ameaças, conflitos e polêmicas,** 2012. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org>. Acesso em 10 de maio de 2020.

_____. **Geografia indígena,** 2010. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/publicacoes/geografia-indigena>. Acesso em 12 de abril de 2020.

JOLY, F. **Cartografia.** Campinas: Papyrus, 1990.

LIMA, J. J. T. **A comunicação cartográfica como instrumento aplicável à sociedade:** o mapa como expressão da realidade expressada pelo cartógrafo. Tese (Doutorado em Geografia Física). Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. São Paulo: 1999.

LUDWIG, C. R. **Reforma do Ensino Médio: Política Linguística Negativa sobre a Língua Brasileira de Sinais.** High School Reform: Negative Linguistic Policies on Brazilian Sign Language. Estudos Linguísticos e Literários. Revista Porto Letras, v.05, n.03, 2019.

MAGALHÃES, A. C. **As nações indígenas e os projetos econômicos de Estado:** a política de ocupação da Amazônia. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia, 6 (2), 1990.

MARTINELLI, M. **Mapas da geografia e cartografia temática.** 5ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2002.

MAHER, T. M. Comissão Pró Acre. **Instrumentos metodológicos para levantamento sociolinguístico** (atualizado). Thereza Maher (Org.). Projeto Políticas Linguísticas no Acre Indígena. CPI/Acre, 2010.

MELATTI, J. C. **O Messianismo Krahô**. São Paulo, Herder, 1972.

_____. **Índios do Brasil**. 7ª Edição. Editora da Universidade de Brasília, Brasília, 1993.

_____. J. C. **O messianismo timbira e suas alternativas**. In Revista USP, São Paulo, n.82, p. 144-161, junho/agosto 2009.

MELO, P. B. de. Sujeitos sem voz: **agenda e discurso sobre o índio na mídia em Pernambuco**. 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/livrosteses/tesemestradopatriciabandeira.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2020.

MANTOVANI, K. P. **O programa nacional do livro didático – PNLD: Impactos na qualidade do ensino público**. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Departamento de Geografia. São Paulo, 2009.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2005.

NIMUENDAJÚ, C. **Os Apinayé**. Belém : MPEG, 1983.

NIMUENDAJÚ, C. **A corrida de toras dos timbira**. Mana, Rio de Janeiro, v. 7, p. 151-194, 2001.

OLIVEIRA F. J. P. **Uma etnologia dos “índios misturados”?** Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Mana, 1998.

OLIVEIRA, G. M. de. **O que quer a Linguística e o que se quer da linguística – a delicada questão da assessoria linguística no movimento indígena**. In: Formação de professores indígenas: repensando trajetórias/Org. Luís Donisete Benzi Grupioni. Brasília: MEC, 2006.

_____. (Org.). **Declaração universal dos direitos linguísticos: novas perspectivas em linguagem**. Campinas, SP: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); Florianópolis: IPOL, 2003.

PALADINO, M.; ALMEIDA, N. P. **Entre a diversidade e a desigualdade: uma análise das políticas públicas para a educação escolar indígena no Brasil dos governos Lula**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; LACED/Museu Nacional/UFRJ, 2012.

PAVIANI, J. **Cultura, humanismo e globalização**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2004.

PERICO, R. **Identidade e Território no Brasil**. Brasília, 2009.

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.5, nº 10, 1992.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.

RODRIGUES, A. D. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Loyola, 1986.

RODRIGUES, P. M. **O povo do meio: tempo, cosmo e gênero entre os Javaés da Ilha do Bananal**. Brasília: UnB, 1993 (Dissertação de Mestrado).

SAVEDRA, M. M. G.; LAGARES, X. C. **Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil**. Niterói, n.32, 2012.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1995.

SCHROEDER, I. **Os Xerentes: estrutura, história e política**. Goiânia: Sociedade e Cultura, 2010.

SEKI, L. **Línguas indígenas do Brasil no limiar do século XXI**. D.E.L.T.A., Vol. 15, N.º Especial, 1999. Disponível em: www.unimep.br/phpg/editora/revistapdf/imp27art11.pdf. Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SEPLAN. **Atlas do Tocantins: subsídios ao planejamento da gestão territorial**. Superintendência de Pesquisa e Zoneamento Ecológico-Econômico. Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico - DZE. Organizado e atualizado por Paulo Augusto Barros de Sousa, Rodrigo Sabino Teixeira Borges e Ricardo Ribeiro Dias. 6. ed. rev. atu. Palmas, 2012.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SEPLAN. Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável. **Estudo da Dinâmica da Cobertura e Uso da Terra do Estado do Tocantins. Dinâmica do Tocantins**. Escala 1:100.000. Diretoria Geral de Pesquisa e Zoneamento Ecológico-Econômico (DZE). Palmas: Seplan/DZE, 2016.

SEPLAN. Relatório_PopTradicionais_mar_2016_v2.docx. Disponível em: http://zoneamento.sefaz.to.gov.br/Publicacoes_Tecnicas/Tocantins/TO_Diagnostico_Socioeconomico_ZEE/Relatorio_PopTradicionais_2016.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2021.

SILVA, M. A. **Geotecnologia aplicada ao ordenamento territorial do Município de Porto Nacional, Tocantins**. Uberlândia, MG: UFU, 2013.

SILVA, G. A. da. **Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do Estado do Tocantins (ALITTETO) (Volume I)**. Tese de Doutorado em Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em estudos da Linguagem, 2018.

SILVA, M. S. P. **A função social do mito na revitalização cultural da língua Karajá**. São Paulo: PUC, 2001. (Tese de Doutorado).

SILVA, M. A.; SOUZA, N. N. **Reordenamento territorial no município de Porto Nacional/TO: um recorte histórico, discurso e poder**, 2014.

SILVA, M. A conquista da escola: **educação escolar e movimento dos professores Indígenas no Brasil**. Em Aberto, Brasília, ano 14, no 63, jul./set., 1994.

SIMIELLI, M. E. R. Cartografia no ensino fundamental e médio. In: Carlos, Ana Fani Alessandri (Org.). **A Geografia na sala de aula**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

SOARES, M. **Português na escola: história de uma disciplina curricular**. In: BAGNO, Marcos (Org.). Linguística da Norma. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SOUZA, J. G.; KATUTA, A. M. **Geografia e conhecimentos cartográficos: a Cartografia no movimento de renovação da Geografia brasileira e a importância do uso de mapas**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

SOUZA, N. N. de. **Política e Gestão da Educação Básica Pública: O Programa Estrada do Conhecimento no Estado do Tocantins**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em educação doutorado na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília para obtenção do título de Doutora em Educação, 2017.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná, CORRÊA, Roberto L., GOMES, Paulo César. C. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SAMPAIO, R. A; THÉRY, H;. **Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos**. Confins, 2008.

TOCANTINS, Governo do Estado do. _____. **Decreto-Lei nº 99.062, de 07 de março de 1990**. Homologa a demarcação da área Indígena Kraolândia.

_____. **Atlas do Tocantins: Subsídios ao Planejamento da gestão territorial**. Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente – SEPLAN. Palmas, 2003.

_____. **Lei nº 2.139 de 3 de setembro de 2009**. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação do Estado do Tocantins.

_____. **Fundação Nacional Indígena do Tocantins - FUNAI**, 2013.

_____. **Distrito Sanitário Especial Indígena do Tocantins, (DSEI-TO, 2014)**. População indígena da reserva Krahôlanida.

_____. **Secretaria de Saúde Indígena do Tocantins - SESAI-TO**, 2014.

_____. **Secretaria Estadual de Educação - SEDUC/TO**, 2014.

_____. **Terras indígenas**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1295478-entenda-demarcacoes-de-terras-indigenas-e-conflito-com-proprietarios-rurais.shtml>. Acesso em 26 de março de 2020.

_____. **A Associação Ahima JK** realiza a comercialização das bonecas e de outros artesanatos. Disponível em: <https://ahimainy.wordpress.com/tag/ceramica-karaja/>. Acesso em 10 de abril de 2020.

_____. **As línguas indígenas**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/>. Acesso em 10 de março de 2020.

_____. **Os Karajás do Norte**, mais conhecidos como Xambioá. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Karaj%C3%A1_do_Norte. Acesso em 10 de abril de 2020.

TORAL, A. A. **Diagnóstico socioambiental das comunidades Karajá e Javaés da Ilha do Bananal**. Palmas: IE, 2002.

VEIGA, J.; SALANOVA, A.(Orgs.) **Questões de educação escolar indígena: da formação do professor ao projeto de escola**. Darlene Taukane... (et al). - Brasília: FUNAI/DEDOC, Campinas/ALB, 2001.

VIANA, A. M. S. **A expressão do atributo na língua karajá**. Brasília: UnB, 1995.